



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PPGLB – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – BACABAL
MESTRADO EM LETRAS

ARISON LEDNO HORA FIGUEIREDO

**O X EM QUESTÃO: SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DISPUTA
NO DISCURSO DIGITAL**

BACABAL

2026

ARISON LEDNO HORA FIGUEIREDO

**O X EM QUESTÃO: SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DISPUTA
NO DISCURSO DIGITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. José Magno de Sousa Vieira

BACABAL

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Figueiredo, Arison Ledno Hora.

O X EM QUESTÃO: SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM
DISPUTA NO DISCURSO DIGITAL / Arison Ledno Hora
Figueiredo. - 2026.

102 f.

Orientador(a): José Magno de Sousa Vieira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2026.

1. Análise de Discurso. 2. Digital. 3. Twitter. 4.
Liberdade de Expressão. 5. Meme. I. Vieira, José Magno
de Sousa. II. Título.

ARISON LEDNO HORA FIGUEIREDO

**O X EM QUESTÃO: SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DISPUTA
NO DISCURSO DIGITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador: Prof. Dr. José Magno de Sousa Vieira

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Magno de Sousa Vieira (PPGLB/UFMA)
Orientador

Prof.^a. Dr.^a. Glória da Ressurreição Abreu França (PPGLB/UFMA)
Membro Interno

Prof.^a. Dr.^a. Maraisa Lopes (PPGEL/UFPI)
Membro Externo

DEDICATÓRIA

À minha mãe, *Amélia*, cujo amor não encontrou
limites.

À *Rafaela*, meu eterno par, pela incansável
companhia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de inaugurar este espaço agradecendo à Universidade Federal do Maranhão, em especial ao PPGLB, pela possibilidade de estudar na minha casa, perto dos meus, e pela oportunidade de aprender a fazer pesquisa sem sair da minha cidade. Sem dúvida alguma, o aconchego do lar proporciona momentos de ternura ao longo do tortuoso caminho da pesquisa e do calor maranhense.

Ao meu orientador, José Magno de Sousa Vieira, ou como às vezes digo, *Grão-Mestre* Magno, por ter me feito suspeitar de toda e qualquer evidência que se apresenta na ordem dos sentidos. Seu olhar intrigado molda muito do que compõe a escrita deste trabalho, cujos jargões inevitavelmente herdei e passo a usá-los de hoje em diante sem qualquer pudor, *tensionando* todo e qualquer vestígio de um mundo semanticamente normal. Obrigado por apostar em mim.

À professora Maraisa Lopes, que acompanha este percurso desde o tímido início, cujo olhar atencioso auxiliou de modo significativo as minhas análises. Suas contribuições foram de extrema importância para a construção do gesto desenvolvido neste trabalho. Muito obrigado!

À professora Glória França, por sua leitura cuidadosa e pelos apontamentos muito valiosos em minha qualificação. Ouvir você, juntamente com a professora Tyara, foi, sem dúvida alguma, um grande ponto de partida para as inquietações discursivas que hoje se desdobram em corpo de texto.

Aos professores do PPGLB, que se dedicam continuamente em fazer o programa progredir e ventilar novas possibilidades. #VEMDOUTORADO!

Aos meus colegas da turma 2024.1, a companhia de vocês tornou esse percurso mais agradável. Compartilhar as dúvidas em grupo é sempre um alívio.

Aos colegas do grupo de Pesquisa AdMatéria, agora camaradas recém-aprovados no Mestrado do PPGLB, é uma satisfação enorme ver crescer o grupo do qual faço parte.

À minha esposa, Rafaela, por estar ao meu lado durante esse sinuoso caminho, seu apoio foi fundamental para a realização de mais esse sonho. Obrigado por me escutar falar por horas a fio sobre *Pêcheux & Cia*, mesmo sem entender nada daquilo.

A todos os amigos que, direta ou indiretamente, ajudaram na realização desta pesquisa. Embora eu não consiga agradecê-los nominalmente, saibam que em algum momento vocês contribuíram para a realização deste sonho. Muito obrigado!

A cada vez que releio o meu texto, vejo outros sentidos que já estão, ou poderiam estar, aí mais desenvolvidos ou trazidos à tona com mais convicção. Mas deixo o texto um tanto transparente.

(Eni Orlandi)

Como, então, não ir até o fim e não reconhecer que a pretensão de analisar discursos coloca necessariamente em jogo aquilo que eu chamaria de tomar partido pela imbecilidade? Fazer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho à sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...

(Michel Pêcheux)



RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender o funcionamento do discurso sobre a liberdade de expressão no *X* (anteriormente *Twitter*), tomando como ponto de partida o bloqueio da plataforma no Brasil enquanto acontecimento discursivo (Pêcheux, 2015). Inscrita no campo da Análise de Discurso de orientação materialista, a pesquisa parte do entendimento de que os sentidos não estão confinados no interior do signo linguístico, como se fossem acessíveis aos sujeitos de maneira transparente. É a opacidade da língua, suas falhas, que inscrevem os equívocos para significar sempre de outro modo. Neste entendimento, compreendemos que a liberdade de expressão não possui um sentido fixo ou estanque, seus efeitos de sentido resultam de processos sócio-históricos e ideológicos que, a partir das condições de produção impostas pelo digital, a depositam em diferentes regiões de sentido. O digital, nesses termos, é concebido enquanto um espaço distinto de produção de práticas de linguagem, afetado por regimes de visibilidade e atravessado por outras instituições, cujo funcionamento se dá pela circulação (Dias, 2018). Para nosso gesto de análise, tomamos o meme enquanto materialidade significante (Lagazzi, 2009), tensionada no cruzamento entre o simbólico e o político, mobilizando diferentes efeitos de sentido a partir da filiação a diferentes regiões da memória, assinalando a disputa de sentidos sobre o significante. O *corpus* da pesquisa é composto por memes e comentários disponíveis no perfil de Elon Musk no *X*, coletados no período de abril a outubro de 2024, contemplando brevemente os momentos anteriores e posteriores ao bloqueio da rede no Brasil. Para tanto, mobilizamos os conceitos de interdiscurso, pré-construído, memória discursiva, memória digital, formação discursiva, dentre outros, para compor o dispositivo teórico-metodológico-analítico que, pela multiplicidade da língua, nos permite compreender, na materialidade em questão, os processos discursivos que afetam a produção de sentidos no digital. Este trabalho aponta, assim, para a constituição da liberdade como um objeto simbólico em uma disputa permanentemente atravessada pelo político, cujo funcionamento torna visíveis as tensões ideológicas que organizam os regimes de leitura e visibilidade no digital.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Digital. Twitter. Liberdade de expressão. Meme.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the functioning of the discourse on freedom of expression on X (formerly Twitter), taking as its starting point the blocking of the platform in Brazil as a discursive event (Pêcheux, 2015). Situated within the field of Materialist Discourse Analysis, this research is grounded in the understanding that meaning is not confined to the interior of the linguistic sign, as if it were transparently accessible to subjects. Rather, it is the opacity of language, its failures, that inscribes equivocation, allowing meaning to be produced differently. From this perspective, freedom of speech is understood as having no fixed or stable meaning; its effects of meaning result from socio-historical and ideological processes that, under the production conditions imposed by the digital environment, place it within different regions of meaning. The digital space is thus conceived as a distinct space for language practices, shaped by visibility regimes and traversed by other institutions, whose functioning is driven by circulation (Dias, 2018). For our analytical gesture, we take the meme as a signifying materiality (Lagazzi, 2009), tensioned at the symbolic and the political intersection, mobilizing different effects of meaning through its affiliation with different regions of the memory and marking the dispute over meaning surrounding the word. The research corpus consists of memes and comments available on Elon Musk's profile on X, collected between April and October 2024, encompassing moments both prior to and following the blocking of the platform in Brazil. To this end, we mobilize the concepts of interdiscourse, preconstructed meaning, discursive memory, digital memory, and discursive formation, among others, to compose the theoretical–methodological–analytical apparatus that, through the multiplicity of language, enables us to understand the discursive processes that affect the production of meaning in the digital materiality under analysis. This study thus points to the constitution of freedom as a symbolic object in a dispute permanently traversed by the political, whose functioning renders visible the ideological tensions that organize reading and visibility regimes in the digital space.

Keywords: Discourse Analysis. Digital. Twitter. Freedom of speech. Meme.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Bedrock”	36
Figura 2 – Moraes = Voldemort	38
Figura 3 – O herói para o brasileiro	40
Figura 4 – O fio do X	54
Figura 5 – Alguma semelhança?	58
Figura 6 – Montagem com o sujeito-ministro	59
Figura 7 – Elon Potter	62
Figura 8 – Free speech, por Elon Musk.....	67
Figura 9 – Hogwarts às avessas	69
Figura 10 – Heroísmo (inter)nacional.....	71
Figura 11 – O significante em jogo.....	77
Figura 12 – Alexandre VS Free Speech	79
Figura 13 – Musk, o "salvador"	83
Figura 14 – Bandeira soviética do Brasil.....	83
Figura 15 – O Cristo e a Liberdade	86
Figura 16 – O Ditador Voldemort.....	91

SUMÁRIO

POR UM EFEITO DE INÍCIO	10
CAPÍTULO I: DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	13
1.1 Tecendo a malha teórica do terreno discursivo	13
1.2 Há ordem no digital.....	18
1.3 Memória e produção de sentidos.....	27
1.4 O acontecimento do meme em tela.....	35
CAPÍTULO II: DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO DO GESTO DE ANÁLISE	45
2.1 Um deslocamento necessário	46
2.2 Memória digital: repetição, regularização e deslocamento	49
2.2.1 O texto no digital: o efeito de série	52
2.3 O percurso pelas regularidades: explicando as escolhas	66
2.3.1 Regularidade A – A formulação no verbal.....	67
2.3.2 Regularidade B – Harry Potter vs Voldemort	68
2.3.3 Regularidade C – Os símbolos nacionais.....	70
CAPÍTULO III: DOS SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO	74
3.1 O funcionamento da autoria pelo digital.....	74
3.2 Ecos do discurso fundador americano.....	81
3.3 Há liberdade além do meme?	89
POR UM EFEITO DE FECHO	95
REFERÊNCIAS	97

POR UM EFEITO DE INÍCIO

Desde que os estudos linguísticos adquiriram contornos mais amplos e se abriram à interdisciplinaridade (ou até mesmo à transdisciplinaridade), rompendo com o rigor estruturalista que marcou boa parte das investigações até meados do século XX, emergiram novas maneiras de conceber a língua(gem). Desloco, então, o meu olhar, de algo mais fixista para conceber o movimento, o percurso, capturar os sentidos nos trajetos na língua, na tentativa de compreender o processo e não somente o produto. Foi nesse movimento que me deparei com a Análise de Discurso Materialista, território teórico que me afetou e ao qual passo a pertencer, inscrevendo aqui as marcas do meu gesto de leitura.

É desse lugar que eu escrevo, movediço e atravessado, no qual meu olhar vacila, de onde lanço minhas palavras, na tentativa de alinhavá-las a tantas outras que já foram ditas e que ainda estão por ser. Palavras minhas, juntas a um tanto de outras vozes que me antecedem, me constituem, fazem ressoar a minha voz, ainda que tímida. Algumas vozes familiares, outras até dissonantes, que se acumulam como camadas sedimentadas da memória. Meu desejo é, como tantos outros, de que meu dizer encontre algum lugar de repouso no meio da turbulência de vozes amontoadas ou, quem sabe, que se torne mais um ponto de inquietação para aqueles que, como eu, foram afetados pelo discurso.

Primeiro, gostaria de dizer como surgiu este trabalho. Eu, como muitos andarilhos digitais que passam boas horas mergulhados nos corredores da internet brasileira, um dia, corriqueiramente, tropecei em alguma daquelas postagens cotidianas que orbitam no ambiente digital. Era um meme. Feito a partir de “escombros”, uma ordinária colagem acompanhada por um breve texto em seu topo. Um “simples” meme. Imagem e palavra condensadas em um amontoado de pixels exibidos na tela de um celular. O que havia ali amalgamado me chamou a atenção, parecia ser só mais uma efemeridade e, ao mesmo tempo, mais do que isso. Naquele instante, o estudante de linguagens que em mim existe já não conseguia mais se desvencilhar do pensamento: “O que isso significa?”. Algo naquele pequeno artefato simbólico me provocara.

Poderia, então, o meme ser lido como “x” e, ao mesmo tempo, “y”? E se sim, o que orientava a minha leitura, para que eu me identificasse mais com “x” do que com “y”? E outros sujeitos? Como poderiam se inclinar para esta ou para aquela leitura? Que força silenciosa direcionava a interpretação? Havia algo ali que eu não sabia nomear. Muitas perguntas. Devaneei demais.

Tão logo percebi, a imagem já havia sido perdida. Dez postagens depois, ou mais, as perguntas permaneciam. E, com essas perguntas, outras mais, ainda mais espessas, ainda mais

opacas. E, de repente, o meme parecia algo diferente, mais denso, tornando-se sintoma de algo maior, de um processo que se materializava nele: o discurso — em toda sua potência política e simbólica.

A partir disso surgiu, então, a ideia de pensar a língua, o meme, o político. Eram tantas ideias, eram tantos sentidos. Com uma ideia inicial bastante tímida, sem contornos muito definidos, sem um recorte, fui perseguindo, comecei a tecer os primeiros fios do que viria a se tornar esta pesquisa, fruto do trabalho de muitas mãos (e muitas mentes). O discurso me tomara antes mesmo que eu pudesse nomeá-lo e, hoje, a partir do que tenho desdobrado ao longo desse percurso, creio conseguir nomear alguns dos processos que me afetaram, e ainda me afetam. Dessa captura nasceram as inquietações que agora se movem em corpo de texto, em discurso.

Por meio da observação insistente do digital, e de um consumo considerável (e nada inocente) de memes, fui aos poucos reconhecendo ali meu objeto. Tomando como ponto de entrada o acontecimento que acabara de tomar conta dos noticiários em todo o país, o bloqueio do *X* no Brasil, e suas implicações, principalmente no que diz respeito à retomada de um discurso sobre a liberdade de expressão. Desse modo, o objetivo deste trabalho é compreender o funcionamento do discurso sobre a liberdade de expressão no *X*, a partir das condições de produção específicas do digital, na materialidade que tomamos para inscrever o nosso gesto: o meme.

A respeito da coleta de dados e constituição do *corpus*, delimitamos um marco temporal de seis meses, que recobre o período de abril a outubro de 2024. A escolha por esse período se dá pela escalada das tensões devido ao descumprimento de ordens judiciais determinadas por um ministro do STF, o que culminou no bloqueio do *X*¹.

A intenção foi observar as postagens no perfil de Elon Musk no *X*, e a partir delas, explorar o fio discursivo que se estabelece nos comentários, por meio de outros memes postados pelos usuários em resposta a ele. Nesse movimento, partimos da formulação “*free speech/freedom of speech*” (liberdade de expressão) para observar os efeitos do verbal sobre a construção multimodal do meme, categorizando algumas regularidades que emergiram durante esse processo de escuta. A partir do arquivo levantado, recortamos 16 peças de linguagem² que serão analisadas ao longo do trabalho.

¹ A rede foi bloqueada no Brasil, sob determinação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, em 30 de agosto de 2024, após a recusa de Elon Musk, proprietário da empresa, de nomear um representante legal da plataforma no Brasil para cumprimento de ordens judiciais, conforme a legislação brasileira, permanecendo bloqueada até 08 de outubro do mesmo ano. Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-por-que-moraes-bloqueou-o-x-no-brasil>.

² De acordo com Orlandi (2007) e Costa (2023), a peça de linguagem remete a um jogo de sentidos, com o qual se joga, isto é, permite a ampliação do trabalho com a interpretação. Sob essa perspectiva, tratamos cada um de

O presente trabalho está dividido em três capítulos. Trato cada um destes capítulos como um intervalo analítico, trazendo juntamente com as considerações teóricas os apontamentos analíticos daquilo que foi observado em nosso *corpus* até então.

No primeiro capítulo descrevemos as condições de produção do digital, seu modo de produzir sentidos sobre a liberdade de expressão. Partimos em busca de compreender como o discurso digital funciona, a partir de sua constituição, formulação e circulação. No digital tudo é efêmero, o que torna necessário termos em vista como seu funcionamento específico movimenta sentidos para significar o acontecimento.

No segundo capítulo tensionamos o funcionamento da memória discursiva nesse espaço enunciativo, levando em consideração as formulações sobre a liberdade de expressão recortadas para o gesto de análise e discutindo algumas das possibilidades de leitura encontradas no processo.

No terceiro e último capítulo concentramos nossos esforços analíticos para explicitar o funcionamento dos processos de significação no *corpus*, dando continuidade à discussão iniciada nos capítulos anteriores e assinalando algumas questões que ainda permanecem. Ao longo deste trabalho, traçamos um percurso feito de escutas, de tropeços, de repetições e de silêncios. Um dizer afetado que se abre ao risco de (re)significar.

nossos recortes como um espaço multidimensional de materialização do discurso, desse modo, ampliamos o alcance da análise em cada um deles, balizando-a por meio de imagens, símbolos, letras, sinais etc. presentes nas formulações.

CAPÍTULO I: DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

*Como ver de fora aquilo no qual o interior do
olhar é tomado?
Michel Pêcheux*

1.1 Tecendo a malha teórica do terreno discursivo

Este capítulo diz respeito aos primeiros esforços para constituição de um dispositivo teórico-analítico capaz de lidar com o digital³. As questões aqui levantadas provêm de um interesse discursivo de compreender o modo como a liberdade de expressão significa no digital a partir de suas condições de produção. Para tal, ancorados nos postulados da Análise de Discurso Materialista, mobilizamos noções e conceitos que dialogam com o nosso objeto, o meme, balizados pela inquietação de compreender seu funcionamento a partir das especificidades que o digital produz, no lugar em que essa materialidade circula e funciona. Nossa inquietação se desdobra a partir daquilo que escapa, que fura, que fere a liga aparentemente homogênea da língua para projetar sentidos, instaurando novos modos de leitura e significação na/pela língua no digital.

Os postulados teóricos da Análise de Discurso (doravante AD) Materialista — iniciada por Michel Pêcheux na França durante a década de 60 e posteriormente implantada e desenvolvida no Brasil, a partir dos estudos de Eni Orlandi — abrem o espaço para uma leitura desnaturalizada, que põe a língua em relação com sua exterioridade constitutiva, assinalando essa relação não como uma fronteira visível, mas como um “aqui sem fronteira assinalável, como a presença-ausência eficaz do outro” (Conein *et al*, 2016, p. 322). Nesse entendimento, a língua e seu exterior concatenam-se para significar mutuamente, fazendo surgir a necessidade de mobilizar também a história para apreender o que “escapa” da ordem do linguístico e contribui para compreensão da forma material do sentido, que é “encarnada na história para produzir sentidos” (Orlandi, 2015, p. 17).

A episteme da teoria adotada nos permite adentrar nas fendas de inquietudes deixadas de lado por outras disciplinas, uma vez que a AD emerge precisamente do entrecruzamento da

³ Dias (2018) toma o digital enquanto “uma condição político-ideológica do discurso, como uma condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalistas” (p. 28). Nesses termos, rompemos com a compreensão do digital enquanto um mero suporte tecnológico ou um espaço neutro de circulação de sentidos. Nos ancoramos no entendimento de que o digital é parte constitutiva das condições de produção dos discursos contemporâneos, isto é, como um lugar em que se articulam relações de poder, ideologia e linguagem. Esse atravessamento confere condições específicas para a circulação dos discursos, bem como para sua formulação, delimitando o que pode e deve ser dito de acordo com o funcionamento da plataforma (X).

Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Por meio desse ponto de tensão temos a possibilidade de uma leitura que põe em suspensão a naturalidade dos sentidos tomados como evidentes, sedimentados na normalidade pelo seu uso no corpo social e mascarados pela aparente transparência dos significados que, pelas dobras da compreensão transparente da língua, tendem a barrar sentidos distintos emanados da cadeia significante da língua que, incontornavelmente, propaga aquilo que tende a servir de órbita dos sentidos.

A posição aqui assumida, toma a materialidade em relação com a sua história e os sujeitos em sua incompletude, assumindo as equívocidades que emergem na/da língua. Esse entremeio⁴ epistemológico possibilita à AD aproveitar as contribuições de outros campos do saber, ao mesmo tempo que questiona continuamente seus próprios pressupostos e limitações. Como destaca Dias (2018), esse movimento imprime à disciplina um caráter não-sedentário, no qual seus conceitos não são estanques ou definitivos, sendo continuamente desdobrados e revisitados, uma vez que são postos à prova toda vez que os colocamos em relação com os objetos que recortamos enquanto materialidade. Isto não implica dizer que a disciplina não possui seus fundamentos estabelecidos de forma sólida, mas que inscreve sua prática sobre reflexão e questionamento contínuos.

A postura inquieta da AD possibilita o tensionamento da teoria por meio de sua relação com os objetos de discurso, proporcionando assim um espaço fecundo para que novos gestos de leitura sejam desenvolvidos no espaço polêmico das leituras de arquivo (Pêcheux, 1994). À medida em que os objetos discursivos — como o meme, no caso deste trabalho — são colocados em batimento com os conceitos, ambos são ressignificados, assinalando que o processo de produção de conhecimento em AD é sempre dinâmico.

É a partir disso que a disciplina concentra sua força epistemológica, uma vez que seu caráter inquietante não se contenta em oferecer explicações definitivas, pelo contrário, se debruça em um movimento contínuo de (re)atualização. Nesse ínterim, pensar a língua e a história discursivamente não implica apenas reaproveitar seus conceitos, mas questioná-los a partir de suas zonas de desinteresse, visto que as lacunas deixadas por essas disciplinas, como as noções de sujeito e ideologia, se tornaram fundantes para a AD (Vieira, 2022). Nessa perspectiva, a concepção de língua como um sistema homogêneo é profundamente tensionada, desestabilizando a aparente transparência que sustenta a cadeia significante.

⁴ Segundo Orlandi (2007) a AD trabalha em um lugar de entremeio, realizando elos que demonstram que não há uma separação entre a linguagem e exterioridade. Desse modo, a disciplina não trabalha a linguagem, a história, a sociedade e o político como unidades separadas de forma estanque, mas converge as noções provenientes de cada um desses campos para tomá-las a partir do que elas deixam de lado, questionando suas inseguranças. Assim, a materialidade (linguística e/ou histórica) é vista sempre a partir de uma não-separação entre linguagem e sociedade.

É possível então conceber que os sentidos não estão confinados no interior do signo, como em uma relação biunívoca que nos permite “atravessar” o significante para encontrar o significado do outro lado. A não-transparência da língua é uma questão central para a AD, que se constrói justamente a partir do que a própria Linguística deixa de fora. O sentido, como aponta Orlandi (2007, p. 27), “não está já fixado *a priori* como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”. Essa perspectiva retoma da psicanálise a noção do sujeito do inconsciente, descentrado e dividido, revelando na linguagem os movimentos contraditórios que caracterizam a natureza do processo de produção de sentidos.

A relação da língua com sua exterioridade emerge como um elemento incontornável e indispensável para a compreensão dos processos discursivos que se textualizam no digital. Da mesma forma, o interesse pela história não se limita à análise dos acontecimentos históricos de maneira isolada. É necessário reconhecer a espessura desses fatos, compreendendo os “processos discursivos que fazem com que os fatos signifiquem” (Vieira, 2022, p. 21). Ou seja, trata-se de entender que os fatos históricos não possuem sentidos em si mesmos, mas apreendem o seu significado a partir das redes de sentido a que se filiam, significando a partir de uma complexa rede de discursos que os atravessa, interpreta e os desloca.

As questões colocadas à margem por outros campos como a Linguística e as Ciências Sociais, ao serem deslocadas para a AD, adquirem uma nova espessura teórica. A respeito dessa relação e das críticas direcionadas ao tratamento desses contornos, Orlandi (2007, p. 26) argumenta:

[...]a AD coloca uma relação crítica intrínseca, por trabalhar justamente a sua contradição. Se a lingüística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica).

Nesse sentido, a AD se apresenta como um campo que não apenas tensiona as fronteiras disciplinares, mas também propõe uma reformulação teórica ao integrar linguagem, história e ideologia como elementos indissociáveis. O diálogo estabelecido com a Psicanálise, por sua vez, permite pensar o sujeito em uma conjuntura distinta, atravessado pela língua e pela história. Em Pêcheux (2014), o sujeito é concebido como um efeito das formações discursivas⁵ que o

⁵ Conceito formulado por Foucault (2008) para explicar como os discursos, entendidos por ele como conjuntos de enunciados que produzem saber sobre determinado objeto, se organizam e funcionam segundo determinadas regras de dispersão. Pêcheux (2014) parte do conceito e introduz, a partir da perspectiva materialista, nuances decisivas, como a relação sujeito-ideologia, concebendo o espaço que possibilita ao sujeito tomar a palavra e produzir sentidos.

posicionam. Esse posicionamento ocorre em lugares enunciativos específicos, inserindo o sujeito em redes de significação já constituídas e marcadas pela historicidade e pelo funcionamento da ideologia.

Do ponto de vista discursivo, “sujeito e sentido não podem ser tratados como já existentes em si, como a *priori*, pois é pelo efeito ideológico elementar que funciona, como se eles já estivessem sempre lá” (Orlandi, 2007, p. 28). Dessa forma, a aparente liberdade do sujeito não passa de um efeito de evidência sustentado pela ideologia que o atravessa. O dizer do sujeito é sempre determinado pelo eixo das formações discursivas e pelos interditos que as sustentam, revelando que a produção de sentido é estruturada por um jogo de determinações sócio-históricas e ideológicas. Retomamos Vieira (2022, p.21) para continuar a investida sobre a ideologia, a qual demarca, segundo ele,

o duplo interesse pelo inconsciente por meio do qual o sujeito se constitui na relação com a história. O que implica dizer que o significante que se formula na língua faz com que a história afete o sujeito de modo a impor a ele uma tomada de posição ideologicamente marcada. Tal posição é linguístico-histórica e, a partir dela os sentidos emanam, circulam e afetam os sujeitos.

Como pontuado pelo autor, a inclusão do caráter ideológico demarca uma postura teórica que recusa a ideia de um sujeito transparente, seja para si mesmo ou para o discurso. Conforme Pêcheux (2014), é pelo funcionamento da ideologia que o sujeito é inconscientemente interpelado e marcado por suas posições no discurso, ele não é senhor pleno de suas palavras e nem de seus sentidos, não domina o que diz. Como temos defendido, os sentidos não podem ser qualquer um, pois, em meio a esse jogo, existe a determinação histórica, o sujeito sempre fala a partir de uma posição, situada historicamente e que se materializa na língua. O modo como ele significa as palavras, como tenta confinar sentidos em suas formulações, está condicionado ao atravessamento ideológico que faz com que a língua lhe pareça um objeto límpido (Orlandi, 2015).

Nessa conjuntura, o sujeito é concebido como permanentemente envolvido no jogo dos esquecimentos, a saber:

O **esquecimento número dois**, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] O outro esquecimento é o **esquecimento número um**, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. (Orlandi, 2015, p. 33, grifos nossos)

São esses esquecimentos que tornam o sujeito suscetível à falha e à equivocidade, em um movimento no qual os sentidos sempre lhe escapam, algo sempre lhe falta, o que também é constitutivo do dizer. Para que o dizer se sustente é necessário que o seu sentido já exista. Assim, as proposições elaboradas no eixo da formulação se sustentam em redes de sentido pré-existentes, o que colabora para o efeito de evidência em que o sujeito tem a ilusão de ser ele a fonte dos seus dizeres (Orlandi, 2015). Essa perspectiva teórica articula o sujeito em um entrelaçamento entre o linguístico, o histórico e o social, que não podem ser pensados de forma isolada. A inserção do sujeito como categoria central na AD permite que esses três pilares epistemológicos sejam operados de maneira conjunta e interdependente, revelando a complexidade dos processos discursivos.

No plano do linguístico, o funcionamento de um discurso se sustenta a partir de suas regularidades, marcadas pelo caráter repetível dos dizeres e pelo trabalho de historicização que os atravessa. Essa abordagem demonstra a relação contraditória entre a linguagem e sua exterioridade (Orlandi, 2007), sendo esta última composta por elementos históricos, sociais e ideológicos que atravessam e constituem o discurso. Por meio dessa relação, emergem os furos, deslizos e falhas que deslocam os sentidos, colocando-os em constante deriva.

Ao reconhecer essa dinâmica, a AD reafirma que o sentido não é algo estático ou plenamente acessível, mas um efeito de posições discursivas historicamente constituídas. Assim, o discurso torna-se um espaço de luta e produção de sentidos, no qual a história não é apenas um pano de fundo, mas uma força ativa que estrutura e tensiona o dizer. Ou seja, cada discurso possui sua singularidade, sua espessura própria.

Neste trabalho, o interesse de compreender o funcionamento da liberdade de expressão emergiu das disputas pelo sentido do significante ‘liberdade de expressão/*free speech*’ que ocorrem na rede social *X* (anteriormente Twitter). Observamos também como esse significante desliza para outras materialidades, demarcando o movimento do verbal para o não-verbal, em que o suporte imagético toma o lugar da palavra para significar e projetar sentidos.

Essa disputa fez intervir a determinação dos sujeitos diante da opacidade do acontecimento: o bloqueio do *X* no Brasil. A historicidade em que se inscrevem os fatos reclama uma leitura, contorna um sentido que caminha para se sedimentar. Deste modo, é possível compreender como os sentidos mudam de acordo com as posições de sujeito sustentadas, a partir das relações de força materializadas no jogo das disputas de sentido, que textualizam processos históricos discursivamente materializados.

1.2 Há ordem no digital

Em nosso percurso, lidamos de modo incontornável com as condições de produção específicas desse espaço do digital. A disputa de sentidos em torno da ‘liberdade de expressão’ que se inscreve no *X* nos leva, em um primeiro momento, a pensar a digitalização, nos termos de Dias (2016, p.10-11):

[...] o que hoje chamo digitalização do mundo, ou seja, práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas dos sujeitos que, por meio do acesso deslocam o campo da “luta” para uma inscrição na forma digital. Em outros termos, a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho.

Sob essa perspectiva, a digitalização não se limita apenas a uma mudança tecnológica, mas se constitui como um processo discursivo e histórico que redefine as formas de significação. As formas do dizer e do fazer, a partir das condições de produção impostas pelo digital, são outras, o que torna modo de significar no digital uma discursividade distinta. A metaforização das relações sociais implica que, por meio desse deslocamento, elas se tornam representações de si mesmas, mediadas pela lógica da linguagem no digital. Explico. Um amigo no *Facebook* não é um amigo, mas a representação. As relações deixam de existir no “mundo real” para dar lugar a uma nova forma de existência, dentro da rede social, “vencendo” as limitações de uma relação em “carne e osso”. De modo parecido, as relações de afeto, trabalho, luta política e exclusão social passam a operar em uma outra ordem, mediadas pela lógica dos dispositivos digitais (*likes, hashtags, posts etc.*).

Semelhantemente, Gallo (2017, p. 429) trabalha a noção de espaços enunciativos informatizados e discorre sobre “o fato de que cada espaço enunciativo informatizado, próprio de uma rede social (*youtube, facebook, twitter, etc*) tem sua normatização específica, na qual todo dizer deve se submeter para aí fazer sentido”. Dito de outro modo, cada plataforma constitui um espaço singular em que o texto deve circular conformes suas imposições técnicas, uma injunção que afeta o modo de significar dentro do ambiente da plataforma. O *Instagram*, por exemplo, é diferente do *X* e assim por diante, cada plataforma produz relações distintas dos sujeitos com os sentidos. Esses espaços produzem lugares discursivos marcados por contradições, ainda que dissimuladas pelo funcionamento ideológica na/da plataforma, pois, ao sujeito-interlocutor da internet, “forjado tecnologicamente, cabe a controvérsia, mas não a contradição” (*ibidem*, p. 430). A exemplo disso, no *X*, os *tweets* de usuários comuns possuem

um limite de 280 caracteres, enquanto usuários assinantes da modalidade *premium* recebem limites que podem chegar a 25.000 caracteres, estabelecendo limites bem específicos entre aqueles dispostos a utilizar a plataforma profissionalmente e aqueles que só querem navegar sem muito compromisso. Silveira (2015, p. 52) discorre sobre o funcionamento da linguagem no espaço enunciativo do *X*.

Escrever, *linkar*, compartilhar vídeos e imagens e textos, responder, citar e curtir são, respectivamente, os termos utilizados pela linguagem do Twitter, que servem para organizar pragmaticamente as interações. Mesmo com todas essas funcionalidades adicionadas, diferentemente de sites como Facebook e Youtube, em que há o predomínio de publicações em vídeos e imagens, a grande parte dos tuites são formados pelo famoso e pequeno texto de até cento e quarenta caracteres.

O mesmo padrão se repete nas demais plataformas, cada uma delas a seu modo, com seus mecanismos específicos para moldar o dizer, afetando a formulação dos discursos e interação com esses discursos produzidos. Cabe aos sujeitos apenas atender aos critérios específicos de cada um desses espaços informatizados, sua relação com a linguagem é sempre mediada pelo controle.

Essa normatividade imposta pelas plataformas possui múltiplos níveis. Existe, por um lado, as regras que são explícitas — termos de uso, políticas de moderação e formatos permitidos etc. — e regras implícitas ao usuário, frequentemente vinculadas ao modo como a plataforma segmenta e distribui os dados, e ao modo como organiza os regimes de leitura, que tipos de postagens são privilegiadas e quais são engolidas pelo algoritmo, sendo conseqüentemente silenciadas.

A partir dessas dinâmicas, os modos como os sujeitos se relacionam com os sentidos e com as práticas sociais são reconfigurados nesses espaços. Essa reconfiguração transforma a luta pelos sentidos em uma disputa que funciona pelo modo de significar no digital (quem viraliza, quem consegue mais visualizações, mais seguidores, mais engajamento etc.), no qual tudo é mediado pela lógica do mercado tecnológico: o controle e o gerenciamento de informações⁶.

⁶ Também chamado de colonialismo de dados, esse processo combina “as práticas extrativistas predatórias do colonialismo histórico com os métodos abstratos de quantificação próprios da computação” (Couldry e Meijas, 2018, p. 1, *tradução nossa*). Esse processo seria uma releitura das formas clássicas do colonialismo histórico metaforizado em uma nova conjuntura atravessada e mediada pelo digital que, enquanto uma condição política que permite a reprodução do modo de produção capitalista, permite que os dados coletados enquanto milhões de sujeitos se fazem presentes online nos espaços informatizados se torne o principal produto a ser explorado e comercializado.

A reprodução das formas de atravessamento da existência capitalista demanda um olhar específico diante da especificidade do digital. Desse modo, lidamos com o digital não apenas como um suporte técnico para a enunciação, tampouco como mais um modo de produção de tecnologia, mas como uma condição de produção política e ideológica do discurso (Dias, 2016, 2018). Em tais termos, é preciso ter em mente o fato de que pensar a digitalização do mundo implica também compreender que o dizer do sujeito “físico” só faz sentido *online*.

Tal sujeito precisa adentrar o digital através de uma materialidade que não é mais física, mas composta de “pixels”. Esses sujeitos, em conjunto, constituem redes de sentido, e instauram, a depender da maneira como reformulam e deslocam sentidos no discurso digital, novos modos de significar.

Nesses termos, as condições de produção, conceito tão caro para a AD como um todo, que ocupa um lugar central na determinação dos modos de significação de um discurso, adquire outros contornos. Tendo isso em mente, tomamos o que Pêcheux (1997, p. 77) explica ao pontuar que

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política.

Todo discurso é produzido a partir de condições de produção específicas, que são atravessadas por relações de força e posições ideológicas que se materializam nas formações discursivas. O exemplo do autor ilustra que o efeito de um enunciado não se reduz à sua forma, ao seu conteúdo, estando também ligado ao lugar, à posição ocupada pelo sujeito que formula o dizer e das relações que este mantém com o campo de forças no qual se insere. Desse modo, uma mesma formulação pode funcionar, inscrita em diferentes regiões de sentido, de formas distintas, a depender das posições sustentadas pelos sujeitos que estão em cena. Essa concepção rompe com a ideia de neutralidade e universalidade da linguagem, compreendendo os discursos como práticas políticas de linguagem.

Sob essas condições, novas instituições atravessam as condições de produção, como as grandes corporações, as *Big Techs*, que exercem influência direta sobre o funcionamento da máquina ideológica por meio dos algoritmos, moldando os modos de produção e reprodução do trabalho e do próprio dizer. É nessa conjuntura que nosso interesse recai “na observação do

modo como uma divisão social das leituras de arquivo afetam diretamente o campo político, com suas incontáveis batalhas pela produção do sentido verdadeiro” (Silveira, 2015, p. 33). No digital, a luta pela significação é intensamente política. As assimetrias de poder que atravessam essas batalhas são acentuadas pela ação dos algoritmos, responsáveis por selecionar, filtrar e massificar os conteúdos, restringindo o prisma de leituras possíveis. Desse modo, determinados discursos são reforçados pela organização da distribuição de dados, enquanto outros discursos são silenciados e marginalizados.

Nesse percurso, duas noções atravessam o desenvolvimento de nosso gesto analítico: o político e o simbólico. Compreender o entrecruzamento dessas duas noções resulta na desnaturalização dos efeitos produzidos na língua, pondo em suspenso as leituras que se apresentam como óbvias e tensionando a transparência daquilo que se textualiza na língua(gem).

Henry (1992, p. 165) nos mostra que o simbólico é “aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito”. Na relação dos sujeitos com a língua, há uma instância em que certos objetos só são acessíveis por meio da ordem do simbólico, na qual o efeito apreendido pelo sujeito é o que molda a sua percepção, sua leitura. Desse modo, “a relação que há entre o imaginário e o real necessita de uma entrada pelo simbólico” (Vieira, 2025, p. 406), o simbólico medeia a relação dos sujeitos com os objetos empíricos, que são inevitavelmente atravessados pela linguagem quando materializados nas formulações, as quais retornam em imaginários sedimentados sobre determinados significantes.

Balizados por essa compreensão, também tomamos o texto, a partir de Orlandi (2007), enquanto um espaço simbólico e multidimensional, no qual múltiplos sentidos orbitam, atravessados pelas condições de produção e pela historicidade da língua, regidos pela ideologia. Desse modo, articulamos por meio da teoria uma compreensão de que toda materialidade que dá suporte a um discurso pode ser considerada um texto, tornando possível que distintas materialidades sejam considerados textos (Indursky, 2011).

O político, segundo Orlandi (2010, p. 12), se encontra no fato de que “os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’ os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões”. Essa divisão do trabalho das leituras, como já apontada por Pêcheux (1994), emerge de um efeito das relações de poder que estruturam a nossa sociedade e que, no digital, são atravessadas por novos agentes, as grandes instituições de tecnologia e seus algoritmos.

Em meio a esse esforço de capturar os vultos que se textualizam em forma de memes diante da efemeridade do digital, resgatamos a necessidade de conceber a imagem, e por conseguinte o meme, como uma tecnologia política de imagem (Lagazzi, 2020, 2021), cujo funcionamento afeta os sujeitos e demanda destes uma mobilização: um gesto, um olhar, uma leitura, em outros termos, uma tomada de posição.

A partir de tais premissas pensamos na compreensão de Lagazzi (2010) sobre a noção de materialidade significante, a qual retoma “ao mesmo tempo, a perspectiva materialista e o trabalho simbólico na cadeia significante” (p. 173). Assim sendo, ao pensar o meme não apenas como suporte técnico, o inscrevemos no interior desse trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na medida em que os sujeitos, a partir de sua relação com a linguagem, são sempre tomados no centro de relações contraditórias, pois o sentido nunca se fecha.

Aliado a isso, entendemos que é pelo político que funciona a disputa pelo significante no digital. Desse modo, a circulação de memes é compreendida como uma prática discursiva atravessada por relações ideológicas que são mediadas pelas próprias plataformas, sob a ação dos algoritmos, em um movimento de sentido no qual o digital funciona como novo espaço de produção, reprodução e sedimentação de sentidos.

A natureza do digital traz uma nova potência a essa dinâmica, intensificando a circulação e (re)textualização dos discursos, o que leva à multiplicação de leituras e ressignificação dos significantes. Isso se dá por meio do simbólico, pois o percurso nunca é neutro, o espaço dessas interações jamais será isento, o trajeto do dizer já está marcado pelo funcionamento da ideologia. Assim, o espaço de produção do discurso digital não se dá apenas em uma dimensão técnica ou formal, mas dentro de um espaço simbólico e político que reorganiza e limita as possibilidades de significação.

O atravessamento ideológico que recobre a imagem concebe ao sujeito a sua leitura diante do meme (da imagem, das cores, das fotografias, das montagens), pavimentando o seu gesto próprio de leitura, sua compreensão dos fatos e da materialidade do sentido que se textualiza no digital. Assim, o meme opera a partir de um funcionamento marcado pelo confronto de sentidos, no qual a materialidade se encontra irremediavelmente aberta às possibilidades do sentido sempre poder ser outro.

Trata-se de uma tentativa de capturar aquilo que se move sem cessar, tomando o equívoco não como um desvio da língua, mas como uma de suas características constitutivas.

Na incompletude⁷, movimento e permanência se cruzam, o mesmo e o diferente se chocam para deslizar por novas rotas no percurso dos sentidos.

Em face de sua dimensão política do controle dos sentidos, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação quanto da retórica da resistência, trazendo também a dimensão discursiva da relação fundamental do dizer com o não-dizer (Orlandi, 2011). Essa compreensão nos permite reconhecer que os sentidos produzidos nos discursos sobre a liberdade de expressão não são fixos, nem transparentes, uma vez que percorrem trajetórias errantes que os deslocam continuamente. Nesse processo, os silenciamentos não operam como meras ausências, são constitutivos do dizer, instaurando zonas de opacidade em que o sentido escapa à tentativa de estabilização. Assim, na análise desses movimentos, na tensão entre aquilo que se diz e o que se silencia, é que se abrem possibilidades de observar os não-ditos, inscritos na língua a partir do que é dito.

Sob tais condições, as *fake news* circulam como ferramentas políticas enquanto os algoritmos orientam os fluxos de informação, tornando assim a busca por um “sentido verdadeiro” ainda mais intensa (Silveira, 2015). Entretanto, essa busca é marcada por uma contradição: os sujeitos são ao mesmo tempo instados a interpretar e limitar-se às condições impostas pelo digital, em que a repetição e a circulação de determinados discursos cria uma aparente naturalidade para os sentidos produzidos (Dias, 2016). Em outros termos, a digitalização instaura novos espaços de enunciação, marcados pela tensão entre determinação histórica e disputa ideológica, na qual o sujeito se encontra na encruzilhada entre ser constituído pelos discursos dominantes ou resistir a eles.

Esse processo de digitalização do mundo, portanto, inscreve-se como um fenômeno discursivo que complexifica ainda mais a relação entre linguagem, história e ideologia. Diante do digital, a relação do sujeito com as máquinas algorítmicas sob influência das grandes corporações traz mudanças significativas na constituição do dispositivo teórico, pois reconhecemos que o gesto de interpretação não é indiferente à materialidade significativa (Orlandi, 2007).

O sujeito, nas condições de produção do discurso digital, é simultaneamente atravessado e constituído por dinâmicas discursivas que moldam sua compreensão do mundo. Sua constituição é marcada pela contradição e pela falta de plena consciência dos mecanismos que

⁷ Conforme Orlandi (2011) a incompletude é constitutiva da linguagem, uma vez que todo dizer se coloca em um relação fundamental com o não-dizer, isto é, nessa dimensão de apreensão errante é que os sentidos vacilam diante da vontade de unificá-los. Nesse sentido, sua reflexão não pensa a linguagem como algo que deveria ou não estar inteiro, mas como algo sem fim assinalável (*idem*, 2007).

produzem os sentidos que o significam. O processo de interpelação dos sujeitos fornece, pela ideologia, a constituição de um mundo de ‘evidências’ que proporcionam ao sujeito a percepção material da realidade, inscrevendo-o como um agente de práticas sociais, que se dão no espaço determinado pelas relações de poder, que regulam a produção e reprodução de sentidos (Dias, 2018).

Essa visão reforça a compreensão materialista do discurso não limitada à reflexão de uma realidade externa, mas funciona como um campo de disputas que é constantemente tensionado por formações discursivas e atravessado por memórias que reestruturam e ressignificam o dizer ao longo do tempo. Orlandi (2007) destaca que há uma injunção à interpretação. Diante de um objeto simbólico ‘x’, somos impelidos a interpretar o que ‘x’ quer dizer, como se o sentido já estivesse lá, evidente. Contudo, essa evidência é, na verdade, resultado de um movimento interpretativo contínuo, que não é isento de contradições.

Desse modo, diferentes sujeitos tentam fixar determinados sentidos. A ação dos algoritmos de cada plataforma jamais é neutra, a priorização de determinados conteúdos gera o silenciamento de outros, o que torna os espaços enunciativos informatizados agentes políticos da organização dos sentidos.

O sentido se torna cada vez mais marcado pela efemeridade da circulação dos discursos, em que a palavra escrita cede lugar para a imagem. É aí que o trajeto do olhar, cada vez mais precário, repousa sobre o meme, que materializa (e naturaliza) esse movimento da palavra para a imagem. Orlandi (2007, p. 32) nos explica que

[...] a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, ou seja, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, o que produz sua "transparência". Dito de outra forma, se se tira a história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas.

O imbricamento do simbólico e do político se observa na forma como certos sentidos são continuamente naturalizados enquanto outros são depositados à margem. A circulação dos discursos não ocorre em um vácuo de neutralidade, mas em um regime de visibilidade que é regulado por interesses políticos dissimulados que atravessam os sujeitos.

Desse modo, não se descola o simbólico do político, pelo contrário, a disputa pelo sentido no digital é simbólica e política, ao mesmo tempo que os sentidos podem sempre derivar, há forças que agem para a manutenção e regimento deles, a leitura ‘guiada’ pelo

algoritmo, em que a repetição contínua se situa nos limites impensáveis entre polissemia e paráfrase⁸.

Ainda nessa reflexão, Orlandi (1995, p. 41-42) assinala que

esse mesmo processo, em que o não verbal é sobredeterminado pelo verbal, produz efeitos fundamentais sobre a concepção da mídia. Por esse efeito ideológico, também a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito de transparência, da informação do estável (ou pelo menos, do diretamente decodificável).

Esse movimento do verbal para o não-verbal determina a forma do meme enquanto materialidade significativa, levando em consideração que ele opera simultaneamente como um objeto simbólico e como uma tecnologia política, em que os sentidos nunca se estabilizam plenamente e são continuamente deslocados. O meme funciona a partir das transferências, do jogo de metáforas⁹, que desloca a palavra/imagem de um lugar para a fazer significar em outro, inscrevendo-a em diferentes sítios de significação. Essa materialidade afeta o sujeito, e sua leitura já é dada, atravessada, marcada pelo eixo ideológico que o interpela e o confere aos sentidos que se deve interpretar. Assim, nos colocamos na busca de “compreender a inconclusão composta pelo visual e pelo verbal, [...] buscando suas convergências” (Lagazzi, 2009, p. 73).

Tendo em vista esse movimento, apontamos, a partir de Orlandi (2001, p. 9), os três momentos que compõem a produção dos discursos, sendo eles:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3. Sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Esses três momentos funcionam juntamente, sem uma separação estanque entre eles, no entanto, Dias (2018) observa que diante das demandas produzidas pelo digital há um enfoque

⁸ Orlandi (2015) aponta que o funcionamento da linguagem se encontra continuamente na tensão entre esses dois processos. Segundo a autora, os processos parafrásticos funcionam do lado da estabilização, pelos quais todo dizer retoma uma memória, um retorno às mesmas regiões de sentido, produzindo formulações sobre o mesmo dizer sedimentado. Por outro lado, é por meio da polissemia que irrompe o diferente no discurso, produzindo ruptura na estabilização de sentidos, deslocamento.

⁹ Dor (1989) descreve a metáfora como o ato de designar alguma coisa por meio do nome de outra. Trata-se de uma operação de substituição do significante. Como um mecanismo que se encontra na instância do simbólico na linguagem, compreendemos a metáfora enquanto um processo que implica um deslocamento, no qual um significante toma o lugar de outro dentro da cadeia significativa, produzindo um efeito de sentido distinto a partir desse deslocamento. Pêcheux (2011) acrescenta uma verticalização desta premissa ao conceber a metáfora enquanto um efeito de “curto-circuito” simbólico entre dois termos “sem nenhum discurso justificativo que subentenda essa relação” (p. 159). Desse modo, o deslocamento de um significante para a posição de outro inscreve-o em uma região distinta de sentido, a qual provoca um sentido outro que emerge por meio da ruptura com a lógica unívoca do texto.

maior no eixo da circulação, concebido como a porta de entrada para a compreensão do funcionamento dos discursos no digital.

A autora (Dias, 2018, p. 29) aponta que “olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora”. É esse modo de organização dos discursos que impõe sua existência no digital, pois é sua circulação que efetiva o seu funcionamento. Nessa conjuntura, as interações que se dão dentro da plataforma, especificamente o *X*, também produzem efeitos de sentidos. É necessário ressaltarmos que a relação dos sujeitos com a máquina algorítmica da plataforma não está no escopo deste trabalho. Assim, descontinuamos discussões de caráter mais técnico que possam emergir, embora não as deixemos de lado completamente. Nosso interesse se coloca especificamente sobre aquilo que se instaura como uma discursividade a partir das discussões sobre liberdade de expressão.

O digital reconfigura o funcionamento da memória discursiva ao tornar a circulação do dizer em um elemento estruturante do processo de significação. Aquilo que se produz no digital circula, e é pelo fato de circular que funciona (Dias, 2018). O tensionamento das leituras normalizadas no digital delinea o trajeto para a compreensão de como os sentidos colocados em disputa se inscrevem tanto na estrutura da língua quanto nos regimes de poder que regulam esse espaço.

No que diz respeito ao funcionamento da materialidade com que lidamos neste trabalho, o meme, suas possibilidades de significação parecem inesgotáveis diante do vasto domínio discursivo que se tornou a internet. Semelhantemente à fotografia, que proporcionou mudanças na relação dos sujeitos com a arte, produzindo um novo paradigma, uma vez que “a obra de arte é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida” (Benjamin, 1985, p. 171), também o meme é uma materialidade feita com o exclusivo intuito de circular, logo, sua formulação já é afetada pelo regimento da plataforma, que efetiva seu funcionamento ao pulverizá-lo ao maior número de usuários possíveis e, por outro lado, os gestos de leitura desses sujeitos já se encontram afetados, sendo inevitavelmente atravessados por determinações sociais, históricas e ideológicas.

As práticas discursivas nesse espaços enunciativos informatizados adquirem um novo contorno, uma tessitura dinâmica e fluida. Esse processo lhes confere uma natureza distinta, capaz de pôr nosso olhar em constante deriva. Nesses termos, nos colocamos em busca daquilo que falha no meme, na deriva dos sentidos condenados ao equívoco e à descontinuidade, à falha diante da tentativa de confinamento. A partir daquilo que tentamos compreender, o meme mobiliza sentidos que sempre escapam à tentativa de encapsulamento.

A ordem própria do meme permite a coexistência do mesmo e do diferente, em que a deriva e a sedimentação são processos constitutivos. Essa ordem própria que nos inquieta lida de alguma maneira com a metáfora, visto que nesse movimento de texto-imagem algo é transferido para imagem, homogeneizando o sentido do dizer que se deposita na imagem para significar pela ordem do simbólico. Assim, é preciso tensionar no meme aquilo que provoca as suas derivas, questionando o funcionamento da liberdade de expressão no discurso digital.

Esse gesto se inscreve como uma tentativa de lidar com as inquietudes provocadas pelo modo como o digital (re)significa as discursividades, explorando como os sentidos sobre a liberdade de expressão se assentam sobre uma extrema disputa, em um espaço em que múltiplos sujeitos circulam e fazem circular. Desse modo, se torna essencial pensar as condições de produção do discurso sobre a liberdade de expressão no digital e como essa discursividade produz lacunas, silenciamentos e deslizamentos. Esses processos trazem à tona as contradições que, conforme Dias (2018), marcam as divisões sociais que permitem compreender os “efeitos nos modos de individuação dos sujeitos na sociedade” (p. 39) — pensado a partir de sua relação com o digital e afetados pelo modo de (re)produção capitalista — como efeitos da linguagem, da história e da ideologia.

1.3 Memória e produção de sentidos

Entendemos que a memória discursiva exerce um papel importante na compreensão do funcionamento do discurso digital, por meio dela é possível reconhecer como os sentidos são estabilizados, deslocados ou apagados a partir das condições de produção/circulação específicas do digital. Conceber a memória como parte atuante desse processo nos permite observar como a liberdade de expressão é constantemente (re)textualizada no digital e se atualiza, atravessada por disputas ideológicas que intervêm em sua significação, fazendo-a derivar, até que se aloje em distintas regiões de sentido. De todo modo, partimos da compreensão de que seu sentido não é, de modo algum, homogêneo.

A partir de Pêcheux (1999), compreendemos a memória enquanto mecanismo ativo que orienta a produção e a interpretação dos discursos no presente. De outro modo, a memória se manifesta na repetição, na intertextualidade, na paráfrase, no resgate/desgaste de saberes sedimentados que garantem a circulação de sentidos estabilizados e sua atualização ao longo dos tempos.

Pêcheux (1999, p. 50) faz questão de enfatizar que a memória não deve ser entendida no “sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados

da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Nesses termos, o autor provoca uma reflexão para sentidos muito mais abrangentes daquilo que se compreende como memória, que não se limitam à capacidade cognitiva dos sujeitos em memorizar e que, para além disso, se traduz em todo um conjunto de saberes e práticas que se sedimentam no imaginário social. Afinal, como bem apontou o autor, “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (Pêcheux, 2014, p. 130).

Semelhantemente, Indursky (2011) nos mostra que, para a AD, a memória não é tratada a partir de uma natureza cognitiva, mas social. Portanto, importa dizer que “se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido” (*ibidem*, p. 71). A partir do rompimento com abordagens psicologizantes, o funcionamento da linguagem se dá por meio de uma memória que funciona no social, no contraditório. Nesses termos, a memória não funciona como um depósito de recordações individuais, mas um lugar social de inscrição dos sentidos, antecedendo o sujeito e marcando suas possibilidades de formulação.

Orlandi (2015, p. 28) trata a memória como interdiscurso e nos ensina que ela “também faz parte da produção do discurso”. Desse modo, por meio de seu funcionamento certos sentidos são colocados em movimento, ativados e inscritos em determinadas regiões de sentido que também se relacionam com as condições de produção. É a memória que faz com que seja possível que todo e qualquer dizer se estruture, retornando sob a forma dos pré-construídos, a partir dos quais os já-ditos emergem na base do possível e se textualizam (Orlandi, 2015).

O pré-construído, para Pêcheux (2014, p. 151), corresponde ao “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Todo dizer se estrutura a partir de sentidos já estabilizados, como se fossem naturais e universais quando, na verdade, são efeitos de posições ideológicas historicamente produzidas. Essa relação do sujeito com os sentidos se dá por meio da interpelação ideológica, esse ‘sempre-já-aí’ impõe os sentidos semanticamente normais, pois todo discurso se constitui em relação com o que já foi dito. Essa relação aponta para o interdiscurso e sustenta a ideia de que nenhum dizer é inaugural, ele se inscreve em regiões de sentidos anteriores e retoma esses sentidos já sedimentados, podendo reiterá-los, deslocá-los ou silenciá-los.

A memória discursiva acentua a disputa no digital, o entrecruzamento entre o discurso institucional, o discurso midiático e as infindáveis interações dos sujeitos nas plataformas põem os sentidos em movimento. Certos discursos são resgatados e amplificados, enquanto outros são silenciados ou apagados, produzindo efeitos de evidência que dissimulam a historicidade dos sentidos.

A memória não apenas resgata dizeres anteriores, como também os reinsere dentro de novas formações discursivas, ajustando-os às condições de produção vigentes. Esse movimento traz à tona o funcionamento do político na linguagem, por meio do qual se compreende que os sentidos nunca são os mesmos, a palavra/imagem fala/cala e faz derivar o olhar do sujeito na busca de uma região em que possa ancorar sua leitura, lançando mão de um gesto “próprio” de interpretação.

Em nosso trajeto, nos deparamos com as disputas incessantes pelo sentido, a palavra em jogo, a determinação do sujeito na história e na língua, o que se desenrola especialmente em contextos de tensão ideológica, nos quais as palavras deslizam de um campo para o outro, se alojando em regiões de sentido completamente distintas. Situamos, então, a língua e suas práticas em um espaço atravessado pelo social e pelo histórico, de tal modo é imprescindível incluir nesse meandro o contexto em que se dão tais práticas, as circunstâncias enunciativas e as condições de produção em que se inscreve o dizer.

Esse interesse ganha centralidade quando buscamos desnaturalizar a transparência de um acontecimento emblemático recente na história do país: o bloqueio do X, que reacendeu a discussão sobre a liberdade de expressão e seus sentidos, reiterando a opacidade da língua e a complexidade dos sentidos em jogo nessa disputa por “liberdade”.

Diante do acontecimento, ecoam as palavras de Pêcheux (2014, p. 147), que discorre sobre o sentido das palavras em relação às posições sustentadas pelos sujeitos e sua subordinação ao complexo das formações ideológicas:

Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que, elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Os sujeitos são, desse modo, determinados no discurso pelo eixo das formações discursivas em que estão inscritos. É por meio do funcionamento da ideologia que as evidências se sustentam, e esse trabalho ideológico é o que faz com que as palavras que dizemos digam o que, entre outras coisas, queremos dizer por meio delas.

Indursky (2011, p. 68) aponta que essa “reflexão sobre *sentido* inicia a partir das *relações de parafrasegem* que as diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de uma *matriz de sentido* que se organiza no âmbito de uma *Formação Discursiva*”. Dito de outro modo, a relação contraditória do sujeito com a ideologia faz com que ele se

identifique com determinadas matrizes de sentido, reinserindo em seu discurso, a partir de paráfrases, enunciados que se relacionam com sentidos previamente movimentados em sítios de significação que se alinham com aquilo que sua formação discursiva lhe permite dizer, produzindo nele a ilusão de ser a fonte daquilo que formula.

As formações discursivas são, por sua vez, filiadas ao complexo das formações ideológicas. Pêcheux e Fuchs (1997b) explicam, retomando a tese althusseriana de que é por meio da interpelação ideológica que os indivíduos se constituem sujeitos, que “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de **atitudes** e de **representações** que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (p. 166, grifos nossos). Assim, as formações ideológicas organizam conjuntos complexos de atitudes e representações que não são meras expressões individuais, ligando-se às posições de classes e relações de força sócio-históricas.

Cada formação discursiva, portanto, não se sustenta por si, é sempre filiada a uma formação ideológica, funcionando como o espaço de materialização linguística dos sentidos (im)possíveis no interior de determinadas conjunturas ideológicas. Os discursos não circulam na neutralidade, mas são orientados por essas posições ideológicas que moldam o dizer, definindo as possibilidades de significação e os efeitos de sentido próprios de cada formação discursiva. Dessa forma, o sentido está sempre determinado por condições materiais de existência, isto é, não se desvencilha de suas condições de produção sociais, históricas e ideológicas.

Como temos sustentado até então, o sentido não está unicamente alojado no texto, nas palavras, nas imagens, ele é constituído em um processo que se dá por meio da sua relação com a exterioridade. Compreender as condições de produção que circunscrevem o acontecimento nos dá a possibilidade de não limitar o escopo a um sentido mais restrito, que não dialoga com o panorama mais complexo, surgindo a necessidade de fazer intervir a história na indagação dos sentidos.

Desse modo, a relação simbólica dos sujeitos com o significante ‘liberdade de expressão’ deriva em leituras que frequentemente se situam em dois eixos, a saber:

1. Na perspectiva que traz uma compreensão da liberdade de expressão como um direito que está condicionado pela responsabilidade do sujeito perante a sociedade sobre aquilo que formula. Essa responsabilidade reflete também a necessidade de combater as práticas que comprometem o espaço público do debate, como o compartilhamento de *fake news* e discursos de ódio, dentre outros crimes comuns na internet ou

2. No sentido frequentemente associado à ideia de uma liberdade irrestrita, que não conhece medidas, assim o sujeito pode tudo dizer sob o argumento de estar exercendo o seu “direito” de manifestar uma opinião. Essa posição é sustentada por um discurso que, a partir do modo de produção capitalista, aponta para as relações financeiras como principal regulador das interações que se dão no espaço das redes sociais.

Essa disputa se situa naquilo que Pêcheux (2014) formulou em sua reflexão de que as palavras não possuem seu “sentido próprio”, sendo estes sentidos constantemente deslocados, ressignificados e historicamente determinados pela sua relação com as formações discursivas e o complexo das formações ideológicas a que se filiam. Do ponto de vista da AD, esses não são discursos que coexistem pacificamente, pois se desdobram a partir de formações discursivas distintas, ancoradas em redes de sentido que disputam a hegemonia em torno do significante.

Por um lado, no discurso jurídico institucional brasileiro, a liberdade de expressão se constitui enquanto um direito fundamental, historicamente inscrito em um conjunto de dispositivos legais e outros direitos igualmente fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia, educação, saúde, segurança, à honra etc., que a delimitam e lhe conferem sua legitimidade.

Trata-se de um discurso que opera pela lógica da condicionalidade, isto é, a liberdade não é, de modo algum, absoluta, mas é concebida a partir de sua relação com outros dispositivos legais que a significam e a regulam, atravessada por princípios de responsabilização.

Trazemos à discussão, as reflexões de Gallo (2017a, p. 434, grifos nossos):

Nas práticas discursivas vão se materializando lugares discursivos que são produtores de legitimidade, quando são lugares de discursos de escrita; Por ex: o **lugar de um juiz, o lugar de um cientista**, etc. Os sujeitos que se inscrevem nesses discursos, assumem posições nesses lugares discursivos. A formulação dos textos, e a normatização que determina essa formulação, assim como outros funcionamentos, fazem parte dessa materialidade histórica dos discursos e lhes dão condições de serem reconhecidos e legitimados.

Esses lugares discursivos funcionam como produtores de legitimidade, na medida em que se inscrevem em formações discursivas historicamente estabilizadas. Esses lugares não se confundem com os indivíduos empíricos, pois correspondem a posições socialmente reconhecidas ocupadas por sujeitos.

O sujeito-ministro Alexandre de Moraes não interessa nesta pesquisa enquanto indivíduo, é sua posição discursivamente marcada que tomamos no percurso de nossa inquietação, e o modo que essa posição vai sendo construída e tensionada. Tal posição é atravessada (e ressignificada) por memórias institucionais que (des)autorizam certos sentidos,

na medida em que conferem a eles o efeito de verdade, racionalidade e autoridade, sedimentando determinados sentidos sob a prática jurídica.

Nessas condições, o sujeito de direito é interpelado como alguém livre para se expressar, desde que seu dizer não produza efeitos que atentem contra a ordem democrática ou violem os direitos de outros sujeitos. Existe, portanto, uma tentativa de estabilizar o sentido sob a ordem do jurídico, sustentando por uma memória que movimentava regiões de sentido que buscam conter os deslocamentos mais radicais do significante. Sarlet (2019, p. 1209) comenta o seguinte:

Na perspectiva do Direito, um dos principais desafios segue sendo o de buscar assegurar um equilíbrio entre o exercício pleno da liberdade de expressão nas suas mais diversas dimensões, por um lado, e a necessária proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos de personalidade, por outro, mas também o de operar como instrumento para a afirmação, do ponto de vista transindividual, de um ambiente com níveis satisfatórios de tolerância e reconhecimento.

O autor se inscreve em uma tradição jurídica que compreende direitos humanos fundamentais como interdependentes e não absolutos. A liberdade de expressão, nessa perspectiva, não é concebida como um direito ilimitado, ela é significada na sua relação com outros direitos, sendo seus limites estabelecidos por outros direitos que contornam diferentes áreas da vida civil. Prossegue o autor (*ibidem*, p.1215):

Note-se que, em um primeiro momento, a lista de direitos fundamentais prevista no artigo 5º da CF¹⁰, pelo menos numa primeira aproximação e com base no teor literal dos respectivos preceitos, aparentemente, atribui idêntico valor tanto à proteção à intimidade, privacidade, honra e imagem, quanto à liberdade de manifestação de pensamento e de expressão artística, intelectual, científica e de comunicação.

Por essa via a liberdade de expressão não é concebida como um direito ilimitado, devendo ser exercida em consonância com outros direitos igualmente fundamentais. Trata-se de um discurso mais ponderado, que busca evitar tanto o silenciamento arbitrário quanto a legitimação de práticas de censura.

Há, por outro lado, o discurso do senso comum, no qual as noções de equilíbrio e responsabilidade parecem ser apagadas a partir de uma individualização extrema e absoluta do direito de dizer. Esse discurso, imensamente mobilizado no *X*, tende a operar por uma lógica distinta, que busca romper com a estabilização imposta pelo discurso jurídico.

Mobilizada por esse discurso, a liberdade de expressão aparece descolada de sua historicidade, sendo reinscrita em uma lógica individualista, na qual o sujeito é concebido como

¹⁰ Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que confere, dentre outros, o direito à “livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” e a “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 2022[1988], p. 13).

plenamente autônomo, transparente e senhor absoluto de seus dizeres. Esse discurso produz o efeito de evidência em que “dizer o que se pensa” é um direito natural, anterior a qualquer mediação institucional ou responsabilidade social. Nesse ponto a contradição é reforçada, pois a própria plataforma trabalha para apagar as condições materiais que fornecem o sentido, descolando-o de seu real sócio-histórico.

Essa conjuntura possibilita, dentre outras coisas, o surgimento de práticas como as *fake news*. Silveira e Adorno (2017, p. 3) trazem contornos discursivos à questão.

Sendo assim, em um primeiro momento é possível afirmar que existe um senso comum que parece concordar e mesmo produzir uma generalização de que vivemos a era da *Fake News* por causa da internet, o que permite a muitos afirmar que a internet é a grande produtora de *Fake News*, ou, que são os sujeitos usuários das mídias sociais digitais os responsáveis pelas *Fake News*. Por outro lado, é também com a internet que surgem os sites e mecanismos que permitem checar a “veracidade” dos fatos e notícias que circulam não só na internet, mas em outros meios ou veículos de informação. Isso indica que a fonte produtora de notícias falsas não é algo que se possa generalizar, atribuindo a responsabilidade à “internet”, mas que ela pode advir de variados meios e sujeitos. Consideramos, portanto, que a indistinção que se faz entre produzir e compartilhar, permite que a generalização recaia nesse sujeito usuário das mídias sociais, uma vez que nesses espaços a injeção recaí mais fortemente no “compartilhamento”, mais até do que ao dizer.

Os autores trazem um ponto significativo para a questão: a responsabilização quase exclusiva do meio técnico, ou melhor, dos sujeitos-usuários dessas plataformas pela produção de desinformação. Esse modo de significar produz o efeito de evidência que apaga completamente as condições históricas, políticas e ideológicas que estruturam a circulação dos discursos no digital.

Destacam, ainda, a indistinção que se estabelece entre produzir e compartilhar. No digital, essa indistinção contribui para que a responsabilização recaia sobre o sujeito-usuário, apagando a complexidade dos processos de circulação. Compartilhar passa a ser tomado como equivalente a produzir, uma vez que o gesto de circulação implica, pela lógica desse próprio discurso, adesão consciente ao conteúdo.

A ideia de que qualquer sujeito pode produzir (e compartilhar) *fake news* apaga a assimetria entre discursos institucionalizados e discursos ordinários, bem como os critérios de reconhecimento e autoridade. Isso ressignifica a prática como um desvio individual e não como efeito de um regime de leitura que privilegia a repetição, a visibilidade e a circulação, conforme discutido também por Gallo e Silveira (2017, p. 173):

Ao refletir sobre a internet como espaços enunciativos informatizados no qual circulam discursos, percebemos que aí o processo de legitimação não estava relacionado ao reconhecimento, nem ao efeito de unidade: o efeito-autor. Ao

contrário, estava fortemente determinado pela repetibilidade, visibilidade e quantidade.

Nesses espaços o processo de legitimação não se ancora mais no reconhecimento institucional, nem no efeito de unidade garantido pela autoria. É garantido a cada sujeito a possibilidade de formular o seu dizer e fazê-lo circular sob novos critérios, e esses critérios vão ressignificando a liberdade de expressão, pois produz um deslocamento significativo no modo como certos discursos são lidos e avaliados. Aquilo que retorna incontavelmente por meio de outros usuários acaba se sedimentando e produzindo um efeito de verdade, que se ancora nessa compreensão de liberdade de expressão. As *fake news* seriam, então, o resultado de um regime de leitura que prioriza a repetibilidade e a circulação, desse modo, o sentido se estabiliza não por uma relação verdadeira com o referente, mas por sua inscrição em cadeias de significação cada vez mais saturadas, o que as tornam reconhecidamente legitimadas.

A sobreposição desses dois discursos — do jurídico e do senso comum — não é estanque, visto que o discurso do senso comum costuma se apropriar de fragmentos do discurso jurídico, esvaziados de sua historicidade e de suas determinações, para normalizar práticas controversas. Esse deslizamento semântico, no qual a liberdade de expressão passa a significar o direito de dizer qualquer coisa, vai sempre ativar pré-construídos, retomadas e paráfrases, o que pode desestabilizar a cadeia de sentidos posta como “normal” pela evidência, produzindo efeitos de contradição e conflito, pois “a repetição pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra de regime de regularização de sentidos” (Indursky, 2011, p. 71).

Nas redes sociais, há um enfraquecimento dos lugares tradicionais de legitimação, ao mesmo tempo em que emergem novos critérios que passam a operar como produtores de autoridade. No entanto, mesmo nesse espaço, a legitimação continua dependente de normatizações específicas, agora inscritas nas lógicas das plataformas e nos regimes algorítmicos de circulação.

Além disso, a circulação desses sentidos no digital intensifica o apagamento das mediações institucionais, reforçando a ideia de que qualquer regulação do dizer é sempre censura. Tal apagamento encontra ressonância no modo de produção capitalista contemporâneo, em que as plataformas digitais, sob o discurso da neutralidade técnica, lucram com a maximização da circulação de determinados conteúdos, independentemente de seus efeitos sociais. Assim, a defesa de uma liberdade irrestrita funciona ideologicamente como um dispositivo de legitimação de práticas discursivas violentas, ao mesmo tempo em que desloca o debate para a esfera moralizante.

Nesse meandro, há diferentes formas de significar o sujeito, o direito e o espaço público. Ao reinscrever a história e a ideologia na análise, torna-se possível compreender que não há um “verdadeiro” sentido da liberdade de expressão, mas um campo de forças em constante tensão, no qual os sentidos são produzidos, deslocados e naturalizados.

Do mesmo modo, significantes distintos podem adquirir o mesmo sentido no interior de uma mesma formação discursiva, cristalizando temporariamente os sentidos em torno de certas determinações. Orlandi (2007) nos lembra que o sentido não é intrínseco às palavras, mas um efeito de suas relações com a história e com as formações discursivas que as atravessam, concebendo as leituras possíveis de acordo com a posição ocupada pelo autor e pelos dos sujeitos na rede de filiação de sentidos, constituindo assim a possibilidade de interpretação.

A liberdade de expressão, retomada por meio de um acontecimento como o bloqueio do X, torna-se um ponto de convergência discursiva, no qual a circulação do meme é atravessada pela ligação da materialidade com uma memória. O digital acentua a opacidade diante do acontecimento por oferecer a possibilidade de um espaço de manifestação múltipla, em que diferentes redes de filiação de sentido se chocam, intensificadas pela circulação imediata de narrativas e pela ação dos algoritmos, que moldam as condições de reprodução, visibilidade e interpretação. Assim, há uma tentativa de estabilizar os sentidos de liberdade de expressão, contornando a falha da língua, apagando a historicidade e limitando o possível diante do acontecimento.

Concebemos então, a partir do que a AD nos propõe, a liberdade de expressão como um objeto discursivo, negando sua transparência e o efeito de evidência que tenta homogeneizar o sentido. Trata-se de um significante atravessado por disputas de sentidos, historicamente constituído e ideologicamente determinado pela articulação entre distintas formações discursivas. Desse modo, é possível problematizar como certos sentidos são retomados/deslocados/silenciados, a partir da tensão que se instala por meio do combate de posições ideológicas distintas.

1.4 O acontecimento do meme em tela

A interpretação dos sujeitos perante o acontecimento retoma suas posições sócio-históricas, a partir das quais a determinação ideológica afeta diretamente o significante que é tecido na língua, sob essas condições é que a transparência da liberdade defendida por Musk obtém sua constituição, enquanto efeito de evidência. Esse dizer carrega em si uma memória, o discurso neoliberal exalta o capitalismo como o lugar da liberdade individual, marcando uma

contradição com a própria natureza do modo de produção da sociedade em que vivemos, na qual as liberdades são condicionadas a um aprisionamento.

Consideramos a leitura do acontecimento a partir daquilo que Pêcheux (2015, p. 16) concebe como “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, convocando a memória que se (re)organiza em seu espaço, movimentando o acontecimento, fazendo intervir as condições de produção, sob as quais as formulações se deslocam em seu “jogo oblíquo”. Desse modo, se instaura a disputa pelo significante, a partir qual as formulações que se textualizam sobre o acontecimento, embora remetam ao mesmo fato, não o significam do mesmo modo, construindo a dissimulação sobre a disputa pela palavra, o sentido “verdadeiro” que teima em faltar, escamoteado pela opacidade do acontecimento (Pêcheux, 2015).

A entrega dos corpos à sujeição do mercado marca as chagas da exploração do homem, na busca incessante da multiplicação de seus dividendos. Determinadas formulações resgatam uma memória de resistência às interferências estatais e, portanto, quaisquer medidas que visem regular a atuação das gigantes corporações são encaradas como um disparate à “liberdade”.

Figura 1 – “*Bedrock*”



Fonte: @elonmusk no X.

A postagem de Musk se situa em um contexto de instabilidade política no que diz respeito à realização das eleições presidenciais americanas que foram realizadas durante o ano de 2024. O que nos interessa aqui é observar como ele significa a formulação *free speech/freedom of speech* para sedimentar um sentido pautado no efeito de evidência. Trazemos atenção para o recorte das seguintes sequências discursivas (SDs):

SD1: *Freedom of speech is the bedrock of democracy.* (Liberdade de expressão é o **fundamento** da democracia.)

SD2: *[...] freedom of speech is being undermined around the world [...]* (Liberdade de expressão está sendo minada **ao redor do mundo**)

A formulação “*Free speech is the bedrock of democracy*/Liberdade de expressão é o fundamento da democracia” apresenta a liberdade de expressão como um pilar (*bedrock*)

incontestável da democracia. O uso do termo *bedrock* (rocha basal, alicerce, fundamento) na SD1 aciona um imaginário de solidez, “concretizando” a noção unívoca de liberdade de expressão em um gesto de sedimentação, alicerçado na compreensão naturalizada de uma leitura que ignora as contradições e inscreve a relação entre liberdade de expressão e democracia como evidente e universal.

Há o apagamento da dimensão material do sentido. Ao formular a liberdade de expressão enquanto *pedra de fundamento* da democracia, retira-se o fato de que a circulação desse discurso se dá em um espaço regido pela infraestrutura da plataforma, pelos algoritmos e pelas políticas do *X*. A defesa por uma liberdade de expressão irrestrita nasce nas contradições de uma plataforma cujos regimes de visibilidade são desiguais, em que não há *#igualdade-de-expressão*. Por um lado, apaga-se a mediação dos regimes de leitura do *X*; por outro, o fato de que o significante “liberdade de expressão” não é um dado transparente, seu sentido é um efeito discursivo produzido sob condições históricas específicas. Afinal, quem pode dizer?

A publicação foi feita durante cerca de duas semanas antes da ordem que determinou o bloqueio do *X* no Brasil, dadas as condições políticas que determinavam a relação do bilionário com o Brasil à época não é espanto que a SD2 mencione que “a liberdade de expressão está sendo minada **ao redor do mundo**”¹¹. Se a liberdade de expressão está em perigo, quem a ameaça? O uso do gerúndio indica uma ação contínua, difusa, que ainda não está concluída, mas que não possui um agente definido. Trata-se de dizer, em outros termos, que ainda há algo ou alguém que ameaça a causa da liberdade de expressão, mas não se diz exatamente quem. A formulação já movimentada, a partir disso, a ideia de que há ameaça, é o imaginário de um inimigo silencioso, um vilão que se ergue.

Embora seja uma formulação simplificada, típica do discurso do senso comum, ela produz certos efeitos ao ser pulverizada e mobilizada enquanto um argumento utilizado para deslegitimar regulações, mediações jurídicas ou políticas de moderação de conteúdo, uma vez que essas ações não seriam nada além de censura. A liberdade de expressão se torna o argumento de fechamento do debate, escapando de ser objeto de problematização.

Este esboço funciona como um ponto de partida para nossa reflexão, ao mesmo tempo em que há uma retomada do significante a nível da língua, a formulação também desliza e é ressignificada em outras materialidades. A liberdade de expressão, do modo como é mobilizada na Figura 1, corre perigo *ao redor do mundo*, mas como falamos especificamente no/do Brasil,

¹¹ Cf. <https://veja.abril.com.br/mundo/depois-do-stf-musk-compra-briga-com-governo-da-australia/>

aqui esse perigo tem nome, rosto e aparece textualizado como uma figura misteriosa, inscrita no interior de uma disputa que nunca se fecha.

Figura 2 – Moraes = Voldemort



Fonte: @elonmusk no X.

Trazendo outro recorte, a postagem acima fora realizada após a determinação do bloqueio da plataforma no Brasil. No cerne da imagem, Alexandre de Moraes, metamorfoseado em uma figura vilanesca, assume, pelo simbólico, o papel de vilão. Operando a partir da injunção lógica que a imagem sugere, a presença de um vilão “invoca” um herói para se opor a ele. Assim, por meio de uma ausência imposta pela imagem, irrompem sentidos ligados ao embate, à disputa entre esses sujeitos que, a partir de diferentes posições e inscritos em formações discursivas antagônicas, tornaram-se, por meio do funcionamento do simbólico no meme, as representações de dois discursos que se encontram em conflito.

De um lado, há quem inscreve a liberdade de expressão dentro da lógica de um mercado digital aparentemente (des)regulado, que se encontra fortemente controlado por interesses corporativos; e por outro, há quem se articula a partir de uma perspectiva institucional alinhada ao ordenamento jurídico brasileiro, que busca regulamentar o espaço digital com o intuito de combater a desinformação e proteger o debate público.

Na língua, opera-se aqui com a “semelhança/resemblance”, marcada pelo artigo definido “the”, antecipando o referente a ser retomado pela imagem, que põe em evidência a

incrível e assustadora similaridade entre as figuras. No inglês, o adjetivo “*uncanny*” joga com o sentido dúbio, sugerindo a qualidade de algo misterioso, místico, que surpreende e, ao mesmo tempo, desperta um sentimento de incômodo, causando desconforto ao olhar, intensificando o efeito de humor desejado. Esse adjetivo não apenas qualifica a semelhança entre as figuras, como também produz também um efeito de estranhamento no sujeito-leitor: aquilo que se apresenta como familiar — a figura pública conhecida — aparece duplicado e ressignificado de tal modo que a percepção vacila, o sentido vai derivando. O riso provocado se mistura ao incômodo, que impede uma leitura tranquila ou apaziguada.

A imagem textualiza a figura do ministro ao lado de um vilão icônico, em um procedimento metafórico que busca transferir a sua imagem, sua identidade política e institucional, para uma outra região de sentido: de ameaça e perversidade. O pré-construído opera a partir da antítese entre vilão e herói, mobilizando um discurso que funciona a partir de uma memória estabilizada, na qual as posições representadas ocupam lugares opostos, sob uma lógica estável a partir da dicotomia.

O vilão escolhido, Voldemort¹², funciona como um ponto de ancoragem para a leitura, a personagem é amplamente conhecida no imaginário coletivo, cujas associações estão ligadas ao autoritarismo, ao desejo de poder absoluto, à destruição de instituições e ao uso do medo como instrumento de controle. Ao associar o ministro a Voldemort, o meme atribui traços negativos ao sujeito político e interpela o sujeito-leitor a interpretar a cena a partir de uma determinada região de sentido, que ultrapassa o campo da política institucional e penetra no universo da ficção popular, resgatando imaginários da cultura *pop*. Por causa de sua natureza risível, o meme simplifica e sedimenta os significados conforme circula/repete, o riso produzido pelo humor não anula a potência política de sua significação; ao contrário, funciona como um dispositivo de captura simbólica, facilitando a adesão ao discurso e intensificando a propagação de determinadas posições ideológicas.

A semelhança é, além de visual, visceral: ela atinge o sujeito na ordem do afeto e da percepção, mobilizando sensações de fascínio e repulsa ao mesmo tempo. O olhar do leitor não encontra refúgio, pois o jogo da semelhança faz com que o trajeto de sua leitura vacile, a diferença entre as figuras se dilui — é o mesmo(?) e o diferente(?) textualizado —, o resultado é uma espécie de colapso que desestabiliza o processo de reconhecimento. Esse efeito é,

¹² Voldemort, ou Lord Voldemort, é o principal antagonista da série de livros e filmes Harry Potter, da autora J. K. Rowling. De origem mestiça, filho de um bruxo e um não-bruxo, Voldemort representa, na narrativa, a radicalização do autoritarismo, do preconceito e da negação do outro. Nos filmes, a personagem foi interpretada pelo ator Ralph Fiennes, cuja imagem que é frequentemente resgatada na produção de memes.

precisamente, o que visa intensificar o humor do meme, que insere o sujeito em uma zona de desconforto. Rir também é, de certo modo, ceder à inquietação que a imagem suscita.

Nesse cenário não existe espaço para a conjunção “e”, não há a possibilidade de coexistência, tudo se sedimenta a partir do “ou”. “Ou você é de esquerda ou de direita”, não há reconfiguração que permita direita “e” esquerda, esse espaço é sempre marcado pela determinação. A decisão do sujeito perante o acontecimento a ler o tensiona para uma posição histórica, linguística e ideológica. É a determinação do sujeito pragmático apontada por Pêcheux (2015), em que a lógica disjuntiva das proposições lógicas só permite a inscrição do sujeito em uma interpretação, não sendo possível x “e” y, a articulação com o contraditório só é possível em uma lógica excludente.

Figura 3 – O herói para o brasileiro



Fonte: @AChandra75 no X.

Em resposta a uma das publicações em que Musk ironiza o bloqueio do X, um usuário postou o meme com a seguinte legenda: “Elon Musk nos deu liberdade de expressão através da sua plataforma X. Aqui podemos nos expressar **dentro de nossos limites** (*within our limits*). Obrigado e gratidão a você Sr. Elon Musk (emojis de oração)”.

A opacidade da linguagem inscreve o sujeito na captura pelo simbólico. A contradição opera aqui por meio dos “limites” que reconhecidamente existem, mas que são os *nossos* limites. O sujeito afetado acredita ser ele a origem do seu dizer, e, por consequência, circunscreve por sua ‘plena e consciente autonomia’, os seus limites. Em contrapartida aos

(des)limites delineados para si pelo sujeito, os limites institucionais materializados na lei parecem subverter a liberdade individual, cerceando o seu dizer, constituindo uma verdadeira “censura”.

A aparente transparência que orienta a leitura da imagem desaba para engendrar os efeitos do simbólico: o fardamento militar, a criança, a ordem e inocência que permeiam as instituições a serviço do Estado, mas um estado que não é o nosso — um Brasil infantil, manipulável. Um bilionário estrangeiro desafia o senso patriota do país que está a “defender”, a imagem deriva. No centro de sua figura orbita o ícone do X, fazendo do seu corpo o escudo que defende(?) a nação!

A composição da imagem nos mostra Musk de braços abertos, atacado por diversos artefatos, como se defendesse a criança sob a bandeira do Brasil que, “deitado eternamente em (seu) berço esplêndido”, devaneia em um sono profundo. A imagem pueril de um país incapaz de defender a si próprio da opressão de seu sistema, sendo condenado a depositar sua confiança em uma salvação vinda do estrangeiro.

Na imagem, o corpo de Elon Musk, em uma posição frontal e com os braços abertos, retoma o gesto consagrado do Cristo Redentor, estátua situada na cidade do Rio de Janeiro, um símbolo icônico da cultura brasileira. Esse processo de atualização retoma sentidos religiosos, ligados ao sagrado e, principalmente, ao caráter messiânico atribuído ao excêntrico bilionário, dialogando com sentidos que atravessam o imaginário brasileiro. Por meio do funcionamento discursivo da imagem, Musk é investido na posição de sujeito-salvador, bastião protetor da liberdade de expressão que, no Brasil, enfrenta fortes ameaças, aqui representadas pelos projéteis que ateam seu corpo em chamas, colocando-se como mediador entre os usuários do X e as ameaças do autoritarismo estatal. Esse gesto reinscreve a ideia da salvação tecnocrática como solução para todos os problemas sociais, enquanto o sujeito infantil brasileiro dorme, sob a proteção de seu herói.

O traje militar de Musk evoca, por meio da memória, sentidos que remetem à figura do soldado, do guerreiro, do combatente, e que também se vincula aos sentidos de autoridade, força e poder de imposição. Trata-se de uma indumentária que reinscreve sentidos históricos e políticos ligados a regimes autoritários, à intervenção militar e à ideia de “salvação” por meio da força.

A imagem, nesse sentido, intensifica sua espessura de significação quando, em nome da pátria, clama-se não apenas por uma intervenção militar, mas também pela intervenção de potências estrangeiras, como os Estados Unidos, no cenário político brasileiro. Um discurso que atualiza velhos fantasmas da história do Brasil: o colonialismo; a dependência externa; o

intervencionismo estrangeiro; o apelo a figuras messiânicas e o desejo de uma autoridade salvadora que seja capaz restaurar a “ordem” e combater a “corrupção”, ou ainda, derrotar os “inimigos da nação”.

Há também um efeito metafórico pelo qual Musk, enquanto herói e defensor, se une à sua plataforma para significar mutuamente, como se ambos fossem uma coisa só. Musk é sinônimo do *X*, e o *X* é sinônimo da “liberdade de expressão”, e é essa liberdade de poder se expressar que protege os dormentes brasileiros da ameaça de um sistema jurídico opressor, materializado na figura impetuosa de um juiz que não permite que os sujeitos exerçam a sua plena liberdade.

A centralidade desse embate torna possível apontar na materialidade os traços que se inscrevem na opacidade da linguagem, o significante em disputa, isto é, o político em funcionamento. Essas posições colocam em jogo a não-transparência da língua, em que os sentidos estão sempre em fuga, uma tentativa de capturar o vestígio de possibilidade do simbólico. Essa fenda que se abre irremediavelmente coloca em suspenso a liberdade de expressão, dissimulando a palavra e emergindo como um efeito de sustentação pela repetição/circulação que se dá no digital. Os efeitos de sentido dos discursos em circulação são constantemente tensionados por relações de poder.

A disputa que se instaura a partir do significante demarca assertivamente a sua opacidade. A liberdade de expressão, lida nos termos que o digital produz, está longe de ser apenas mais uma ideia abstrata de um tecnocrata desvairado, ou de uma leitura unívoca de algum dispositivo jurídico, o significante adquire seus próprios contornos — sua especificidade própria de acordo com o funcionamento do digital. Nesse movimento, seus sentidos derivam e se alojam em diferentes regiões de sentido, sendo posteriormente “resgatados” pelos sujeitos, a partir de sua inscrição na história e sua relação com a ideologia, determinada a significar de tal modo, independentemente de suas vontades.

Como temos destacado, o significante que se formula na língua é afetado pela história, colocando a questão do sentido como central numa disputa que se instaura a partir de lados em guerra. A historicidade em que se inscreve o dizer também o sustenta, embora esta seja sempre dissimulada sob a transparência que se impõe sobre a língua.

Essa disputa que se encontra no digital é reconfigurada por uma nova perspectiva no que diz respeito a suas condições de produção. Um espaço atravessado pelos algoritmos e pelas políticas institucionais das grandes corporações. Instituições como *Google*, *Microsoft*, *Meta* e outras se configuram como a(u)tores que afetam diretamente a circulação e produção de sentidos. O modo como os conteúdos são armazenados na memória da máquina e circulam,

sendo reproduzidos, compartilhados, retidos, impulsionados, molda a percepção dos sujeitos sobre quais discursos são visíveis e quais não são.

Essa dinâmica produz silenciamentos¹³ que colaboram para a hierarquização das informações, o que reforça aquilo que temos colocado como uma divisão social dos trabalhos de leitura e interpretação, na qual a assimetria dos sentidos faz frente às relações de poder que se textualizam no digital. Os algoritmos determinam o que será lido, ouvido e assistido, funcionando como uma tecnologia que opera sobre a memória e a repetição, uma memória serializada, não-linear; uma memória de acúmulo, saturada, que produz somente o mesmo, atuando sobre aquilo que temos concebido como o já-dito, orientando a leitura futura por meio de mecanismos ideológicos que se sustentam no apagamento e superexposição.

O mecanismo ideológico que faz com que a liberdade de expressão signifique e queira dizer o que realmente diz se assenta sobre a base de um imaginário já posto, sedimentado a partir de uma memória. Essa memória é atravessada por outras e vai se ressignificando, deslizando, avançando e retornando, atingido novos contornos, assim a “liberdade” se estrutura a partir de um efeito de evidência sustentado pelas formações discursivas que definem os limites do dizer e do interpretar. O sujeito do discurso, aqui, é concebido no interior da tensão entre essas forças, desprovido de plena consciência dos mecanismos que o significam e que significam por meio dele.

Diante disso, a produção de sentido no digital, além de histórica, é também profundamente marcada pelo político e pelo simbólico, os quais afetam a leitura do sujeito diante da materialidade específica do digital, em que o dizer é territorializado e a memória se acumula na (re)produção do mesmo. O dizer, nesse espaço, não é somente condicionado por determinações sócio-históricas, mas também por práticas tecnológicas, a partir das quais os interesses corporativos entram em jogo para intervir naquilo que pode e deve ser dito/lido/ouvido/compartilhado.

É nessa perspectiva que pensamos o imbricamento do digital com o político, não partindo de uma compreensão que leva em consideração somente a dimensão do discurso político, mas que lida com a textualização do político. É no interior dessa tensão que Dias (2018) traz a discussão em torno da não homogeneidade do sentido de tecnologia, nos

¹³ Os silenciamentos, conforme Orlandi (2011), estão relacionados à dimensão daquilo que é deixado de lado, excluído, fazendo assim uma diferença crucial em relação ao implícito, o não-dito que é operacionalizado a partir do dizer. Nesse sentido, o silenciamento não está ligado ao fato de calar o sujeito mas em impedi-lo de sustentar outro discurso, de significar diferentemente. A ameaça à unidade lógica do texto vai produzir, no digital, esferas em que discursos parecidos se aglomeram e, por meio de sua circulação, totem outras possibilidades de sentido.

mostrando que é pelo equívoco que o seu sentido funciona, compreendendo o processo de historicização da tecnologia como algo que se dá também pelo político.

No próximo capítulo, a partir de movimentos da teoria no *corpus* discursivo desta dissertação, tomamos a liberdade de expressão no digital a partir da relação do texto com a plataforma, que põe em questão da leitura dos sujeitos. Assim, por meio de uma leitura desnaturalizada do meme, suas condições de produção que o significam no digital, buscamos compreender o funcionamento da liberdade de expressão enquanto objeto de disputa. Essa disputa textualiza relações de poder que, ao mobilizarem regiões de sentido distintas, reconfiguram as discursividades que se sedimentam sobre o ideal de uma liberdade extremamente opaca e equívoca.

CAPÍTULO II: DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO DO GESTO DE ANÁLISE

Paixão pelo arquivamento e pela conservação.

Estocamos, queremos tudo sedimentar.

Régine Robin

Há um impulso moderno, intensificado pela nossa relação com o digital, de tudo registrar, guardar e tornar disponível. Nas plataformas digitais, essa paixão se materializa na lógica do arquivamento, em *backups*, *feeds* perfeitos, e pela constante captura dos rastros finitos. Produz-se, assim, a ilusão de que nada se perde, de que tudo pode ser recuperado, consultado, reativado.

Da posição em que nos inscrevemos, essa ilusão entra em tensão com o próprio funcionamento da memória, que não é uma acumulação linear, mas um processo de seleção, apagamento e reinscrição. Mesmo quando “tudo” é arquivado, nem tudo é legível do mesmo modo, tampouco produz os mesmos efeitos de sentido. O acúmulo de informações no digital, portanto, não garante memória; ele apenas cria condições para novas regimes de leitura.

Sedimentar supõe camadas, repetição, estabilização (Robin, 2016). No digital, certos discursos são reiterados à exaustão, por meio de compartilhamentos, curtidas e algoritmos, produzindo um efeito de saturação. A memória funciona aí como efeito de continuidade, em que sujeito retoma sentidos que já circulam.

Esse funcionamento da memória discursiva é o que torna possível que um dizer faça sentido, mas também o que aprisiona o sujeito em determinados já-ditos. A sedimentação não se dá pelo tempo cronológico, mas pela velocidade da repetição, que encurta o tempo da historicização (se é que há alguma). O digital favorece a crença de que arquivar equivale a lembrar, no entanto, a memória não está “no arquivo”, mas na relação que o sujeito estabelece com ele (Dias, 2018).

Neste capítulo, tensionamos o funcionamento da memória discursiva no discurso sobre a liberdade de expressão, deslocando a materialidade que tomamos em nosso gesto, o meme, do campo do humor ou da crítica imediata para compreendê-lo de um modo mais profundo, significado por práticas discursivas que são atravessadas por uma memória. Nesse movimento, retomo Dias (2019), para partir da compreensão de que os memes se organizam por meio da repetição, regularização e deslocamento, isto é, “há um elemento que se repete formando série, [...] e é esse elemento que produz a textualização do discurso.” (p. 63).

2.1 Um deslocamento necessário

Antes de iniciar o percurso em direção a uma compreensão mais aguçada do funcionamento do meme, propomos o seu deslocamento. A partir da posição na qual nos inscrevemos é preciso tomá-lo discursivamente, a partir de suas falhas, seus pontos de incômodo, seus equívocos. Não nos colocamos aqui numa tentativa de confinar o significante nesta ou naquela região de sentido, pelo contrário, é por meio de sua equivocidade, seu múltiplo funcionamento, suas dobras, que buscamos uma reflexão.

Quando buscamos um início, um ponto de partida para o termo, inevitavelmente nos deparamos com Dawkins (2003 [1976]), o biólogo britânico que nomeou (pioneiramente) o significante meme, como uma “unidade de transmissão cultural” ou “unidades de repetição” (p. 122). A proposição inicial do autor agrupava ideias, comportamentos, canções, textos e práticas em uma lógica de apreensão e repetição. Seu sentido, embora estivesse inscrito em um outro lugar, reverberava as suas implicações e complicações para outros campos.

Lôbo (2023) acrescenta nuances decisivas ao meme, “a partir do que parece ser uma porta de entrada para uma abordagem discursiva: o funcionamento da memória discursiva como determinante para a constituição dos efeitos de sentidos produzidos pelos memes” (p. 8). O autor constitui, a partir disso, a possibilidade de uma entrada analítica, tendo como determinante para a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos pelo meme o funcionamento da memória discursiva, sob o efeito de evidência que o sustenta.

Posteriormente, na feita de desdobrar as implicações iniciais, recorro a Shifman (2014) para trazer pontos de (des)encontro com a colocação inicial. Para o autor, a noção de Dawkins é um tanto quanto ambígua, o que deixou uma lacuna no espaço de um contorno mais preciso do conceito. Essa lacuna, pontua o autor, prejudica o conceito por falta de poder analítico, já que agrupa elementos muito diferentes sob si. O investimento do autor é conceber uma posição que seja capaz de lidar com essas unidades a partir de seu funcionamento no digital, levando em consideração as implicações que ele produz, consequências que o próprio Dawkins jamais imaginaria. A partir disso, pontua:

Primeiro, memes talvez sejam melhor entendidos como unidades de informação cultural que se transmitem de pessoa para pessoa, mas gradualmente se tornam um fenômeno social compartilhado. [...] Um segundo atributo dos memes é que eles se reproduzem por vários meios de reformulação ou imitação. Na comunicação oral, as pessoas se tornam cientes de memes através de seus sentidos, processando-os em suas

mentes, e em seguida, os “reformulam” a fim de passá-los para outros. (Shifman, 2014, p. 18-19, tradução nossa)¹⁴

Compreendemos que, inevitavelmente, o meme se liga ao funcionamento da memória discursiva. A transmissão dos memes, das imagens, dos textos, ocorre pela via da circulação, uma vez que o discurso digital se constitui e se formula ao circular (Dias, 2018). Nas condições de produção impostas pelo digital, seu funcionamento lida com a repetição, saturação e sua posterior regularização, por meio de sua circulação em excesso.

Robin (2016) reflete que, na era do virtual, “novos suportes imateriais, digitais, vão inscrever nossa memória, estocá-la” (p. 22), diferentemente dos museus e memoriais, onde tudo envelhece, o digital parece transpor os limites da memória humana, tornando cada vez mais latente nosso desejo de sedimentar, de arquivar os mínimos vestígios de nossa existência no digital — efeitos do regime do “tudo guardar”. Isso nos interessa na medida em que a discursividade da rede de sentidos que exploramos a partir deste trabalho não escapa à injunção do digital e nem dos modos de existência e produção de sentidos dos sujeitos na sociedade digital (Dias, 2015).

Pela AD, podemos tensionar o modo de leitura e questionar as evidências, suspeitar dos sentidos que se colocam como óbvios, pondo em suspensão a crença universalizante da univocidade lógica do(s) texto(s). Em outras palavras, deslocamos a leitura do lugar de mera decifração objetiva para situá-la como um gesto atravessado pelas condições de produção sociais, históricas e ideológicas que a sustentam. Assim, o texto¹⁵ — compreendido, a partir de Orlandi (2007), como um espaço multidimensional de inscrição simbólica — não apresenta sentidos prontos e transparentes, pois trata-se de uma superfície na qual os sentidos estão em uma constante deriva, em um movimento sempiterno de atualização, deslocamento e sedimentação. Desse modo, nosso gesto inscreve o ato “de tirar a leitura de qualquer relação com a evidência” (Dias, 2016, p. 973).

Nesses termos, o meme, enquanto objeto discursivo, é tomado como materialidade significativa (Lagazzi, 2009), especialmente por sua constituição multimodal. Por meio dessa compreensão, não temos “materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (p. 68). Imagem e texto

¹⁴ *First, memes may best be understood as pieces of cultural information that pass along from person to person, but gradually scale into a shared social phenomenon. [...] A second attribute of memes is that they reproduce by various means of repackaging or imitation. In oral communication, people become aware of memes through their senses, process them in their minds, and then “repackage” them in order to pass them along to others.*

¹⁵ A partir de nossa filiação teórica, tomamos partido na compreensão do texto como a materialidade que dá corpo a todo e qualquer discurso (Indursky, 2011). Desse modo, imagem, pintura, escultura, filmes etc. podem ser concebidos como textos, sendo passíveis de gestos de leitura.

fazem trabalhar as contradições sob o simbólico, no lugar de efervescência, condensação, deslize e tensão de sentidos.

A imagem e o texto, imbricados em uma mesma materialidade e discursivizados diante do olhar do sujeito, produzem a possibilidade de captura simbólica (Lagazzi, 2021), a qual demanda gestos de leitura específicos, capazes de, no movimento dos sentidos, apreender uma leitura possível a partir dos vestígios, entre os silêncios e os discursos que atravessam a significação. É a partir desses meandros de deslize que nossa entrada analítica se torna possível, pela completa desnaturalização dos sentidos, pela convocação do incômodo diante do possível, daquilo que resiste.

A leitura do meme, em nossa perspectiva, não compreende uma simples tarefa de decodificação de sua composição formal ou de seus elementos visuais, mas se inscreve enquanto prática simbólica afetada inevitavelmente pelo político. Isso porque, como nos lembra Lagazzi (2010), é nesse processo que se manifesta “o lugar do político na linguagem, como diferença constitutiva que se manifesta nas práticas simbólicas” (p. 181). Orlandi (2011) também vai dizer que a linguagem é política, pois o sentido está sempre dividido, possui direção determinada, se aloja em certas regiões, enquanto acompanhado de silêncios em seu trabalho simbólico. O político, nesse caso, diz respeito ao próprio funcionamento da linguagem enquanto lugar de diferenciação, de embate, de exclusão e resistência. A língua(gem), enquanto base dos processos discursivos e prática material (situada socio-historicamente), é atravessada por relações de força que estabilizam determinados sentidos, ao mesmo tempo em que outros sentidos resistem para vir à tona.

Há, portanto, uma disputa que reverbera na materialidade dos memes, a partir da qual determinados sentidos se projetam como dominantes, enquanto outros tensionam, deslocam e ameaçam essa estabilidade pretendida. Essa luta se dá na disputa pelos sentidos que, mesmo diante das tentativas de apagamento e silenciamento, persistem. Estes são como vultos de sentidos interditados, em que a memória rasura o tecido da língua e do social, produzindo fissuras, desvios e equívocos que interrompem a fluidez aparente dos discursos.

Nosso interesse recai, portanto, em compreender como a memória discursiva, nas condições de produção específicas do digital, regulariza certos sentidos de liberdade de expressão. O texto, a imagem, o meme, enquanto espaços multidimensionais, encontram-se irremediavelmente capturados por essa disputa simbólica. Os sujeitos, sempre condenados a significar (Orlandi, 2011), têm sua leitura constantemente tensionada pela presença do discurso-outro, tangenciados pelo simbólico e pelo político.

É a partir desses equívocos, entendidos não como falhas, mas como efeitos próprios da linguagem enquanto lugar de opacidade, que buscamos ameaçar, como nos orienta Pêcheux (2011), o monopólio da leitura legítima. Nosso gesto analítico se inscreve neste movimento: o de recusar a transparência, de colocar em crise o sentido estabilizado, de expor as fissuras e os deslocamentos que habitam as discursividades digitais. Assim, o empreendimento deste gesto nos permite compreender o modo como as relações de força e de poder se atualizam e se reconfiguram no digital, não apenas naquilo que se diz, mas, sobretudo, naquilo que tenta se calar.

2.2 Memória digital: repetição, regularização e deslocamento

Acúmulo. Repetição. Reinserção. Regularização. Na emergência do mundo digital, a nossa relação com as máquinas — ou, mais precisamente, com os dispositivos lógico-portáteis (e políticos) que significam nossas vidas — produz um estranho desejo de sedimentação. Um desejo de apagar os mínimos vestígios que escapam da ordem logicista do sujeito pragmático para, enfim, viver em um mundo semanticamente normal.

Trata-se de uma busca pela unicidade diante da multiplicidade da língua, o encapsulamento dos sentidos, o controle da interpretação diante do possível. Esse desejo se desdobra como uma tentativa de domesticar a opacidade que é própria da linguagem, sua incompletude, reduzindo o movimento dos sentidos ao que se pretende controlável, previsível, programável e repetível. É nesse espaço contraditório, entre o desejo de totalidade e a impossibilidade de atingi-lo, que se abre a possibilidade para pensar o digital e seus equívocos.

Nesse cenário, as leituras derivam e os sentidos escapam. O sentido é, sempre, outro. Somos continuamente capturados pelo equívoco nos rituais diários de conexão: na leitura de mensagens de texto e e-mails; na escuta de uma mensagem de áudio; no compartilhamento de links, memes, fotos e notícias; nos comentários lidos (ou ignorados) em publicações nossas e alheias; no olhar fadigado após horas de consumo de conteúdo em alguma plataforma. Em todos esses momentos somos instados a interpretar, a conceber, pelo simbólico, uma leitura daquilo que vemos, ouvimos e lemos, regidos pelo funcionamento da ideologia. Nessas curvas intangíveis do cotidiano somos pegos pelo equívoco. Não há escape.

Dias (2019, p. 60) nos mostra que, no digital, esse equívoco opera sob a “modalidade da repetição-regularização-deslocamento e se inscreve como efeito linguístico no processo de textualização, seja por meio de imagens, vídeos, gifs, tags ou outras ‘matérias significantes’”. Assim, o acúmulo produzido no digital pela repetição regulariza o dizer, que, mesmo

deslocando-se para outros lugares, mantém seu efeito de unidade por alguma de suas características inscritas na ordem do repetível.

A materialidade da língua altera-se sob essas condições de produção, trata-se de uma conjuntura histórica distinta, que produz novas formas de existência e institui outros regimes de leitura, afetados por diferentes instituições e práticas (Dias, 2020). Essa virada desloca e tensiona o modo como nos relacionamos com a memória por meio do digital, como ela nos afeta e como os saberes discursivos são armazenados e resgatados nas condições de existência sob o atual regime capitalista. Desse modo, somos constantemente inundados por esses saberes que integram aquilo que Pêcheux (2015) denomina de “coisas-a-saber”, os quais devem ser geridos e transmitidos pelo sujeito pragmático.

Para Orlandi (2015), a memória discursiva funciona a partir dos esquecimentos. Segundo a autora, o funcionamento dessa memória se dá na relação do sujeito com a ideologia e o inconsciente. São os dizeres já ditos e esquecidos que retornam para sustentar a possibilidade do dizer, e nisto temos o fato de que, aquilo que falamos, já significa, devido ao fato de que algo sempre fala (antes) em outro lugar independentemente. A ilusão referencial de ser o sujeito a origem de seu dizer se sustenta nesse efeito ideológico fundamental. Os sentidos que produz estão condicionados ao interdiscurso que o antecede e o constitui, pelo fato de não ser ele a origem do que diz.

Ao inscrever-se no interdiscurso, sua remissão se dará no eixo da formulação, no intradiscurso, isto é, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘correferência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’” (Pêcheux, 2014, p. 153). O sujeito, no interior das regiões de sentido fornecidas pelas formações discursivas e, ao longo do fio de seu discurso, jamais é capaz de domesticar os sentidos que produz e vai, ao longo de seu dizer, criando paráfrases daquilo que (sempre) poderia ter sido dito de outro modo.

Orlandi (2007, p. 15-16) contribui para essa discussão ao apresentar a noção de memória metálica.

A memória metálica (formal) “lineariza”, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito de onipotência do autor e o deslimite de seus meios (a memória metálica, a infinita de informações).

Esse funcionamento produz o efeito da onipotência do autor e o deslimite de seus meios, a memória metálica em sua infinidade de informações que só é capaz de produzir o

mesmo. Por outro lado, a memória histórica, embora seja limitada em seus meios, não possui limitações em seu funcionamento, pois textualiza o possível. O que acontece é que, a memória metálica, sob a promessa de não falhar, se apresenta como ilimitada, inesgotável, sendo capaz apenas de produzir o mesmo, ainda que em combinações variadas, sustentando o efeito de novidade por meio de pequenas variações na série.

No contraste apresentado por Orlandi, há as diferenças no funcionamento dessas duas memórias: a memória histórica, marcada pela falha, é constitutiva do próprio processo discursivo e produtora de sentidos outros; enquanto a memória metálica, na tentativa de garantir a completude, a universalidade e o controle, acaba por operar com base na repetição do já-dito, às vezes silenciando o novo e regularizando o mesmo.

Dias (2018) retoma a noção de memória metálica de Orlandi e, empreendendo outro avanço, concebe a noção de memória digital, isto é, o “lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)” (p. 105). Esse tensionamento revela a possibilidade, ainda que tênue, de ruptura na série, de emergência do equívoco, da metáfora, do deslocamento imprevisto que escapa da liga homogeneizante da máquina para se sedimentar.

Dessa forma, para compreender o funcionamento da memória digital é necessário pensar os modos de repetição, acúmulo e deslocamento do sentido, os efeitos de unidade e os regimes de leitura instaurados pelas condições materiais e políticas das plataformas e dos dispositivos. Assim, importa pensar os equívocos que surgem do rompimento com a repetição formal, a quebra do regime da máquina, observando a inscrição do significante na história para significar no interdiscurso, a partir de um funcionamento que, diferentemente da máquina, não é limitado em suas formas de significar.

Há, no entanto, uma contradição nesse espaço: o fato de que os sujeitos, continuamente afetados, são capturados e atravessados por discursos que, ao mesmo tempo que prometem diversidade, inovação e inclusão, insistem na regularização e na produção do mesmo.

A respeito dessa dinâmica, Dias (2024, p. 163) nos mostra que “não são as máquinas ou os dispositivos em si que nos interessam, mas o modo como eles são capazes de afetar processos complexos e discursos, estabilizando-os pelo tratamento de um grande conjunto de textos de referência”. Quando a memória humana falha — e, de certo modo, é próprio de sua natureza falhar —, é a memória totalizante da máquina, a memória metálica, que entra em cena.

Esse processo impacta o sujeito diretamente em seu cotidiano. Hoje em dia é comum o hábito de esquecer números de telefone, datas, compromissos ou, ainda, os próprios dados

peçoais, pois parece mais prático depositar essas informações nos pequenos aparelhos que regem o nosso cotidiano. Nesse sentido, nada parece escapar dessa política de vigilância e armazenamento, isto é, do modo como somos instados, a partir do funcionamento do digital nas atividades cotidianas, a administrar os saberes, em que é preciso tudo sedimentar. Vítimas de um regime de arquivamento infinito.

2.2.1 O texto no digital: o efeito de série

A reflexão sobre a memória digital implica compreender que a materialidade digital opera de maneira específica sobre as questões de sentido. Entretanto, o que essa memória produz especificamente? Se estamos lidando com um processo de repetição que produz sempre o mesmo, onde irrompe, então, a novidade? A memória, no digital, tende a saturar e, por meio de suas combinações, reproduzir incessantemente o mesmo, dissimulando, a partir de variações produzidas no eixo da formulação, o sentido que tende a ser regularizado. Isto é o que, conforme nos explica Dias (2019, p. 173, grifos nossos), vai produzir o efeito de série.

Mas o que são as textualidades seriadas? Para mim, elas constituem uma relação específica do sujeito com a linguagem, a partir da qual ele textualiza. Quando falo em textualidades seriadas não estou me referindo somente a textos produzidos nas redes sociais, nos blogs, nos jogos, nos memes etc., mas de gestos de interpretação afetados pelo digital. Textualização do sentido em série. Jogo entre a **repetição**, a **regularização** e o **deslocamento**. A textualidade seriada se define pela repetição de um elemento que forma série, por meio do qual se dá unidade e estabilidade à circulação.

As textualidades seriadas dependem, ao mesmo tempo, da estabilização e do deslocamento para se manterem de algum modo relevante no espaço digital, em um movimento contínuo de repetição, regularização e deslocamento. Cada (re)postagem, citação, comentário ou reformulação desses enunciados visa ampliar o alcance e regularizar um sentido, enquanto, ao circular, insere pequenos pontos de ruptura que produzem os deslocamentos que, embora preservem a identidade da série, atualizam seus sentidos e os adaptam a novos contextos enunciativos. A homogeneidade das textualidades seriadas não é absoluta, sua sustentação se dá por meio da recorrência formal de certos elementos que, repetidos regularmente e com algumas variações, asseguram o efeito de unidade.

O funcionamento das textualidades seriadas se situa entre os processos de paráfrase e polissemia, categorias fundamentais para a compreensão do movimento dos sentidos. Enquanto a paráfrase vai assegurar a estabilidade do sentido, mantendo-o em uma zona de previsibilidade, a polissemia opera como força desestabilizadora do processo de significação, rompendo a linearidade do dizer, permitindo que o sentido escape, se desloque e produza efeitos de sentido

distintos. Assim, pensar a “formulação pelo ângulo da circulação, cuja memória é metálica, significa pensar numa forma de textualização ligada à quantidade, à horizontalidade, ao acúmulo, à distribuição em série.” (Dias, 2020, p. 170).

Esses dois movimentos não se opõem, pois funcionam de maneira articulada a partir da contradição que se instaura entre eles. Por meio dessa tensão entre estabilização e deslocamento é que esses textos conseguem manter, paradoxalmente, sua homogeneidade enquanto série e, ao mesmo tempo, se reconfiguram constantemente para atender às novas condições de circulação e interpretação. O elemento repetível, explica Dias (2019), pode ser um enunciado, um meme, uma hashtag, uma estrutura imagética ou textual, que funciona como o operador de unidade, o fio condutor que vincula os textos entre si e permite seu reconhecimento enquanto série. Embora haja na série um elemento que se repete, existe aquele que produz uma variação, dando origem a novas formulações.

Para compreendermos o texto em série, tomando como suas condições de (re)produção e existência as injunções da plataforma em questão, o *X*, em relação à organização e distribuição de conteúdo que irão gerenciar seu funcionamento específico, trazemos o seguinte recorte.

Figura 4 – O fio do X



Fonte: @elonmusk no X.

No X, a postagem de Musk desencadeia um comportamento comum nos sujeitos-usuários, a ação de comentar, com imagem e texto, na publicação original. A Figura 4 demonstra como o “fio” discursivo do X vai se formando e agrupando diferentes materialidades ao longo de si. No topo, Elon Musk compartilha a postagem de um outro usuário e acrescenta apenas “Yes/Sim”. Aparentemente, sob a evidência do funcionamento da linguagem na plataforma, o enunciado é produzido em resposta à publicação que afirma que a plataforma estaria “apenas tentando seguir as leis do Brasil/*trying to follow the laws of Brazil*”. Dito de outro modo, a empresa está apenas tentando fazer o seu trabalho, cumprindo as imposições do

país, “sem favorecer ou desfavorecer nenhum candidato político/*without favor or desfavor to any political candidate*”. O que funciona nesse enunciado é, mais uma vez, o apagamento do político na linguagem, a ideia de que seria possível mediar a relação sem (des)favorecer alguém coloca o enunciado em relação com sua contradição. Desse modo, favorecer alguém seria desfavorecer o outro, a tentativa de domesticar o sentido produz a falha que faz com que a formulação derive.

A imagem que acompanha a postagem não é menos opaca, trata-se da repetição do mesmo gesto que apontamos anteriormente: a inscrição das figuras públicas na antítese de herói e vilão. Do lado esquerdo, a figura austera do ministro Alexandre de Moraes com sua indumentária; do lado direito, o rosto sorridente de Elon Musk, que parece contemplar algo e que, curiosamente, traz ao fundo a bandeira do Brasil, borrada, opaca, em segundo plano. A justaposição das imagens pavimenta um gesto de leitura que contribui para a sedimentação um sentido que se sustenta na relação do antagonismo entre o Estado, representado pelo seu agente, e o sujeito que se apresenta como defensor da liberdade de expressão. Esse enquadramento visual reforça um efeito de personalização do conflito, na figura de Moraes seu olhar “vacila”, não repousa; enquanto Musk, com o rosto apontado para cima, sorri. Isso desloca a densidade material do acontecimento (sua dimensão sócio-histórica) para uma narrativa de embate entre indivíduos, facilmente assimilável pelo senso comum.

Mais abaixo na Figura 4, é possível ler “*X IS THE ONLY PLACE LEFT FOR FREE SPEECH*”, onde observamos novamente a retomada do significante, a partir de uma região de sentido fortemente ancorada na liberdade irrestrita do dizer. A liberdade de expressão aparece como um valor absoluto, incompatível com qualquer forma de interferência do Estado. O discurso jurídico, que historicamente concebe a liberdade de expressão como um direito condicionado e articulado a partir de outros direitos, é ressignificado como censura. Esse funcionamento produz o efeito de evidência que circula no digital: regular passa a significar, automaticamente, silenciar.

A imagem em questão apresenta duas pessoas no que parece ser uma discussão. De um lado, um homem, de cérebro minúsculo, aparece gritando, metonimizando plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *TikTok*; já o outro sujeito, calmo, e com um cérebro aparentemente desenvolvido, apenas assiste a bravata do primeiro. Esse último, identificado com o ícone do X (maior do que os demais), constrói pelos meandros da imagem, a polarização, movimentando a controvérsia enquanto tenta soterrar a contradição. A visualidade constrói uma oposição que na realidade não existe, é como se a plataforma de Musk não operasse sob os mesmos regimes dos demais, sob os quais dissimula o funcionamento da ideologia no gesto de leitura dos sujeitos e

tentar planificar o sentido. O *X* aqui é textualizado, mais uma vez, como o último espaço legítimo de expressão livre, naturaliza o sentido de que plataforma é um espaço neutro, ocultando suas determinações sócio-históricas, políticas e algorítmicas.

Também é mobilizado, pela discursividade da imagem, o sentido de que os usuários do *X* são intelectualmente superiores, pois sua relação com os efeitos de verdade produzidos na plataforma os diferencia, marcando uma distinção em relação àqueles que não estão no *X*. Mais uma vez, a lógica dicotômica do sujeito pragmático suprime os sentidos que se alojam à margem, por não serem passíveis de uma leitura nos termos do funcionamento da plataforma.

A imagem materializa, portanto, a disputa em torno da “liberdade de expressão”, por esse gesto podemos explicitar como diferentes formações discursivas se sobrepõem, se contradizem e se chocam, produzindo as contradições que ficam escamoteadas pelo funcionamento algorítmico do *X*. Sob essas condições, a imagem funciona como um acontecimento discursivo que reinscreve velhos sentidos em novas materialidades e as põe em circulação.

Esse funcionamento descrito diz respeito à própria organização da sociedade digital, na qual o sujeito tem sua leitura afetada por essas condições de produção distintas, não se tratando mais de um sujeito que lê em veículos tradicionais (livro impresso, revista, jornal etc.), e sim de um sujeito que “desliza” (n)a tela, afetado por regimes de leitura outros, que também significam nele e através dele (Dias, 2024). Como dito anteriormente, o sujeito precisa se fazer presente *online* para enunciar, assumindo, desse modo, uma posição. A leitura desse sujeito, nesses termos, é afetada pelo texto plataformizado, isto é, o texto concebido a partir da fragmentação imposta pela ordem própria do digital, ou seja, a plataforma impondo os limites da expressão do sujeito.

A respeito da plataformização do texto e da organização das informações em relação ao *X*, recorro à Dias (2024, p. 166, grifos nossos):

Trata-se de uma sequência formada por uma série de textos e pode ser representada, **no X**, por um fio vertical que liga esses textos, dando-lhes uma unidade. A princípio, essa fragmentação do texto é mera injunção da própria plataforma, que limita os caracteres, e isso já faz parte da plataformização do texto. No entanto, com um olhar mais atento, concluo que mais do que fragmentação, trata-se de dispersão, já que os fragmentos podem ser repostados, curtidos ou comentados independentemente.

Nesse sentido, o fio de textos no *X* que se desenrola a partir de uma publicação de Musk podem (ou não) se combinar a ela para significar de maneira unificada, dando continuidade à série e mantendo o sentido na horizontalidade (ao contrário da verticalidade na distribuição de dados da plataforma), produzindo dizeres que se inscrevem em uma mesma região. Por outro

lado, há sempre a possibilidade do rompimento da sequência, deslocando o sentido para outro lugar, pois, como nos lembra Pêcheux (2015), todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, e, neste caso, romper discursivamente com o sentido original da série e deslocar-se para outras regiões, ainda que opostas, assinalando a disputa sobre a liberdade de expressão.

Cada fragmento adquire, assim, uma existência própria no fio discursivo da rede, no qual mesmo aqueles originalmente encadeados podem ser deslocados de sua posição inicial e reinscritos em novas séries discursivas. Essa dispersão faz parte do funcionamento do texto no digital, no qual os sentidos não se organizam pela linearidade de uma sequência, pois inscrevem-se em cadeias múltiplas que se ligam umas às outras, nas quais a palavra é continuamente retomada, ressignificada e redistribuída em outras séries.

Esse “fio” que se forma no X é um tanto quanto um texto fragmentado e um arquivo disperso — que pode reunir sob si diferentes formulações, os mais diversos tipos de suportes imateriais, digitais (Robin, 2016) —, sujeito a todo tipo de equívoco, cujos elementos podem, a qualquer momento, e sem qualquer pudor, serem reorganizados, deslocados de sua série original, passando a compor outras séries, inscritas em outras formações discursivas. Essa característica é intensificada pela lógica algorítmica da plataforma, que prioriza conteúdos não pela linearidade discursiva, mas pela performance de cada fragmento (likes, reposts, comentários), o que permite que determinados elementos de uma série ganhem visibilidade e circulem muito além do conjunto ao qual pertenciam inicialmente.

Esse funcionamento do texto no digital, por meio de sua plataformização, fragmenta o texto e o dispersa em múltiplas direções, reverberando seus efeitos de sentidos de diversas formas, o que altera profundamente as relações de autoria com o texto no digital. As textualidades seriadas, como os memes e outras materialidades, que se inscrevem nos fios discursivos no X são recortadas e repetidas à exaustão, saturando, o que faz com que a “liga” do conjunto seja sempre provisória, sujeita a rompimentos e deslocamentos.

As textualidades seriadas se formulam por meio da própria circulação, pois é pelo eixo da circulação que uma textualidade seriada, como um meme, se constitui como uma unidade de sentido (Dias, 2024). No digital, os sentidos circulam entre ditos e interditos, visibilidades e silenciamentos, gestos de interpretação afetados pela determinação, em um movimento constante entre o previsível e o imprevisível.

Para mobilizar no *corpus* o efeito de série, foram selecionados *tweets* variados que compartilham de um mesmo elemento repetível. É importante dizer que esses recortes não se encontram na mesma publicação, no entanto, funcionam conjuntamente para sustentar o mesmo

efeito de sentido com a figura de Moraes, em um movimento idêntico ao observado no capítulo anterior. Esses memes se desencadearam a partir da postagem de Musk exibida na Figura 2, postada durante as primeiras críticas a Moraes, diante da possibilidade de bloqueio do X no Brasil.

O primeiro tweet reúne um meme que retoma uma cena do filme *They Live* (1988)¹⁶, na qual o protagonista, ao colocar os óculos escuros, passa a enxergar a verdadeira identidade das pessoas ao seu redor, e a insere em um outro contexto de circulação. Esse recorte do filme é reproduzido incontáveis vezes a partir dessas duas imagens: a primeira em que o protagonista eleva os óculos ao rosto para colocá-los e outra com os óculos já posicionados no rosto, assinalando o processo de repetição-regularização-deslocamento que temos apontado.

Figura 5 – Alguma semelhança?



Fonte: *Corpus da pesquisa* (2025).

No filme em questão, a personagem, ao colocar os óculos, vê a verdadeira essência das pessoas. Esse gesto, mais uma vez, desloca a imagem de suas condições de (re)produção e a significa em outro lugar, de modo distinto. Surge no meme surge a figura de Voldemort próxima ao ministro Alexandre de Moraes. Lê-se na legenda o seguinte: “*He seems familiar*/Ele parece

¹⁶ Filme dirigido por John Carpenter, lançado no Brasil sob o título “Eles Vivem”. A personagem em questão na imagem é John Nada, protagonista do filme, interpretado pelo ator Roddy Piper.

familiar”. Essa repetição, percebida a partir reutilização da cena do filme e o mesmo efeito metafórico de Moraes como o vilão Voldemort, vai provocando o efeito de série, enquanto espaço de regularização do dizer, que se reconfigura sob novas condições de produção ao circular. Mais uma vez, o discurso aqui sustentado é o de que Moraes é, em sua essência, um vilão.

Logo em seguida, outras duas postagens compõem a série. Em uma delas, o usuário pergunta: “*Coincidence?/Coincidência?*”, enquanto outro escreve: “*Seems about right./Parece certo.*”, ambos acompanhados da mesma imagem de Voldemort, porém, com um elemento ligeiramente alterado. Os sujeitos, diante da familiaridade que a imagem provoca, identificam uma semelhança, como se não houvesse diferença entre as imagens. Aqui o efeito de série é identificável não somente por meio da repetição, pois não é somente a imagem repetida que importa, é o sentido que caminha para se estabilizar por meio dessa repetição.

Há, porém, um ponto em que a leitura falha, o equívoco se inscreve para significar ali. Há duas figuras: Alexandre de Moraes e Voldemort que, por algumas similaridades, vão convergindo a um mesmo ponto para completar o processo metafórico, a transferência completa de juiz para vilão. Na figura em questão, a imagem mais abaixo exhibe seu rosto colado no corpo de Voldemort.

Figura 6 – Montagem com o sujeito-ministro



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *corpus* (2025).

A série, nesse caso, é organizada pela repetição das imagens do vilão e do ministro, o que visa estabilizar o sentido que se quer produzir: a equivalência entre o sujeito em questão e o vilão fictício. No entanto, embora os posts reproduzam as mesmas imagens, na intenção de estabilizar um sentido, instaura-se um regime de leitura que vai, aos poucos, conferindo-lhe ligeiros deslocamentos. Esses enunciados se organizam em torno de um mesmo elemento: a imagem do ministro associada a um vilão; e de um mesmo gesto de interpretação: de que o ministro é um vilão, e que se põe como um obstáculo para a liberdade de expressão no país.

O sentido vai, inevitavelmente, derivando para outros lugares. Enquanto o primeiro insinua familiaridade à imagem (Ele parece **familiar.**); o segundo lança a dúvida (Coincidência?); e o terceiro “responde” (**Parece certo.**). Embora as mesmas imagens estejam sendo reproduzidas para estabelecer uma relação depreciativa de semelhança, elas não significam do mesmo modo.

A primeira imagem coloca o ministro e vilão lado a lado, em um movimento que sugere semelhança. Por paráfrase, é como se o sujeito dissesse: “Como são parecidos!”, ou ainda, “O ministro é um vilão.”. A relação da imagem com o que ela representa, como se fossem duas coisas distintas, é o que supõe a realização verbal do simbólico, o que possibilita que nesses movimentos de interpretação os sujeitos sejam instados a conceber, a partir das posições em que se inscrevem, um sentido (Henry, 1992).

A semelhança das figuras suscitadas é provocada, além das roupas, pelo fato de ambas serem carecas, o que corrobora para o efeito de humor desejado. O efeito de sentido aqui é torná-lo risível, ao mesmo tempo em que se pretende “colar” a figura de vilão em Moraes. A respeito do riso, Possenti (2011, p. 85) explica:

Em resumo, poder-se-ia dizer que são dois os fatores básicos que provocam o riso, segundo os clássicos: (a) os defeitos dos outros, o ridículo, o exagero etc., o que teria que ver de certa forma com o “conteúdo” do texto humorístico; (b) a surpresa ou novidade, ou o desvio do esperado, o que teria basicamente que ver com a técnica do texto humorístico.

Trazemos ênfase, neste momento, ao primeiro dos fatores elencados por Possenti, no qual podemos encontrar uma resposta para o fato da associação com Voldemort ser uma das estratégias mais recorrentes na série de memes que circulam a respeito do sujeito. Trata-se de utilizar aquilo que é socialmente percebido como “defeito”, no caso, o fato de ser careca, como um ponto de ancoragem para o sentido que se pretende estabilizar. Esse ponto de ancoragem funciona como um elemento recorrente e reconhecível, sobre o qual se apoia a produção de

sentidos por meio da repetição, tornando possível acumular sobre essa série, até que ela se rompa dando origem a uma nova série.

Esse texto em série é ligado, segundo Dias (2024), por algum traço linguístico, imagético ou performático que vai tornar possível que essas unidades se liguem umas às outras para significar mutuamente. É esse elemento da ordem do repetível que, ativado pela memória discursiva, vai dar “liga” aos sentidos, fazendo com que a série possa significar como “uma” coisa só.

Nesse processo, marcas e traços físicos do sujeito que fogem do padrão estético socialmente idealizado são mobilizados pelo discurso mêmico para dar lugar ao exagero, como nas caricaturas. Esse exagero se efetiva no funcionamento da textualidade seriada, em que a repetição de um mesmo traço tende a saturar, colocando os sentidos em ebulição. Esse acúmulo, ao provocar a saturação de um sentido, acaba abrindo a possibilidade do deslocamento, implode a estabilidade para dar lugar ao sentido outro.

Por consequência disso, é justamente na surpresa, na quebra da previsibilidade na série, que opera o mecanismo da polissemia. Ao inserir o rosto de Alexandre de Moraes no corpo de Voldemort, reforça-se o ponto de ancoragem *careca/vilão*, que introduz uma novidade na leitura da imagem, uma possibilidade de significar diferentemente. Esse deslocamento demarca o movimento entre repetição e variação. De um lado, estabilização e acúmulo de sentidos; de outro, a variação que os desloca, possibilitando novos efeitos de sentido a partir de pequenas variações na leitura.

O vilão e o sujeito-ministro tornam-se um só, suas imagens convergem para significar de um outro modo, não como em apenas mais uma comparação do tipo: “Acho que ele é um vilão” ou “Ele parece um vilão”; trata-se de um movimento que busca legitimar uma leitura que coloca o próprio sujeito-ministro no lugar do vilão. A interpretação aqui, mais uma vez, caminha pela lógica da dicotomia *herói/vilão* para significar o sujeito-ministro como autor dos males que afligem o país, tornando-se um obstáculo para a liberdade de expressão que, sob essas condições, é tida como um direito a ser “reconquistado”. Nessa captura simbólica, os sujeitos são instados a interpretar de um determinado modo, se há um vilão — uma ameaça à democracia e à liberdade de expressão —, logo, deve haver um herói capaz de contrapor as forças. É aí que a série rompe para dar lugar à imagem de Musk.

Figura 7 – Elon Potter



Fonte: @growingwthdario no X.

De modo semelhante ao que acontece com a imagem de Moraes na última série, aqui o sujeito já assume uma *persona*. Não há imagens colocadas lado a lado, não há “montagem”, o que funciona no meme é a colagem do rosto ao corpo do quem parece ser Harry Potter, protagonista dos livros e principal inimigo de Voldemort, trajando seus icônicos óculos redondos e vestido com a indumentária de Hogwarts, alçando sua varinha em um movimento que parece ser de ataque, ou de defesa.

Esse meme se inscreve na mesma série anterior, porém, desloca seu sentido para outro lugar. O que antes situava-se em um processo de regularização da imagem do sujeito-ministro como vilão, agora rompe com a linearidade para conceder a Musk a posição de herói, contrapondo a posição anteriormente atribuída a Moraes, comparecendo à convocação dos sentidos anteriormente evocados na série.

Pela discursividade da imagem, embora não haja legenda, é possível textualizar o seguinte: “Alexandre de Moraes é o vilão, Elon Musk é o herói!”, a Musk é atribuído o papel de figura salvadora, capaz de restaurar a liberdade de expressão ao país, que sofre sob um domínio de um tirano.

Assim como na série anterior, que relaciona Alexandre de Moraes a Voldemort, aqui o gesto insere Elon Musk na posição de Harry Potter. O funcionamento da textualidade seriada se dá pela repetição desse efeito metafórico com a ficção, onde o rosto do sujeito público é inserido no corpo de personagens antagônicos, produzindo efeitos de sentido que se ligam, mais uma vez, ao embate sobre a liberdade de expressão. A imagem funciona porque se sustenta na

rede de sentidos estabelecidos pela série, desse modo ela evoca enunciados já conhecidos, organizados pela memória discursiva, associando personagens de ficção a sentidos de poder, resistência ou autoritarismo.

A imagem de Harry Potter, saturada de sentidos, funciona aqui como um ponto de ancoragem que ativa a memória discursiva, instando os sujeitos, no ato de leitura, a interpretar pelos sentidos já sedimentados, óbvios, de resistência ao vilanesco, de confronto contra um regime autoritário, os quais condensam a ideia de uma presença heroica que se impõe face à ameaça. Ao inserir Musk nesse papel, o meme projeta sentidos que tensionam a figura pública de Musk, marcada por suas polêmicas com outros representantes do Estado ao redor do mundo, devido ao controle que exerce sobre plataformas digitais de alcance global.

No *X*, a materialidade é sujeita à injeção da plataforma, sendo capturada pela lógica algorítmica da plataforma, que tende a hierarquizar conteúdos visualmente impactantes, com alto apelo e potencial viral. Segundo registros próprios da plataforma, esse meme, em específico, foi visualizado cerca de 19 mil vezes; enquanto o meme que dá origem a sequência (Figura 2) foi visualizado mais de 80 milhões de vezes.

Esse funcionamento organiza e intensifica a circulação do meme, bem como reforça o efeito de série, no qual outros usuários tendem a repostar, editar ou replicar variações que vão na mesma direção do gesto de montagem. Diferentemente do caso de *Moraes-Voldemort*, que mobiliza sentidos de sentido ligados ao autoritarismo, a associação de *Musk-Potter*, ao romper com a série, mobiliza efeitos de sentido ligados ao heroico, pelo efeito do humor.

Há um deslocamento que funciona pelo mecanismo da polissemia: ao mesmo tempo em que Elon Musk aparece como protagonista, herói da narrativa que se cria; sua própria história, por outro lado, enquanto sujeito, carrega marcas de concentração de poder (um bilionário) e censura digital¹⁷, o que põe em tensão o sentido pretendido do herói libertador, associado a Harry Potter.

Esse funcionamento ilustra a dinâmica contraditória das textualidades seriadas, que se estabelecem simultaneamente pelo acúmulo e pelo rompimento, o retorno do mesmo e a diferença. Henry (1992) nos mostra que a "repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples repetição do idêntico" (p.173), neste caso, a imagem de Moraes que retorna sobre si mesma e vai deslizando, passa a significar de modos diferentes na mesma sequência.

¹⁷ Cf. <https://veja.abril.com.br/mundo/em-mais-uma-polemica-de-musk-twitter-bane-contas-de-jornalistas/>

O dizer, ainda que seja sobre o mesmo sujeito ou sobre o mesmo “acontecimento”, vai se colocando à deriva, pois as condições de produção não são as mesmas, uma mesma série vai significar de modos distintos no *X* e no *Instagram*, no entanto, a opacidade é inevitável. A partir da manipulação de imagens, da colagem, do desmanche, da fragmentação e reconfiguração dos textos, a memória vai sendo mobilizada de diferentes formas para significar segundo a injunção de cada plataforma, requerendo dos sujeitos diferentes gestos de interpretação. A partir desses movimentos se produz tanto a estabilidade de certos sentidos quanto a abertura para outras reinscrições — é a língua funcionando no espaço do contraditório.

Esse acúmulo vai, eventualmente, se ligar ao que temos discutido sobre o funcionamento da memória digital, que escapa da máquina e se inscreve para funcionar no eixo do interdiscurso. Nesse sentido, é possível conceber que

a imagem e suas discursividades são afetadas pela memória discursiva, essa que se constitui pelo esquecimento, recai sobre a formulação, ressaltando que quando nos referimos à formulação, estamos considerando tanto a formulação da própria imagem, quanto a formulação do dizer sobre ela. (Costa, 2014, p. 104).

Imagens e sentidos, operados pela lógica do digital, são afetados pelo funcionamento da memória discursiva, que os atravessa e significa, reincidindo tanto no modo como se formula quanto naquilo que é formulado a partir deles — afetados pelas condições de produção. O rosto do sujeito-ministro, ao ser “colado” no corpo de um vilão movimenta sentidos, a própria formulação da imagem diz a respeito do acontecimento, da disputa que vai mobilizar os sujeitos a interpretá-la, e cada gesto de leitura vai produzindo uma mancha, um desgaste, um furo, ao ponto da imagem derivar para lugares (da/na memória) irretornáveis. É nesse ponto em que a imagem escapa da materialidade técnica dos dispositivos portáteis de controle e opera no eixo do interdiscurso, ou seja, na relação daquilo se diz com aquilo que já foi dito (antes e em outro lugar), retomando sentidos, resignificando e esquecendo, escamoteando, sob a “evidência”, possibilidades para todo e qualquer dizer.

A repetição da associação entre sujeitos públicos e personagens fictícios, marcada pelo modo como essas imagens são continuamente reinscritas e reorganizadas na horizontalidade do discurso digital, são afetadas tanto pela memória quanto pelo esquecimento. Ao passo que se escapa da linearidade para produzir o diferente, rompe-se com a cadeia, o que tende a tornar um meme obsoleto, dada a sua natureza efêmera, o que lhe propicia ser esquecido, para então retornar formulado de um outro modo. Esse movimento produz um acervo flutuante de dizeres que se repetem e se deslocam incessantemente.

Essas textualidades não operam isentas de determinação, pois “não circulam como dado bruto, mas como um dado que já passou por uma padronização, por uma interpretação, para que possa integrar um banco de dados. E sabemos que toda interpretação é ideológica.” (Dias, 2024, p. 176). Para circular no *X*, por exemplo, o texto deve respeitar as imposições da plataforma, que irá selecionar e categorizar esses dados, distribuindo-os para os usuários conforme o seu próprio regime de dados, afetado pelo funcionamento ideológico que atravessa o discurso que significa na plataforma.

Desse modo, o funcionamento dessas textualidades ocorre em uma lógica de regularização, segundo regime de organização da máquina algorítmica. Essa memória, “infinita” em seus meios e limitada em sua produção, promovida pela repetição e pelo acúmulo de formulações, instaura novas possibilidades de deslize e ressignificação, onde o sentido vai derivando para outras regiões — a falha da/na máquina. A lógica do digital intensifica esse movimento, pois a rápida circulação, o caráter fragmentado dos textos e os modos de leitura próprios das plataformas digitais, especificamente do *X*, favorecem tanto a estabilização de certos sentidos quanto a multiplicação de interpretações, tornando possíveis os modos de funcionamento da memória digital.

A equivalência entre uma figura pública e um vilão fictício reitera um gesto de leitura que naturaliza um sentido, mascarado pela repetição e pelo efeito de humor sustentado. Esse funcionamento se dá por meio da memória digital que, ao mesmo tempo em que se organiza como memória das plataformas (armazenando, categorizando e distribuindo conteúdo), também permite a emergência de furos na leitura, tornando possível deslocamentos interpretativos à medida em que os sujeitos atualizam essas séries a partir de suas posições.

A respeito do funcionamento dessas textualidades seriadas, Dias (2024, p. 159-160) afirma que elas são

[...] fortemente conformadas pelas ferramentas digitais e pelos algoritmos, que tendem a neutralizar, sob a eficácia simbólica da máquina, o problema das ambiguidades, metáforas e deslizamentos dos sentidos, propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, reduzindo-o a uma perspectiva meramente maquinaica ou ao problema dos bancos de dados e modelos de linguagem artificial. (Dias, 2024, p. 159-160)

Essa dissimulação, promovida no interior da máquina, reduz a questão do sentido (outro) a uma mera questão de ordem técnica, um “deslize” do algoritmo na distribuição dos conteúdos a serem exibidos para o usuário. Sob essas condições, as questões do sentido, centrais para AD, encontram-se mascaradas pelo funcionamento político e ideológico da máquina algorítmica, que tenta encobrir, por meio de sua eficácia simbólica, os seus próprios rastros.

No entanto, Pêcheux (2015, p. 54) nos lembra de que “o discurso-outro que, enquanto espaço virtual de leitura ou presença virtual na materialidade descritível, marca, no interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço e de memória histórica, como o próprio princípio do real sócio-histórico”. Os sujeitos, em sua relação simbólica com a língua e com os sentidos produzidos no digital, são sempre já-afetados pela ideologia e pela lógica injuntiva das plataformas. Todavia, não escapam do deslize, do equívoco. Há sempre um sentido (outro) que caminha para romper com estabilidade do sentido que se sedimenta. A existência desse “outro” ameaça a estabilidade aparentemente homogênea do sentido de liberdade de expressão, enquanto um direito absoluto irrestringível, afeta a materialidade e insiste em significar de modo distinto, produzindo fissuras que permitem capturar esses sentidos que se encontram escamoteados pela distribuição de dados da plataforma.

2.3 O percurso pelas regularidades: explicando as escolhas

Após o levantamento do material e a realização das coletas, voltamos nosso olhar para os fragmentos discursivos que se amontoavam em nosso arquivo para, posteriormente, compormos o *corpus* desta pesquisa. Nosso desejo era de que os fragmentos pudessem nos direcionar algo, deixar escapar algum sentido, um sussurro, um vestígio qualquer que nos apontasse um caminho de compreensão para o funcionamento discursivo da liberdade de expressão, desdobrando possibilidades para pavimentar nosso gesto de interpretação.

Durante o percurso, nos deparamos com a necessidade de recortar, reorganizando os fragmentos da situação discursiva, ligando as partes ao todo, respeitando os intervalos, os respiros, as pausas (Orlandi, 1984). Desse modo, surgiu a incontornável necessidade de lançar mão das condições de produção em se situam esses recortes, dando amparo às questões de sentido que se assentam sob o acontecimento, atravessadas por relações de poder que significam na/pela língua no digital.

É a partir da compreensão de que o espaço do texto é intervalar, ou seja, não é hermético, fechado, mas nutre relações tanto com o contexto da situação (enunciativa e sócio-histórica) quanto com outros textos (*ibidem*), que estabeleceremos os recortes a seguir. Assumimos, então, a posição de vasculhar o lugar do contraditório, da falha, do incômodo, a partir da suspensão das evidências, do tensionamento da leitura linearizada, horizontal, descolando da materialidade em questão todo sentido sedimentado. Nosso interesse é explorar essa discursividade constituída pelo modo como os sujeitos significam a liberdade de expressão no discurso digital do *X*.

O percurso que ora se inicia pretende, portanto, expor o caminho trilhado na observação das regularidades discursivas identificadas no *corpus*. Com isso, traçamos algumas possibilidades de leitura com o intuito de compreender como determinados sentidos se estabilizam, se deslocam ou se tensionam nas relações que discursivizam o digital, sendo continuamente (re)atualizados pela retomada de certas formulações do/no meme. Nosso gesto analítico se pauta pelo reconhecimento de que todo dizer é atravessado por outros dizeres, e que a interpretação se dá nesse espaço intervalar onde memória e atualidade se encontram, ou melhor, se tensionam.

Por meio desse trajeto, questionamos não apenas o que está dito, mas como se diz de onde se diz, a que posições-sujeito tais dizeres se vinculam e, não menos importante, o que não se diz. A seguir, trazemos as regularidades e as apresentamos em breves intervalos, explicando as escolhas.

2.3.1 Regularidade A – A formulação no verbal

Figura 8 – *Free speech*, por Elon Musk



Fonte: @elonmusk no X.

A primeira regularidade diz respeito à recorrência da formulação verbal “*free speech/freedom of speech*”, mobilizada nas postagens de Elon Musk no X. Um significante condensado, aparentemente simples, que se encontra atravessado por uma densa memória discursiva que o constitui e o torna produtivo no interior das disputas discursivas, tornando-o completamente opaco. Quando escolhemos tomar *free speech* como recorte inicial, deslocamos o olhar para a materialidade mínima do dizer, pois entendemos que é a partir desse ponto que irrompe uma rede de sentidos historicamente sedimentados que serão reformulados em outras materialidades significantes.

A formulação “*free speech*” se produz na língua como um sintagma estabilizado, reconhecível e reiterável. É o puro funcionamento da ideologia fornecendo ao sujeito as evidências do sentido. Sua realização se ancora no discurso fundador americano, no qual a liberdade de expressão é significada como valor central, individual e constitutivo da democracia (Dugaich, 2001).

Essa estabilização, no entanto, não implica um fechamento do sentido. Ao contrário, é precisamente a força dessa memória que permite que o significante circule com grande eficácia em outras regiões de sentido, produzindo efeitos de sentido distintos, que desafiam a naturalização do sentido posto como “verdadeiro”.

Lagazzi (2009, p. 68) reitera o fato de que não há “materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra”. É nesse movimento contraditório — no qual o significante extrapola o verbal e passa a ser reinscrito em outras materialidades, fazendo com que seu sentido trabalhe pela/na incompletude de outros — que concebemos nossa entrada de análise.

O gesto que aqui propomos consiste em acompanhar esse deslizamento, não para rastrear uma suposta continuidade do sentido, mas para explicitar a relação equívoca que se estabelece entre o verbal e suas reatualizações no eixo da memória discursiva. Ao deslizar para diferentes materialidades, o significante frequentemente desaparece, se textualizando de outro modo, para significar no espaço da contradição por meio de sua ausência. Ainda assim, ele não apaga os traços da memória o significa, produzindo, neste processo, convergências e contradições que garantem sua inteligibilidade, sua estabilidade e, ao mesmo tempo, deslocamentos que jogam o sentido para outras regiões, gerando deslizamentos significativas. É no interesse de explorar a tessitura desses movimentos de sentido que escolhemos esta regularidade como um ponto de partida/abertura.

2.3.2 Regularidade B – Harry Potter vs Voldemort

Figura 9 – Hogwarts às avessas



Fonte: *Corpus da pesquisa* (2025).

Riso. Humor. Sarcasmo. Inevitavelmente, esta regularidade foi algo que capturou a nossa atenção. Durante nossas buscas foi impossível não se deparar com a imagem fustigada dessas duas personagens, (re)postada incontáveis vezes por sujeitos que, capturados no fio do discurso, foram instados a significar a disputa sobre a liberdade de expressão nas figuras de Musk e Moraes, como herói e vilão, respectivamente, a partir do acontecimento discursivo. O bloqueio do X no Brasil causou desconforto, agitou os meios de informação, que começaram a movimentar o acontecimento na cena digital, inscrevendo-o no jogo opaco das formulações.

Durante as buscas, a presença insistente dessas imagens em diversos comentários já dava os primeiros indícios de uma saturação da memória, era um sentido caminhando para se sedimentar — a memória digital escapando do domínio da máquina para se inscrever no interdiscurso. Ora, se o discurso digital se formula ao circular (Dias, 2018), não seria prudente ignorar a recorrência de enunciados marcados pelo tom humorístico que funciona no meme para ressignificar o acontecimento discursivo. Esse funcionamento não diz respeito somente à superfície linguística da enunciação, uma vez que não acreditamos que seja possível se deter somente aí, a própria imagem retomada vai derivando, inscrevendo seus efeitos de sentido em outro(s) lugar(es).

A articulação entre as duas personagens funciona por meio da contradição entre a figura do heroico e do vilanesco, o imaginário que se produz a partir dessas imagens movimentadas regiões de sentido que inscrevem o acontecimento em um outro lugar, o da disputa do “bem” contra o “mal”. Apaga-se a história, o político, a contradição, para “chapar” o sentido, tornando-o uma tábua rasa de inscrição da evidência. Pois, todo mundo sabe que o *X* é (d)o herói, representa a liberdade de expressão, resiste à censura, está do lado do povo; enquanto o *Y*, o vilão, reúne sobre si todos os sentidos ligados ao que é vil e desprezível, o que aparece comumente na forma de significantes como “censura” ou “ditadura”.

A repetição, a partir dessas condições de (re)produção, integra o funcionamento de um discurso que busca estabilizar, pelo efeito de humor, o sentido de liberdade de expressão enquanto um direito que não concebe limites para si. Acaba reafirmando, então, a impossibilidade de viver perante o contraditório — precisa regulamentar, categorizar, dividir, reafirmar —, encarcerando o significante na lógica dística de atribuir como possível somente duas posições: a “liberdade” ou tudo que se opõe a ela. O sujeito pragmático em seus equívocos.

2.3.3 Regularidade C – Os símbolos nacionais

Figura 10 – Heroísmo (inter)nacional



Fonte: *Corpus da pesquisa (2025)*.

Minha pátria, meu chão, meu (não) lugar. Diante desse recorte observamos a tensão que emerge ao se mobilizar o discurso pátrio como ponto de ancoragem para a produção de sentidos a respeito da liberdade de expressão. Em um país como o Brasil, que já enfrentou, de fato, uma ditadura, há sentidos que ainda nos assombram, são acontecimentos cujas marcas não se desfazem, inscrevem-se na memória para significar continuamente, de outros modos.

Interessa pensar que sentidos os sujeitos mobilizam ao retomar a terra que (não) habitam, a leitura que constroem sobre a pátria, a partir do lugar onde se inscrevem para enunciar. O que é o brasileiro, afinal? Não tratamos, pois, de identidade, mas de um processo de significação do brasileiro (Orlandi, 1990). Esse processo não dissocia de nossa história,

embora, sob a evidência, tente submergir as condições sócio-históricas que nos atravessam, que nos significam.

Surge aí, outra vez, o fantasma do colonialismo, como “se o passado nevasse sobre nós” (Robin, 2016, p. 26), produzindo, ainda, seus efeitos. A imagem da pátria retomada, ressignificada, torna-se objeto também de disputa, nisto observamos o imbricamento do político e do simbólico — a divisão dos trabalhos de leitura (e dos sentidos) sobre os significantes (a bandeira, o Cristo Redentor etc.). Esses objetos, ressignificados aqui no discurso sobre a liberdade de expressão, retomam a memória colonial de uma país que não defende a si mesmo, colocando como solução para a “ditadura” que se instala no Brasil um intervencionismo estrangeiro. Como um dos efeitos do discurso colonial, Orlandi (1990, p. 16) adverte que, no imaginário constituído pelas práticas de linguagem, essas relações de colonialidade “não aparecem em seu lugar próprio mas sim como um reflexo indireto”. Dito de outro modo, a retomada de símbolos nacionais pelo estrangeiro (e vice-versa) funciona como uma reatualização da memória significada pelo discurso colonial.

Sob essas condições, os pré-construídos, sempre já-lá, fornecem a realidade a ser compreendida pelos sujeitos, a evidência clara e límpida. Desse modo, os sujeitos não se percebem enquanto resultado da história que os constitui, produzindo um deslocamento no seu discurso (Vieira, 2022). O Brasil, ressignificado nesse discurso, é representado cativo a um sistema judiciário corrupto, ligado ao autoritarismo, ao comunismo, que censura seus cidadãos. Elon Musk, por outro lado, é figurado enquanto o salvador dessa pátria decadente, embora de outro modo, ainda se articula esse discurso sob a dissimulação da antítese herói/vilão.

Nessa lógica, os sentidos convocados de liberdade, nacionalismo e resistência não se sustentam, as contradições não permitem que a sedimentação seja plena. Esse discurso “pátrio” é marcado, dentre tantas outras coisas, por uma contradição que julgamos a mais crítica: ao mesmo tempo em que se anuncia um forte apego à pátria, esse apego só se realiza plenamente no antagonismo ao próprio Estado, no ataque às próprias instituições e aos símbolos nacionais. Essa contradição não se resolve, não cessa. Embora esse discurso circule de modo performático no *X*, por meio do funcionamento do texto na plataforma, os sentidos postos como evidentes não chegam a se sedimentar completamente.

Os sentidos de “pátria” e de “liberdade” são articulados de forma conflituosa. Há uma tentativa de resgatar um Brasil ideal e livre, um país que estaria sob ameaça interna de forças autoritárias representadas pelas instituições nacionais. Ao mesmo tempo, essa reconstrução de um discurso “patriota” desloca-se e falha, pois é o estrangeiro (Musk) que aparece como libertador da pátria, como defensor da liberdade de expressão, o combatente da censura; ao

passo que o agente nacional (Moraes) é inscrito como um tirano. Há um funcionamento daquilo que eu gostaria de nomear de o não-lugar da pátria no discurso, no qual o sujeito se desloca do espaço nacional ao qual pertence, por meio de um deslocamento que é projetado discursivamente na retomada de imagens que “jogam” o Brasil nas mãos de um outro país. É isto que aparece formulado na imagem em que o Cristo Redentor e a Estátua da Liberdade dão as mãos. Uma memória colonial às avessas.

Gostaríamos de destacar que, no capítulo que se segue, as regularidades discursivas aqui apresentadas não serão tratadas de maneira linear, mas analisadas de intercaladamente. Embora apresentadas de forma separada para fins de categorização analítica e organização metodológica, tais regularidades se constituem, no efetivo funcionamento discursivo, de maneira embricada, atravessando-se reciprocamente no processo de produção de sentidos. A separação, portanto, opera menos como um gesto de análise propriamente dito e mais como um recurso que permite explicitar determinadas recorrências.

Nesses termos, partimos dos espaços intervalares do sentido, que emergem da relação entre diferentes materialidades, formulações e condições de produção. Ou seja, ao longo do terceiro e último capítulo, as análises não seguirão uma lógica sequencial ou compartimentada, mas serão realizadas concomitantemente, mobilizando, a cada gesto interpretativo, as diferentes regularidades conforme elas se textualizam nos materiais analisados. Essa escolha visa preservar a complexidade do *corpus*, evitando a retificação das categorias analíticas e permitindo que as convergências, tensões e contradições entre as regularidades estejam visíveis no próprio movimento da análise.

CAPÍTULO III: DOS SENTIDOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

*Ora invocamos o ponto transcendente em que
o real e o imaginário se penetram e se unem.*

Gilles Deleuze

Neste capítulo, que marca o passo derradeiro de um gesto que não se encerra, direcionamos o foco analítico para os sentidos de liberdade de expressão que se textualizam em nosso *corpus*, no intento de explicitar o funcionamento discursivo dos processos que ali se textualizam. Trata-se da tentativa de tornar visíveis os mecanismos que sustentam a produção, a circulação e a estabilização desses sentidos.

Consoante a tudo que temos discorrido até então, partimos da compreensão de que a própria noção de autoria se constitui enquanto um efeito discursivo (Gallo e Silveira, 2017), produzido na relação entre sujeito, linguagem, história, ideologia e não menos importante, a plataforma. Nesses espaços enunciativos informatizados essa questão adquire novos contornos, colocando em tensão os modos tradicionais de significar a partir da posição tradicional de um autor.

3.1 O funcionamento da autoria pelo digital

O meme circula nas milhares de réplicas que indefinidamente são pulverizadas pelo algoritmo para todo e qualquer sujeito que deslize sobre a tela. Sua materialidade fragmentada é recortada, deslocada e reinscrita em novos sítios de significação, o que possibilita que muitas vezes a mesma formulação visual signifique de modos completamente distintos.

Dias (2019, p. 63) destaca que nessa “forma de textualização do discurso, a série corresponde à função de autor, já que é ela o elemento que permite que se atribua um sentido às novas formulações”. Em outras palavras, esse efeito permite que a própria série, sob essas condições de produção, funcione como aquilo que dá liga ao agrupamento de sentidos em uma determinada região enquanto traz a possibilidade de deriva para outros lugares, deslocando, por essa via, a posição comumente atribuída a um autor.

Para discutir a posição tradicional de autor, recorro ao pensamento de Foucault (2001, p. 44-45), segundo o qual o nome do autor a seria responsável por assegurar “uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos”. Essa concepção é tensionada pelo funcionamento do discurso no digital, a partir do qual podemos observar um deslocamento significativo dessa concepção. A função classificativa de autoria concede lugar para outros critérios de legitimação

— visibilidade, repetição, circulação. Embora seja possível apontar em muitos memes um autor, um nome, um usuário que posta, não é esse princípio que “assegura seu agrupamento, mas, sim, o efeito de série” (Dias, 2019, p. 63).

Esse funcionamento implica um deslocamento de forma tradicional de autoria, que deixa de se apresentar enquanto uma propriedade individual do dizer e passa a operar enquanto uma posição do próprio sujeito já-interpelado, sustentada por uma memória discursiva que autoriza determinados sentidos enquanto silencia outros, empilhando-os sob o efeito de série. Dito de outro modo, é um ato político inevitável, um gesto de leitura possibilitado pelo efeito de evidência do próprio arquivo acumulado na plataforma, que mascara as condições sob as quais o sujeito é instado a significar. Trata-se da reprodução do mesmo ao nível da saturação.

A respeito disso, recorro a Dias mais uma vez:

A questão da leitura, nesta feita, permanece com uma questão impertinente na medida em que confronta o sujeito com o **esquecimento, a deriva, o político**, ainda que os processos de institucionalização trabalhem para conter o processo da interpretação. Diante disso, que relação com o não/esquecimento ou com um esquecimento “barrado”, temos estabelecido quando lidamos com bilhões de dados em expansão e sob a ilusão de uma memória infalível, sempre que recorremos aos dispositivos digitais, providos de uma memória que rege os espaços de circulação dos sentidos e onde tudo se mantém? (Dias, 2018, p. 68, grifos nossos)

Podemos depreender que a leitura é um processo sempre atravessado pela contradição, embora existam processos institucionais que funcionam para conter a interpretação, apagar o político, soterrar os vestígios de equívoco, o sujeito é sempre confrontado com essas contradições, a partir das quais há sentidos possíveis que resistem diante da tentativa de encapsulamento. Sob o digital, há a promessa de uma memória infalível, pautada no acúmulo e na expansibilidade infinita de dados, produzindo a ilusão de que nada se perde, linearizando os gestos de leitura ao evidente, como se transparente fosse toda forma de linguagem.

No entanto, trata-se, conforme a autora, menos de um não-esquecimento e mais de um esquecimento barrado, no qual a própria memória não funciona como arquivo livre de interpelação, mas um dispositivo da regulação e da circulação de sentidos, aquilo que se mantém sob o regime dessa memória não é tudo, mas somente o que pode e deve circular. A leitura pode ser, nessas condições, o ponto de partida para resistir a um regime de interpretação, um enfrentamento que se faz contra uma memória administrada, que promete (des)limites enquanto opera silenciamentos.

No que diz respeito aos sentidos mobilizados de liberdade de expressão, esse efeito de autoria vai funcionar enquanto um lugar estratégico para a legitimação do dizer. Frequentemente apresentado como “humor”, “crítica” ou “opinião”, o meme frequentemente

produz um efeito de isenção, quase que o apagamento da responsabilidade do sujeito sobre seu dizer, reforçando a ideia de que ele apenas “repete” ou replica um sentido que já circula, algo que fala antes. Esse efeito apaga as condições de produção do discurso e sustenta a ilusão de um dizer espontâneo, sem nenhum atravessamento que possa apontar para um funcionamento ideológico.

A materialidade mêmica intensifica a sobreposição entre os discursos do senso comum, projetando sentidos que se estabilizam pela incessante repetição e pela circulação massiva, desse modo, “a marca de um escritor não é mais que a singularidade de sua ausência” (Foucault, 2001, p. 36). A autoria não se localiza no ponto de origem, não há uma nascente do sentido, tampouco um sujeito que assuma essa posição de autor, pois embora esse sujeito empiricamente exista, não é esse o lugar que lhe legitima.

Cada compartilhamento, cada comentário, cada reformulação (re)inscreve o meme na série e (re)produz deslocamentos significativos e gera novos gestos de leitura. É como um rio sem margens, não há ponto de ancoragem senão o próprio rio, cujo fluxo não cessa. Ainda sobre esse regime de normatização das plataformas sobre o texto, Gallo e Silveira (2017, p. 3) explicitam que

a formulação é afetada por normatizações, e as normatizações dos discursos de escritorialidade são dadas pela programação e não são, como nas formas de escrita, constituídas historicamente. Essa historicidade, própria da normatização das formas de discurso de escrita, constitui a condição de reconhecimento desses discursos, sem que esse discurso perca seu efeito-autor.

Sob o regime das plataformas, passam a operar outros mecanismos de legitimação, fortemente vinculados à lógica de programação da plataforma, diferentemente das formas historicamente estabelecidas que institucionalizam certos modos de significar. O dizer não é legitimado porque provém de um sujeito reconhecido ou autorizado, mas porque circula amplamente, reaparece reiteradamente e alcança grandes volumes de engajamento.

O digital, conforme a compreensão que temos construído até então, se fundamenta no agora, na produção efêmera que encapsula o momento presente para significar sob esse agrupamento da série, deslocando a forma da autoria para o efeito de série, que, por um lado produz o efeito de agrupamento para os sentidos que se pretende estabilizar, e, por outro, irrompe na própria série a possibilidade de sentidos distintos. Nesses termos, retomamos a reflexão de Barthes (2004, p. 61, grifos nossos) sobre a autoria moderna.

Pelo contrário, **o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto**; não é, de forma alguma, dotado de um ser que precedesse ou excedesse a sua escritura, não

é em nada o sujeito de que seu livro fosse o predicado; outro tempo não há senão o da enunciação, e todo texto é escrito eternamente *aqui e agora*.

Discursivamente, a proposição de Barthes é especialmente produtiva no que diz respeito ao *aqui e agora* da enunciação, rompendo a noção de um sujeito pleno que precede a escrita e a organiza sob seu comando. Segundo ele, é a língua que fala e o sujeito, quando o faz, o faz sob o domínio da língua, o que encontra amparo na contradição apontada por Orlandi (2015, p. 48), resumindo que o sujeito “é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”.

Essa fragilização do autor como fonte dos sentidos ressurgue quando observamos o regime de circulação no digital, no qual a atualização contínua vai produzir um efeito de presente sempiterno. Sob essas condições, certos dizeres se tornam possíveis pela forma como a liberdade de expressão é significada, produzida na língua enquanto um significante “transparente” que encontra limites somente na injeção da plataforma, cujo funcionamento visa apagar o equívoco constitutivo da língua(gem). Após essa reflexão inicial da autoria por meandros discursivos, passaremos a alguns movimentos de análise.

Figura 11 – O significante em jogo



Fonte: @elonmusk no X.

A formulação “Liberdade de expressão é a fundação da democracia” reinscreve o significante “*free speech*” em uma metáfora mobilizada anteriormente (Figuras 1 e 8). No entanto, as formulações anteriores trazem o termo “*bedrock*” para designar a liberdade de expressão enquanto um princípio originário. Nesse processo metafórico, destacamos:

SD3: *Free speech is the foundation of of democracy* (Liberdade de expressão é a **fundação** da democracia)

O uso do significante “*foundation*” aciona uma metáfora que sugere solidez; no entanto, de modo distinto à SD1¹⁸, há a tentativa de domesticar o sentido no uso de um termo mais “transparente”. Apesar de ambos os significantes partilharem de uma tradução semelhante quando transportados para o português — visto que se referem, pela metáfora, ao “fundamento”

¹⁸ “*Free speech is the bedrock of democracy*/Liberdade de expressão é o fundamento da democracia”. Analisada a partir da Figura 1 no primeiro capítulo.

da democracia e por efeito de evidência, da sociedade — eles não funcionam do mesmo modo no inglês.

O uso dos termos “*bedrock*” e “*foundation*” na formulação dos enunciados sobre *free speech* são escolhas lexicais que mobilizam metáforas ligadas aos sentidos de construção, edificação etc. Seu uso produz um efeito de naturalização da liberdade de expressão enquanto um direito *a priori*, isto é, sob essas condições ela é significada como aquilo que sustenta a democracia desde sua base, apagando desse modo o político, o histórico, como se fosse um dado pré-concebido e incontornável.

No caso de *bedrock*, o efeito metafórico vai pelas vias de uma rocha-mãe, um leito rochoso que sustenta toda a densa camada de sentidos sedimentados. O termo deriva da junção de outros dois — *bed* (cama, leito) e *rock* (rocha) —, referindo-se a uma camada mais profunda e rochosa do solo que sustenta edificações, produzindo a ideia de que a liberdade de expressão precede todo e qualquer outro direito. Escamoteia-se, portanto, o fato de que tanto a própria democracia quanto os direitos fundamentais são construções históricas, significadas ao longo de séculos por meio de tensões, disputas e rupturas. O que se apresenta como fundamento naturalizado aqui esvazia a possibilidade de questionamento, uma vez que não se discute aquilo que “sustenta tudo”, pois não é possível “remover” os alicerces de uma edificação.

O outro significante, *foundation*, embora semanticamente próximo, desloca levemente o sentido para outro lugar. Diferentemente do leito rochoso, que é uma estrutura da própria natureza, constituída ao longo de séculos a partir de material sedimentado no solo, uma fundação pressupõe ação humana, um projeto calculado para suportar uma edificação. No entanto, na formulação analisada, esse potencial do termo é silenciado, *foundation* é inscrito em uma mesma região de sentido que *bedrock*, reforçando a ideia de que, ambos os termos significam de modo transparente, tentando remover, por uma forçosa sinonímia, a fissura interpretativa. Dito de outro modo, a liberdade de expressão é significada como fundante para todo e qualquer modo de organização social, precedendo outros direitos.

Ambos os significantes são mobilizados para produzir um efeito de fechamento do sentido, enclausurando a relação entre liberdade de expressão e democracia como linear e causal, uma tentativa de domesticação dos sentidos, como se os equívocos fossem contornáveis. Esse funcionamento apaga as mediações institucionais e os contradições que atravessam o exercício da liberdade de expressão, especialmente no digital, onde a circulação dos discursos é regulada pelos dispositivos técnicos. Essas formulações mobilizam a liberdade de expressão na direção de estabilizar um sentido pautado pela evidência que, sob esse regime de leitura, dificulta a emergência de sentidos que reconheçam as contradições próprias desse direito.

Ainda nesse movimento de escuta, a fim de capturar as contradições que se estabelecem nos processos de deslize para outras materialidades, apresento o próximo recorte.

Figura 12 – Alexandre VS *Free Speech*



Fonte: @PaulHook_em no X.

A imagem em questão textualiza no centro de sua formulação visual a bandeira do Brasil que, sob o recorte da silhueta do *X*, se apresenta fragilizada, contornada em chamas. Destacamos, a seguir, as SDs:

SD4: *Elon, X and Free Speech will win in the end!* (Elon, X e Liberdade de Expressão **vencerão** no fim!)

SD5: Alexandre de Mores *vs* FREE SPEECH

A formulação “Elon, *X* e Liberdade de Expressão **vencerão** no fim!” explicita que há, de algum modo, uma batalha, um disputa, mas o que não fica “evidente” é sobre o que se situa esse combate. O sujeito reconhece, pois, que ao longo dessa disputa, Elon Musk e *X* prevalecerão (contra as forças do mal?) no final, este funcionamento se aproxima do que apontamos anteriormente, em que Musk e *X* são frequentemente mobilizados nesse discurso como sinônimos, em outros termos, enxerga-se na figura do bilionário um ponto de ancoragem para significar a liberdade de expressão. É o efeito de série se agrupando para manutenção do sentido, ao mesmo tempo em que seu acúmulo joga o sentido para outras regiões, fragmentando-o.

Ao passo que se reconhece que há uma disputa, formulada na legenda pelo sujeito, há também na própria imagem a textualização do conflito. Textualiza-se, de um lado, Alexandre

de Moraes, e do outro; LIBERDADE DE EXPRESSÃO, sobrepostos à letra *X* em chamas, que revela ao fundo a bandeira brasileira e, juntas, compõem a paisagem visual dessa disputa. Mais uma vez, opera-se a partir de uma lógica binária na textualização do conflito, em que a liberdade de expressão é personificada e, a partir desse movimento, se opõe a uma figura institucional do Estado brasileiro. O que a imagem escamoteia, deixa presente pela ausência, é a figura de Elon Musk, que aparece mais uma vez metaforizado no significante “*free speech*” que é, não por acaso, escrito em letras garrafais para se projetar maior do que de fato é. Esse gesto personifica a disputa, inscrevendo em uma região de sentido que apaga as complexidades, reduzindo-a a um embate moral entre polos supostamente incompatíveis.

Faz-se presente na imagem o *X*, convocação que assume, pelo simbólico, múltiplas camadas de sentido. Ele funciona simultaneamente como a marca da plataforma (*X/Twitter*), como símbolo de anulação, oposição (como em *versus*) e como de emblema da ruptura. Sua representação em chamas traz efeitos de sentido ligados à dramatização e urgência, em que algo está sempre em jogo, prestes a ser destruído (ou purificado?) pelas chamas. Atrás do *X* flamejante é possível observar a bandeira do Brasil, encoberta por esse combate, deixada em segundo plano, aguardando para ser resgatada(?) das mãos da tirania, ou melhor, do tirano, que ameaça a liberdade de expressão no país. Essa composição contribui para a construção de um cenário em que não há mediações, negociações, ou zonas de ambiguidade. Não há espaço para ser contra “e” a favor, somente para ser contra “ou” a favor.

A formulação “Alexandres de Moraes vs *Free Speech*” apaga, por um lado, a dimensão institucional do cargo ocupado pelo ministro, destacando-o dessa posição e inscrevendo-o no lugar de um indivíduo que encarna a censura. Diferentemente, a liberdade de expressão é mobilizada enquanto entidade autônoma, homogênea e transparente, descolada de todo e qualquer funcionamento político, histórico ou jurídico que a possa significar. Essa tentativa de apagamento do político inscreve a figura do agente estatal como inimigo da liberdade de expressão e, por consequência, da democracia.

Embora pormenorizada, a bandeira brasileira, integrada ao *X*, mobiliza a nacionalização do conflito. É, ainda outra vez, o estrangeiro significando a pátria, nada de novo na história de um país com mais de cinco séculos. Textualiza-se uma batalha pelo destino da nação, que, dentre muitas contradições, reforça, pelo uso do significante *free speech*, grafado em inglês, a filiação a uma memória discursiva tributária a uma tradição americana, que se impõe como universal, encobrindo as especificidades do contexto brasileiro. Nessas condições, Elon Musk emerge como figura capaz de salvar a pátria, reforçando a personificação que ocorre nesse discurso.

Tornam-se mais visíveis as contradições apontadas por Lagazzi (2009), no que diz respeito ao trabalho com distintas materialidades significantes. O gesto de interpretação permite compreender, a partir dos modos como a imagem materializa um regime de leitura próprio do digital, que a circulação, a visibilidade e o impacto visual prevalecem muitas vezes sobre a argumentação. Sob a noção do efeito de série, observamos como distintas formulações se agrupam para significar a liberdade de expressão enquanto um valor absoluto em ameaça, cuja defesa justificaria a rejeição das instâncias institucionais de mediação, sob ameaça de censura. O conflito se textualiza, então, a partir dos diferentes modos de significar a liberdade, a democracia, a autoridade e o próprio funcionamento do espaço público no digital.

3.2 Ecos do discurso fundador americano

Neste bloco, propomos uma reflexão sobre como determinados sentidos de liberdade de expressão estão ancorados no discurso fundador americano, constituindo uma memória que ultrapassa barreiras (inter)nacionais e emerge enquanto acontecimento discursivo na ascensão do debate contemporâneo sobre regulação das plataformas digitais.

No avanço desta reflexão, observamos como os sentidos de *free speech* filiam-se a uma memória produzida a partir da relação do Brasil com os discursos que o significam e com os discursos que significam outro país, especificamente os Estados Unidos, cujos sentidos passam a funcionar como matriz de evidência para a compreensão do que seria a liberdade de expressão e, por consequência, a própria democracia.

Esses efeitos de sentido de liberdade de expressão se apresentam sob a recusa de toda e qualquer filiação ideológica, política e histórica; ainda que sejam atravessados por condições de produção marcadas por relações de poder, por interesses econômicos e por regimes específicos de normatização do dizer.

Orlandi (2001, p. 7) traz a reflexão de que “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”. Em outros termos, além de narrar a origem de uma nação, esses discursos servem para instituir formas de (re)significar a história de um povo, passando a operar como evidências, organizando o que pode ser dito, pensado e reconhecido como legítimo ao longo do tempo. Uma memória que sustenta toda a construção de uma identidade nacional e que opera enquanto lugar de legitimação de valores, princípios e práticas.

Os discursos fundadores operam apagando sua própria historicidade, apresentando-se sob categorias universais e inequívocas, quando, na realidade, são resultados de tensões sócio-

históricas e de condições de produção específicas que a significam como tal. Uma vez cristalizados no imaginário social, eles passam a sustentar uma determinada leitura do passado e do presente, orientando interpretações futuras. No caso do discurso fundador americano, a liberdade — e, de modo particular, a liberdade de expressão — constitui-se como um desses significantes centrais, reiteradamente mobilizados em enunciados que produzem efeitos de sentidos que a colocam como fundamento da democracia.

Esses enunciados ecoam, produzindo certos efeitos de sentidos que se projetam a partir dos seus “*mais claros símbolos*: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus” (Orlandi, 2001, p. 11-12, grifos nossos). Essa iconografia funciona como um ponto de ancoragem e de (re)atualização do discurso fundador, garantindo sua permanência no imaginário social, ao mesmo tempo em que se reinscreve em novas conjunturas históricas, produzindo novas práticas. Projetam-se para frente e para trás, trazendo sob a novidade o efeito de permanência (*ibidem*).

Esses símbolos são ressignificados pela circulação intensificada dos discursos no digital, resistindo às formas tradicionais de monumentalização de uma memória nacional. Eles passam a se articular a partir de novas materialidades significantes, que condensam e simplificam sentidos complexos, ao mesmo tempo em que ampliam seu alcance.

A respeito do discurso fundador americano e das práticas que significam o povo americano enquanto tal, Dugaich (2001, p. 27) explica que

o discurso fundador americano significou o poder diretamente relacionado à posse da terra – país/nação. Dizendo de outro modo, as condições de produção constitutivas desse discurso estabeleceram uma direção de sentidos, segundo a qual o poder de voz e, conseqüentemente, de ação do sujeito americano concretizou-se com a conquista e a preservação do território.

Compreendemos que o discurso fundador americano se vincula, inicialmente, em uma materialidade muito específica — a terra —, que funciona enquanto uma condição de poder que garante ao sujeito a conquista e a garantia da conservação de seus direitos. Esse poder significado na forma da terra produz um efeito de sentido sob o qual ter terra é ter voz, e essa voz garante ao sujeito poder de ação, de tomada de decisão. De certo modo, esse apego à terra, à propriedade, explica o uso das metáforas explicitadas anteriormente (*bedrock e foundation*) na significação da liberdade de expressão enquanto um direito fundante, pois essa memória que atravessa o dizer do sujeito a ressignifica sob os mesmos paradigmas anteriores, condições sob as quais quem possuía terra possuía também o direito a ter voz.

Para prosseguir com a discussão no *corpus*, trazemos outro recorte. As duas imagens se relacionam pelo modo como uma mesma memória as atravessa e “dá liga” aos sentidos, mobilizando as noções de heroico e vilanesco, como temos explicitado até então. Para além disso, é possível observar como cada uma delas vai trabalhar as contradições na/da outra, na toada do que propõe Lagazzi (2009).

Figura 13 – Musk, o "salvador"



Fonte: @OtioAli no X.

Figura 14 – Bandeira soviética do Brasil



Fonte: @edwardrussl no X.

Quando colocadas em perspectiva, as imagens tensionam uma na outra o modo como significam o Brasil por meio de seus símbolos. Ambas mobilizam uma iconografia nacional,

mas o fazem a partir de gestos diferentes, explicitando posições e modos distintos do funcionamento de uma mesma memória.

Lopes (2009) destaca que há sentidos instaurados, pelas condições de produção da constituição dos Estados Unidos enquanto nação, que “sustentam o processo de heroicização do sujeito americano, fundamental para a compreensão do próprio discurso americano” (p. 81). Nessa feita, a memória que significa o sujeito americano enquanto herói atravessa a formulação da imagem, na qual Elon Musk é figurado como um herói épico, envolto pela bandeira brasileira, a vestindo como uma espécie de indumentária que evoca sentidos de guerreiro ou de salvador. Alguém pronto para contender pela defesa de seu território (de sentido), o qual abriga a liberdade de expressão. A formulação visual constrói um efeito de identificação simbólica entre o sujeito estrangeiro e a nação brasileira, apagando a exterioridade de sua posição política e reinscrevendo-o como alguém que “luta” em nome do Brasil, contrariando todo e qualquer sentimento verdadeiramente nacionalista.

A bandeira funciona aqui como símbolo de autorização, Musk, envolto em uma capa verde e com a bandeira ao fundo, desloca a soberania do país para sustentar a narrativa de que estaria defendendo os direitos fundamentais do povo brasileiro, em especial, a liberdade de expressão. É importante mencionar que a imagem em questão apresenta claros indícios de ter sido gerada com algum *prompt* de inteligência artificial (IA). Ao fundo, a bandeira brasileira deriva, a máquina falha em confeccioná-la. Observamos nisto a contradição do sujeito apontada por Dias (2018), que busca suturar a falha constitutiva da língua na (re)produção pela máquina, dando corpo ao imaginário que se materializa em falhas, sob a promessa do sucesso.

É posta em a questão a reflexão que o digital — e a tecnologia como um todo — seria o suporte através do qual o sujeito “imagina realizar aquilo que nele falta” (*ibidem*, p. 74). Através do gesto de personalização da política, o sujeito busca, de algum modo, dar corpo a seus afetos, realizar suas idealizações de ser como os americanos, de se aproximar do imaginário cultivado ao longo de décadas de propaganda e produções culturais consumidas a esmo.

Já a segunda imagem opera em um registro oposto, embora igualmente tomada pelo simbólico. A bandeira do Brasil é reconfigurada pela sobreposição do martelo e da foice, símbolos historicamente associados ao comunismo. Esse gesto reinscreve o país em uma memória discursiva ligada ao autoritarismo, à censura e à supressão das liberdades individuais, produzindo um efeito de denúncia ou acusação, reverberando os efeitos de sentido do comunismo, significado no discurso americano enquanto um inimigo.

O símbolo nacional, nessas condições, não funciona mais como um lugar de familiaridade, deixa de ser lugar de orgulho ou proteção e passa a funcionar a partir de um estranhamento, tomado como evidência a partir de um suposto “desvio ideológico” do Estado brasileiro, dominado pela esquerda(?). Por essa leitura, o Brasil estaria capturado por uma ideologia ameaçadora.

A relação entre as duas imagens se constrói, portanto, pelas oposições que vão se estabelecendo. A primeira propõe uma solução heroicizada a partir de Musk, formulado como defensor da liberdade e aliado do Brasil; a segunda constrói o cenário da ameaça, apresenta um Brasil “comunista”, autoritário, textualiza o inimigo a quem o herói deve se opor. De modo semelhante ao que ocorreu nos recorte anteriores, há uma recorrente inscrição de Musk na posição de herói, enquanto seus inimigos derivam, ora sendo um juiz, ora sendo a própria nação. Juntas, elas estruturam a narrativa de que há uma ameaça interna que compromete o direito à liberdade de expressão, e que há um agente externo legitimado simbolicamente para combatê-la.

No trajeto de leitura das imagens, há o funcionamento de uma memória que significa tanto o Brasil quanto os EUA. A bandeira, enquanto símbolo fundador, é retirada de seu lugar institucional e reinscrita em regiões de sentido que afetam a leitura dos sujeitos, interpelando-os a uma leitura polarizada. Pelo modo como o texto funciona no digital, gera adesão e reconhecimento imediato. Assim, essas materialidades não apenas representam posições políticas, mas participam ativamente da produção dos sentidos em disputa sobre liberdade de expressão, soberania e autoridade, evidenciando como a lógica da circulação produz a simplificação e a espetacularização do debate.

Sob essas condições, o poder de dizer do sujeito americano se constrói a partir da legitimação da ocupação territorial (físico ou digital), apagando, ao mesmo tempo, os conflitos, as violências e as expropriações que tornaram essa conquista possível.

Figura 15 – O Cristo e a Liberdade



Fonte: @ArchibaldBollz no X.

Na figura dois símbolos nacionais de cada um dos países são mobilizados. O Cristo Redentor e a Estátua da Liberdade são, provavelmente, os monumentos mais emblemáticos desses dois países, atravessados e significados por diferentes memórias, e que, a partir desse recorte, vão fornecer diferentes contornos ao sentido de liberdade de expressão. A imagem apresenta as duas estátuas posicionadas lado a lado e de mãos dadas, sobre um espaço que remete à paisagem do Rio de Janeiro — curiosamente, isto significa que a liberdade teve que se “mover”, se deslocar até o Brasil. Na legenda, há o seguinte:

SD6: *The fight for **Liberty** has begun #Brazil (A luta pela **Liberdade** começou) [emojis de corações verdes e amarelos]*

Há a mobilização de sentidos de disputa, o emprego do termo “luta” para significar o acontecimento aponta para o fato de que o sujeito reconhece que há, de algum modo, um conflito acontecendo, que vai se inscrevendo em uma região que não permite a conciliação. Observamos, a partir desse efeito metafórico, que a existência de uma luta (por algo) presume que haja, em um determinado momento de sua consumação, um vencedor e um perdedor, é o modo que o sujeito pragmático tem para significar a realidade, fazendo uso de enunciados logicamente estáveis para dar forma e figura ao acontecimento. No entanto, diferentemente de jogos de futebol ou de outros tipos de esportes, que se apresentam por meio de respostas unívocas e límpidas, a metáfora não retira completamente o acontecimento das tensões que o significam.

No inglês há certos termos que, embora pareçam sinônimos, não o são perfeitamente. Até aqui, boa parte dos enunciados se textualizam em torno de *free*/livre ou *freedom*/liberdade, no entanto, a SD6 traz *liberty*, uma outra palavra que também pode ser traduzida para o português como “liberdade”.

Faz-se necessário uma distinção aqui. De modo geral, *freedom* tende a operar discursivamente enquanto uma noção mais ampla e abstrata de liberdade, associada à ausência de coerção por partes de forças exteriores ao indivíduo (a lei, o Estado etc.). Esse termo, inclusive, é o que está mais fortemente ancorado ao discurso fundador americano, usado ao longo da história para descrever tanto a terra quanto seus habitantes (*Land of the free/freedom*/Terra dos livres/da liberdade), extremamente ligado ao funcionamento da memória que significa a liberdade como um valor originário, que sustenta toda a existência de um povo.

O significante *liberty* vai trazer sentidos ligados a uma ordem jurídico-política. Seria uma liberdade situada no interior de uma constitucionalidade, ou seja, os direitos que um indivíduo possui, mediado pela relação com os demais direitos existentes dentro de uma conjuntura. Historicamente, o termo está associado à organização do poder estatal e à definição de direitos civis. Diferentemente de *freedom*, *liberty* não se apresenta como uma liberdade absoluta, mas como uma liberdade situada, regulada, negociada e garantida por dispositivos legais. Seria, *grosso modo*, uma noção que admite limites, mediações e contrapartidas institucionais.

O emprego da palavra *liberty* é um modo do sujeito, afetado pela formulação da imagem, significar a atuação do americano em solo brasileiro, explicitamente por causa da Estátua da **Liberdade** (*Statue of Liberty*), a partir de uma identificação. Trata-se, como nas imagens anteriores, de uma espécie de autorização que o Brasil concede a outro país. O Cristo Redentor, não mais com seus braços abertos, é significado a partir de uma outra memória, na qual o que observamos é que os símbolos brasileiros só são legitimados quando justapostos com algum símbolo americano. Assim como a figura heroica de Musk surge para salvar o Brasil, a Estátua da Liberdade vem libertar o Cristo. Quando a bandeira brasileira aparece sozinha é sempre para significar de modo negativo, sem autonomia, sua figura não basta.

Ao unir esses dois símbolos por meio do gesto de dar as mãos, a imagem produz um efeito de aliança, naturalizada entre esses dois símbolos. Essa justaposição desloca todas as diferenças entre os contextos americano e brasileiro, produzindo a ilusão de que a liberdade significada em um pode — e deve — ser transposta integralmente ao outro. A liberdade de expressão, nesse movimento, é des-historicizada e despolitizada, sendo elevada à condição de

valor universal, transcendental, quase sagrado. A presença do Cristo contribui decisivamente para esse efeito, a liberdade deixa de ser apenas um princípio jurídico-político e passa a operar também como verdade moral, incontestável.

O Brasil é significado como espaço de conflito, de ameaça à liberdade, como um terreno selvagem onde essa liberdade precisa ser reconquistada. A hashtag *#Brazil* funciona como marcador de localização discursiva no interior da plataforma, convocando o país a ocupar uma posição ativa nessa luta, mas não necessariamente o de agente soberano dela, já que precisam da intervenção americana.

Segundo Dugaich (2001), atuar em nome de uma causa, movidos por motivos alegadamente nobres tem sido o sustentáculo do discurso americano por séculos. Nesse sentido, podemos destacar que

os EUA não são significados negativamente pela religiosidade e fé. A necessidade de se construir uma *memória local*, desvinculada da *memória* britânica, embora constituída por ela, fora percebida: o discurso da Declaração de Independência fundamentou-se nos direitos inalienáveis que afirmam que o Criador confere ao Homem “a vida, a liberdade e a felicidade” ainda que seja além da fronteira dos Estados Unidos (Lopes, 2009, p.84)

No discurso fundador americano, diferentemente do que se observa em outras tradições políticas, o caráter religioso atribuído à liberdade não é significado como um obstáculo à racionalidade. Ao contrário, essa relação opera como elemento legitimador da ordem discursiva que sustenta a constituição da nação e suas posteriores intervenções. Uma vez que são um “povo eleito”, o discurso fundador desloca a origem dos direitos de sua historicidade e os inscreve sob a transcendentalidade, anterior e superior a qualquer ordenamento jurídico. Esse gesto produz um efeito evidência que faz com que o sujeito identifique a nação americana e seus símbolos como ícones universais da liberdade, extrapolando, inclusive, as fronteiras territoriais dos Estados Unidos¹⁹.

Esse funcionamento ajuda a explicar por que, no debate contemporâneo, determinadas formulações sobre *free speech* mobilizam um efeito de transcendência e universalidade, sustentando a ideia de que a liberdade de expressão deve prevalecer independentemente das legislações nacionais ou das particularidades históricas de outros Estados. O que está em jogo não é um direito jurídico, trata-se de um dom divino, significado a partir de uma memória fundadora que articula liberdade à religiosidade, produzindo sentidos que continuam a ecoar e a organizar o discurso político até hoje.

¹⁹ Conferir

É a partir dessa memória que funciona a externalização da salvação. A Estátua da Liberdade aparece como guia, aquela que conduz o gesto libertador. O Cristo, por sua vez, deixa de operar plenamente como símbolo nacional e passa a integrar a ser tributário a uma narrativa globalizada de defesa da liberdade de expressão nos moldes do discurso americano. Assim, o Brasil é reinscrito em condições de produção nas quais a liberdade de expressão só pode ser garantida por meio da adesão a uma memória discursiva que lhe é externa.

A imagem se formula sobre uma contradição, ao mesmo tempo em que são mobilizados símbolos nacionais para falar de soberania e liberdade, esvazia-se a possibilidade de o próprio Brasil definir os contornos desses conceitos. A liberdade defendida não emerge das condições sócio-históricas e jurídicas brasileiras, mas de uma memória transnacional que se impõe como evidência. Os efeitos de sentidos projetados, sob a aparência de união, operam um deslocamento profundo dos sentidos de autonomia e soberania no Brasil, condenando-o a ser uma eterna colônia.

Percorrida a imagem, explicitamos como a disputa contemporânea sobre liberdade de expressão se ancora no discurso fundador americano para significá-la, deslocando símbolos nacionais estabilizados e utilizando-os como atalhos interpretativos, capturando os sujeitos a partir de uma leitura já-dada. Atravessado por essas memórias, o meme produz adesão imediata, reduzindo o espaço da contradição visível, ainda que ela permaneça operando silenciosamente no interior do próprio gesto de significar.

3.3 Há liberdade além do meme?

Pela demanda de um mundo semanticamente normal, o meme funciona como uma produção efêmera e de tom meramente humorístico, no entanto, avançamos para além dessa compreensão. Essa materialidade funciona pela repetição e concentra sua força na possibilidade de produzir (outros) sentidos, filiados em diferentes regiões da memória. Por essa tensão, torna-se possível uma simbolização, que é o “confronto da linguagem com o político na história em seu modo de afetar a constituição dos sujeitos e dos sentidos” (Costa, 2021, p.81).

Nessa zona do equívoco ele diz e deixa de dizer, mostra e oculta, denuncia e naturaliza. Essa instabilidade condensa enunciados, imagens, gestos e memórias em uma forma aparentemente estável, mobilizando um trabalho de interpretação que nunca é plenamente controlável, ainda que os processos de institucionalização das plataformas busquem conter a deriva dos sentidos. Assim, o que se apresenta como evidência funciona como superfície de processos mais densos de significação.

Na convergência desses gestos de interpretação atravessados pela (re)tomada de sentidos de liberdade de expressão, irrompem o não-sentido e o sem-sentido, como efeitos constitutivos de seu funcionamento discursivo. Segundo Orlandi (2012, p. 167), o não-sentido encontra-se “em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz mas pode vir a fazer sentido. O sem-sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem o sentido ou simplesmente não fazem sentido”.

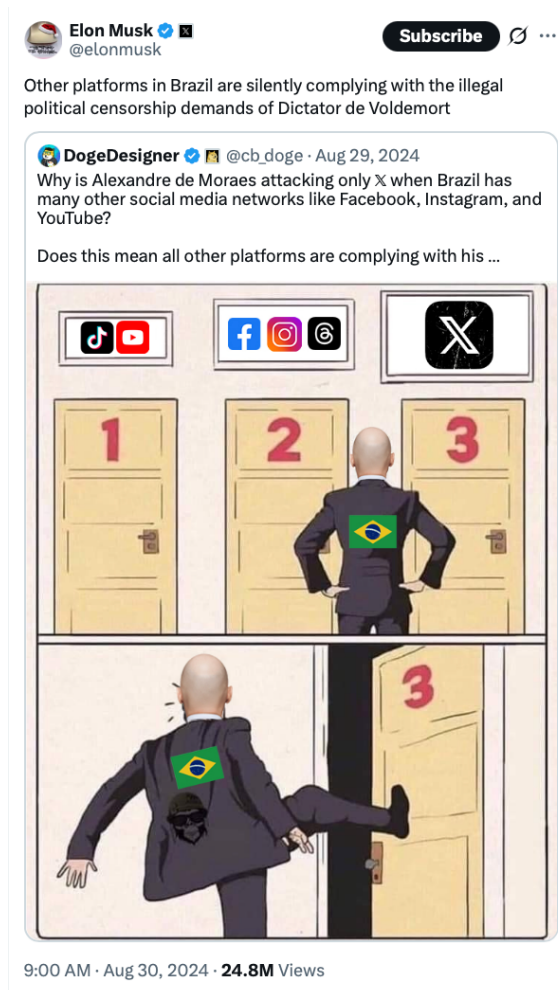
Os memes se situam nesse lugar de tensão, ao mobilizarem reiteradamente os significantes *liberdade, censura, democracia*, produzem um duplo movimento. Por um lado, esses significantes são inscritos em uma memória já cristalizada (o discurso fundador americano, o discurso neoliberal etc.), reforçando sua transparência sob a evidência universal. Por outro, essa repetição contínua, associada à lógica de visibilidade intensa da plataforma, conduz a um esvaziamento, provocado pela “deriva de um esgotamento produzido pelo imaginário” (Costa, 2021, p. 80).

Por meio dessa reflexão, compreendemos que há sentidos de liberdade de expressão que estão bem sedimentados, o não-sentido, sob essas condições, seria aquilo que poderia deslocar essa evidência, reabrindo a disputa. O sem-sentido, por sua vez, nem chega a significar, é posto em silêncio por processos de esgotamento. No entanto, há gestos de interpretação que são significados tanto por um quanto pelo outro.

O que se observa é um funcionamento discursivo no qual o político da linguagem se desloca, a disputa não se dá mais pela produção de novos sentidos, mas pela manutenção de sentidos já estabilizados, ao custo do apagamento de sua historicidade e de suas contradições. A liberdade de expressão perde sua espessura histórica, jurídica e política, convertendo-se em fórmula pronta, dissimulando suas falhas e para tentar conter o equívoco.

Para melhor exemplificar esse funcionamento, trazemos o próximo recorte. Nele, a liberdade de expressão é significada como um direito ameaçado, produzindo um efeito de denúncia que se formula tanto pelo verbal quanto pelo visual. A formulação da imagem e sobre a imagem antecipa um gesto de leitura, no qual o conflito jurídico-político é deslocado para uma narrativa moral pessoalizada.

Figura 16 – O Ditador Voldemort



Fonte: @elonmusk no X.

A partir do texto na legenda da (re)postagem de Elon Musk, destacamos:

SD7: *Other platforms in Brazil are silently complying with the illegal political censorship demands of Dictator de Voldemort* (Outras plataformas no Brasil estão cumprindo silenciosamente as exigências ilegais de **censura** política do Ditador de Voldemort)²⁰

SD8: *Why is Alexandre de Moraes attacking **only** X [...]*? (Por que Alexandre de Moraes está atacando **apenas** o X [...])?

Na formulação de Elon Musk, ao afirmar que outras plataformas no Brasil estão de acordo com “exigências ilegais”, há uma possibilidade de leitura que coloca o Estado brasileiro enquanto uma instância autoritária, figurado especificamente através de Alexandre de Moraes, que é mencionado como o “Ditador de Voldemort”. A nomeação produz um deslocamento

²⁰ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moraes-determina-a-remocao-de-135-postagens-com-conteudo-desinformativo/>

radical de sua posição-sujeito de Moraes, que deixa de ser significado como magistrado do Supremo Tribunal Federal para ser reinscrito no imaginário da cultura *pop* enquanto um vilão que representa, em seu universo, a personificação do mal.

O jogo feito com o nome do magistrado e do vilão visa significá-los do mesmo modo, a partir da convocação de uma memória que mobiliza Voldemort, pelo simbólico, como uma figura de poder ilegítimo, censura e austeridade; a “violência” que é exercida se faz em nome do controle e do silenciamento. A nomeação também funciona como um modo de interpelar o sujeito-leitor, instando-o, sob o efeito de evidência, a uma tomada de posição alinhada à defesa da liberdade de expressão, uma vez que se opor a isso é tomar o mesmo lado do vilão. Esse deslocamento retira o sujeito de sua posição institucional e o reinscreve em um imaginário maniqueísta, no qual não há espaço para nuances, mediações ou contradições. A comparação atua como estratégia de simplificação e de apelo, favorecendo a circulação e a adesão ao sentido produzido.

Nesse movimento, observa-se um primeiro processo de esvaziamento: a noção de *censura* é deslocada de seu funcionamento institucional e jurídico para operar sem a necessidade de ancoragem nas condições materiais de produção que a sustentariam. Nesse discurso, a censura não é significada como “um processo de silenciamento do sujeito no percurso dos sentidos” (Orlandi, 2011, p.13), mas é cooptada pelo discurso do senso comum, naturalizando sentidos ligados a algo moralmente condenável. Esse apagamento das mediações históricas e institucionais permite que qualquer forma de regulação seja imediatamente reinscrita como ataque à liberdade, ou seja, censura.

O uso de “*only/apenas*” coloca o *X* em um local de exclusividade, produzindo um discurso de resistência por parte da plataforma, posicionada diante da censura enquanto uma exceção, a única perseguida no Brasil por não ceder às pressões de censura política. Ainda outra vez, o *X* é significado enquanto o guardião da liberdade de expressão no Brasil (e no mundo).

O que a formulação deixa de fora, e que reaparece como um sentido que (r)existe soterrado, é o fato de que todas essas plataformas operam sob a mesma lógica algorítmica de repetição, não havendo um lugar “especial” para a plataforma de Musk, senão o lugar discursivo que é construído nessas formulações e que objetiva sedimentar um sentido de perseguição, na oposição que é feita entre o *X* e as demais plataformas. O sentido se estabiliza na evidência de que há uma censura ilegal, de que a democracia está sob ameaça e de que a liberdade de expressão estaria sendo violada.

Por meio disso, o meme deixa entrever zonas de não-sentido, entendidas, conforme Orlandi (2012), como aquilo que ainda não se realizou plenamente como sentido, mas que

insiste como possibilidade. A contradição que se insinua, e que não é “resolvida” pelo meme, reside no fato de que a denúncia de censura convive com a naturalização do poder das plataformas privadas de regular, moderar e excluir discursos. O que não se diz, mas insiste como ausência significativa, é que a defesa irrestrita da liberdade de expressão se articula a interesses econômicos e políticos.

Pela lógica do sujeito, se o *X* está sendo censurado por defender a liberdade de expressão no Brasil, logo, nenhuma das outras plataformas que não estão sofrendo a mesma retaliação estariam, de algum modo, em um complô com Alexandre de Moraes. Apaga-se, desse modo, todo e qualquer vestígio de historicidade capaz de trazer densidade ao debate, tudo aparece no nível da evidência, inequívoco, sem falhas, um discurso que lineariza as leituras possíveis.

A formulação da imagem que acompanha o enunciado mobiliza uma metáfora: três portas numeradas, sobre as quais estão posicionados os ícones de outras plataformas digitais. A primeira porta exibe os logotipos do *TikTok* e *YouTube*; a segunda porta, *Facebook*, *Instagram* e *Threads* (a tentativa da Meta de realizar algo semelhante ao *X*), cujas portas aparecerem fechadas e intactas; enquanto a porta de número 3, a porta do *X*, é violentamente arrombada por uma figura que remete explicitamente a Moraes, marcado pelo terno e pela bandeira do Brasil em suas costas.

O personagem marcado com a bandeira brasileira passa a corporificar o Estado, que, ao invés de agir de modo isonômico, dirige sua ação exclusivamente contra uma plataforma específica. Nesse funcionamento, produz-se um sentido de perseguição seletiva, que reforça a narrativa de vitimização/exclusividade do *X* e, por extensão, de Elon Musk, ressignificado como “lobo solitário” na defesa pela liberdade de expressão.

Na disputa sobre *free speech*, a noção de terra se desloca para outras formas de apropriação, como a posse das plataformas, dos meios de circulação e dos dispositivos técnicos que regulam o dizer. A oposição formulada por Musk se sustenta sob o efeito de evidência segundo o qual a liberdade de expressão aparece como direito incontornável.

É possível ainda, pelas vias que a imagem abre, retomar os sentidos de territorialidade apontados por Dugaich (2001), de modo que, a ofensa, a perseguição é assumida por meio da ameaça a um território que não é físico, mas digital, ou seja, uma ameaça ao território é também uma ameaça ao poder de voz do sujeito. A determinação do bloqueio do *X* no Brasil enfraquece as possibilidades de fazer circular certos dizeres e isso, por consequência, afeta financeiramente a plataforma. É partir dessa “ameaça territorial” (o arrombamento da porta) que Musk vai, pela repetição, sedimentando um sentido sobre Alexandre de Moraes (o vilão) e sobre o Brasil (lugar de censura), são os efeitos rudimentares do discurso fundador americano produzidos em outro

lugar. Como apontamos anteriormente, nesse discurso os símbolos nacionais brasileiros não significam positivamente, senão quando há a presença de um símbolo americano que possa ressignificá-lo.

Sob essas condições, o poder de dizer do sujeito se constrói a partir da legitimação da ocupação de territórios (físicos e digitais), apagando, ao mesmo tempo, os conflitos provocados e as violências cometidas para lograr êxito nessa conquista. Essa “liberdade” significa por meio de um esquecimento, o qual silencia as condições materiais que delimitam quem pode falar, agir e ser legitimado, tendo isso em vista, é preciso “tomar” certos territórios e proteger aqueles que ainda interessam.

Na tentativa de fixar um sentido unívoco para a liberdade de expressão, revela-se o esgotamento desse mesmo sentido, ao mesmo tempo em que abre o espaço para outros gestos de interpretação. É nessa tensão que o político da linguagem se manifesta, entre aquilo que se repete até o esvaziamento e o que insiste como possibilidade de deslocamento do sentido.

Esse funcionamento mobiliza os ideais de herói/vilão para dissimular a complexidade do debate sobre regulação das plataformas digitais, em favor de uma leitura unívoca que reinscreve o significante *free speech* em uma região de sentido fortemente atravessada pelo discurso fundador americano. Apaga-se o fato de que toda e qualquer interação na plataforma não é neutra, não pode ser descolada de suas condições materiais, isto é, todos os gestos de interpretação empreendidos pelos sujeitos são atravessados por memórias que naturalizam certas leituras.

A lógica de circulação própria dos espaços enunciativos informatizados, regida pela visibilidade, pela repetição e pela quantidade, favorece o deslizamento desses sentidos para o sem-sentido. A reiteração incessante do mesmo dizer produz um efeito de saturação, no qual o significante permanece, mas seu sentido se esvazia.

Contudo, é precisamente nesse ponto de saturação que o não-sentido se reinscreve. Ao se confrontar com a contradição entre a defesa irrestrita da liberdade de expressão e os efeitos concretos de sua circulação, o meme abre brechas para sentidos ainda não realizados. Esses sentidos não emergem de forma estabilizada, mas como tensão, como falha na evidência, como um furo no tecido, desestabilizando as leituras naturalizadas, convocando o político da interpretação.

POR UM EFEITO DE FECHO

Nosso objetivo, ao longo dessa dissertação, foi compreender o funcionamento do discurso sobre a liberdade de expressão no *X*, a partir de suas condições de produção específicas. Tomamos, então, como ponto de partida o bloqueio do *X* no Brasil e sua textualização em memes.

Pautamos nosso gesto na compreensão de que os sentidos não são unívocos, nem transparentes, embora evidentes. Como vimos, esses sentidos são sócio-historicamente produzidos e sustentados por uma memória que se atualiza a cada acontecimento de linguagem. Ao longo de nosso gesto, buscamos desnaturalizar os sentidos de liberdade de expressão (*free speech*), problematizando sua filiação ao discurso fundador americano e os efeitos de universalização produzidos no discurso digital.

Ao longo de nossa descrição das condições de produção, explicitamos o modo como, a partir da conjuntura imposta pelas plataformas, os processos de produção de sentido são deslocados para outro lugar e assumem uma forma distinta. A partir dessas questões, percebemos que os enunciados que circulam sobre de uma liberdade de expressão irrestrita não se organizam como opiniões individuais, visto que, sob o digital, os discursos precisam circular, seu funcionamento está condicionado a isto. Desse modo, trata-se de efeitos de sentido atravessados por uma memória discursiva, ou melhor, por uma memória metálica que, sob o acúmulo, produz apenas a repetibilidade.

A análise se debruçou sobre memes que textualizavam a disputa. Nesse sentido, procuramos tensionar como a memória discursiva vai (re)organizar esses dizeres sobre a liberdade de expressão, tanto em sua dimensão intradiscursiva quanto interdiscursiva. Remontamos, ao longo de nossas análises, aquilo que se estabelecia enquanto uma regularidade, uma possibilidade de leitura, com o intuito de explicitar como determinados sentidos eram mobilizados.

Discutimos como o regime de leitura do digital vai produzindo nos sujeitos o efeito de onipotência sob a possibilidade de arquivamento infinito e como a partir dessa linearização do saber irrompe o efeito de série, em que o sentido vai sendo empilhado até se romper e dar origem a novas séries, produzindo novos efeitos de sentidos. Sob o funcionamento do significante pela plataforma há o apagamento de todas as instâncias sociais, históricas e políticas que significam a liberdade de expressão. Assim, o que se projeta como um sentido universal de democracia opera, discursivamente, a partir de um regime particular de sentidos que se impõem como norma.

Refletimos sobre como a autoria funciona pelo digital, deslocando a forma tradicional de um autor, centralizada na figura de um sujeito para dar lugar à série, na qual diversos enunciados funcionam sob um agrupamento. A partir dessa injunção das plataformas digitais é que os discursos digitais funcionam e se fazem relevantes, esses espaços enunciativos informatizados participam ativamente da sua circulação, amplificação e sedimentação de sentidos, impondo o modo como os sujeitos devem formular para legitimar determinados sentidos em detrimento de outros.

Explicitamos como as imagens articulam símbolos nacionais, referências culturais e narrativas de heroificação e vilanização para mobilizar determinados sentidos, pelo gesto de leitura fomos capazes de fazer trabalhar as contradições profundas escamoteadas sob a aparência de evidência. Nosso interesse foi desnaturalizar a leitura de certos símbolos nacionais, de modo a sublinhar processos discursivos que significam tanto um país quanto seu povo, tensionando os sentidos ancorados no discurso que significa cada país.

Como vimos, essa associação não permanece circunscrita somente à história dos Estados Unidos, mas circula, é reativada e ressignificada em outros contextos. No discurso sobre a liberdade de expressão, essa memória discursiva americana emerge como acontecimento discursivo, reconfigurando conflitos locais à luz de um imaginário estrangeiro que se pretende universal.

Pelas vias do político, exploramos a tensão que emerge no conflito entre formações discursivas que se enfrentam no espaço digital, dos sentidos que se chocam, deslizam e encobrem tantos outros que não chegam a significar. Contraditoriamente, o que se apresenta como defesa da liberdade de expressão pode, em determinadas condições, encobrir silenciamentos, exclusão ou deslegitimação de outras vozes.

Demarcamos, por fim, em meio à opacidade que ainda nos assombra, o fecho deste trabalho. Reconhecemos que as possibilidades não foram esgotadas e que nosso gesto se inscreve enquanto possibilidade de leitura de um arquivo equívoco. As transformações da sociedade e das plataformas colocam novos desafios analíticos à medida em que avançam.

Ainda existem desdobramentos que pretendemos explorar no futuro, no entanto, esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas possam propor diálogos com as vozes que virão depois, com outros sujeitos que, assim como nós, afetados pela inquietude do discurso, tenham como interesse explorar os meandros do digital.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 165-196.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

CONEIN, Bernard, COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

COSTA, Greciely. Do dizível ao visível, ou vice-versa, e o processo discursivo de restituição simbólica em J. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 65, n. 00, p. e023027, 2023. DOI: 10.20396/cel.v65i00.8674218. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8674218>. Acesso em: 29 fev. 2026.

COSTA, Greciely. Notas sobre gestos de interpretação: o sem-sentido e o não-sentido em face do distanciamento social. **Calidoscópico**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/77-87>. Acesso em: 1 jan. 2026.

COSTA, Greciely. Uma imagem e suas discursividades: memória, sujeito e interpretação. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 34, p. 101-113, 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo6.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. LSE Research Online. **Television & New Media**, 20, 1-24, 2018. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/89511/1/Couldry_Data-colonialism_Accepted.pdf. Acesso em 31 out. 2025.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Trad. Ana Paula Oliveira e Miguel Abreu. Lisboa: Gradiva, 2003 [1976].

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo. In: **A Ilha Deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 221-247.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista eletrônica de estudos do Discurso e do Corpo**. Vol. 10, nº 2, 2016. p. 8-20.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 44, n. 3, p. 972–980, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 5 jun. 2025.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. **Revista ECOS**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/4390>. Acesso em: 1 mai. 2025.

DIAS, Cristiane. O texto plataformizado. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 28, n. 63, p. 156–187, 2024. DOI: 10.5752/P.2358-3428.2024v28n63p156-187. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/32803>. Acesso em: 8 mai. 2025.

DIAS, Cristiane. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. **RASAL Lingüística**, (2), 55–74, 2019. <https://doi.org/10.56683/rs192131>. Disponível em: <https://rasal.sael.org.ar/index.php/inicio/article/view/131/283>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUGAICH, Cibele Mara. **O Marketing Político Americano da Guerra Fria**: Discurso, Mistificação e Mídia. 2001. 255 pp. Tese de Doutorado em Lingüística – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 6 ed. (António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro, trad). Lisboa : Passagens, 2001.

GALLO, Solange; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

GALLO, Solange. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiáticos. In: 5º Simposio Internacional LAVITS: Vigilancia, Democracia y Privacidad en América Latina: Vulnerabilidades y resistências, 2017, Santiago, Chile. **Anais do 5º Congresso Internacional LAVITS**. Santiago, Chile: Lavits, 2017. p. 426-438. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: **O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L. & MITTMANN, S. (orgs.). São Carlos, Claraluz, 2009, p. 67-78.

LAGAZZI, Suzy. A imagem como uma tecnologia política: o social sempre em questão. In: FARIA, Joelma; SANTANA, Julina; NOGUEIRA, Luciana (orgs.). **Linguagem, arte e o político**. Campinas: Pontes, 2020. p. 91-102.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. **Fórum linguístico**. Florianópolis, SC : PPGL Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Vol. 18, n. esp. Imagem e discurso. Uma enunciação material visual, (jun. 2021), p. 5890 - 5902. Disponível em: 20.500.12733/8479. Acesso em: 02 mai. 2025.

LAGAZZI, Suzy. Linha de passe: a materialidade significativa em análise. **RUA**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 173–182, 2010. DOI: 10.20396/rua.v16i2.8638825. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825>. Acesso em: 15 mai. 2025.

LÔBO, Alan. Quando o humor (não) é humor? Uma análise dos modos de significar a universidade pública no discurso conservador. **Revista do GELNE**, v. 25, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/31957>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LOPES, Maraisa. **Folha de S. Paulo: da produção de sentidos acerca da guerra do Iraque**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP: 2009.

ORLANDI, Eni (org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35–47, 2005. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638914. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 12^a ed. São Paulo: Pontes. 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: Unicamp, 2011.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes. 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: Questões e Controvérsias**. Uberaba, n. 10, 1984, p. 9-26.

ORLANDI, Eni. **Terra à Vista**: discurso do confronto- velho e novo mundo. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b, p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a, p.61-162.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. **Gestos de leitura**: da História no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2011. p.151-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Bras. 7ª ed. São Paulo: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

POSSENTI, Sírio. Discurso humorístico e representações do feminino. In: **Estudos da Linguagem**. v. 5, n. 1. Vitória da Conquista, 2011, p. 63-94.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. Liberdade de expressão e o problema da regulação do discurso do ódio nas mídias sociais. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, p. 1207-1233, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/428>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SHIFMAN, Limor. **Memes in a Digital Culture**. Cambridge: MIT Press, 2014.

SILVEIRA, Juliana. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário do twitter**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 211p. 2015.

VIEIRA, José Magno de Sousa. **Cidade entre rios, cidade inter pontes**: O discurso sobre as formações imaginárias de Teresina. Tese de Doutorado. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres/MT, 181p. 2022.

VIEIRA, José Magno de Sousa. Roupas, dor e fé negra: o acontecimento discursivo da intolerância religiosa na imagem. In: **RUA**. Volume 31, número 1, junho/2025. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em 27 dez. 2025.